

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

QUANDO A “AJUDA É ANIMALITÁRIA”

Um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e  
proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre/RS

LIZIANE GONÇALVES DE MATOS

Porto Alegre/RS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

QUANDO A “AJUDA É ANIMALITÁRIA”

Um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e  
proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre/RS

LIZIANE GONÇALVES DE MATOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Antropologia Social como  
requisito parcial à obtenção do título de mestre  
em Antropologia Social

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Arlei Sander Damo

Porto Alegre/RS

2012

# QUANDO A “AJUDA É ANIMALITÁRIA”

Um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre/RS

LIZIANE GONÇALVES DE MATOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Banca examinadora

---

Profª Drª Ciméa Bevilaqua (UFPR)

---

Profª. Drª. Patrice Schuch (UFRGS)

---

Profº. Dr. Bernardo Lewgoy (UFRGS)

---

Profº. Dr. Arlei Sander Damo (UFRGS orientador)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), seus professores e professoras que propiciaram um ambiente de excelência para minha formação acadêmica.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa no segundo ano deste curso.

A Gabriela Sevilla e Francieli Ruppenthal, colegas e amigas. Agradeço a forma tão sincera com que se preocupam comigo e pelo incentivo de sempre.

Agradeço à sempre inspiradora professora Patrice Schuch pela oportunidade do estágio docente em sua disciplina. Além de excelente professora também é uma pessoa extraordinária. As noites de sexta-feira no Campus do Vale nunca foram tão interessantes quanto na ocasião do estágio.

Ao colega Vitor Richter, que dividiu comigo, além da experiência do estágio docente, as angústias, os textos e as expectativas.

A Fernanda Heberle e Rodrigo Toniol, não encontro palavras que expressem meu sentimento de gratidão. Agradeço imensamente o incentivo e o auxílio que recebi. Vocês dois foram fundamentais em diversos momentos, sobretudo nos mais difíceis.

Agradeço também ao professor Bernardo Lewgoy, que gentilmente me convidou para fazer parte do grupo Espelho Animal. O agradecimento se estende aos demais integrantes: Érica Pastori, Caetano Sordi, Ivana Teixeira e Priscila Borges, pelas sugestões e críticas, e pelo apoio na continuidade de minha trajetória acadêmica.

Aos demais colegas da turma de mestrado do ano de 2010 que ainda não foram citados: Joelma Joaquim, Ulisses Duarte, Pedro Paulo, Jéssica Hiroko, Juan Scuro e Rafael Lopo, pela convivência e pelas experiências compartilhadas nestes dois anos.

Agradeço também a Lucas Besen, que me fez rir nos últimos meses do ano de 2011, certamente os mais críticos e difíceis.

A todas as pessoas que conheci por ocasião desta pesquisa. Sou grata aos que me abriram as portas de suas casas e locais de trabalho, e que me ofereceram uma amizade sincera. Agradeço, sobretudo, à Marcia Simch e Natasha Valenti por terem acreditado neste trabalho.

A Eliane Medeiros de Lima, Magda Tonial, Elisabeth Aguiar e Sérgio Barberena pela acolhida nas minhas andanças fora da academia, sobretudo à “Eli”, que propiciou um ambiente de trabalho agradável e descontraído.

Agradeço à minha família: minha mãe, Marlene, e meu pai, Lazir; minhas irmãs, Lazirene, Lidiane e Lenize; e Sophia, minha sobrinha amada. Agradeço as orações, estímulo e apoio que tenho recebido de vocês.

O meu maior agradecimento é oferecido ao professor Arlei Damo que, ao longo destes anos, contribuiu não apenas com sugestões de valor inestimável na antropologia e fora dela, mas pelo estímulo, confiança e pelo modo atencioso e responsável com que me orientou em temas que não eram novidade apenas para mim, mas para ele também. Obrigada, professor.

## RESUMO

Esta pesquisa é um estudo etnográfico que trata do relacionamento entre humanos e animais tendo como foco analítico as mudanças de atitudes em relação aos animais, de uma forma geral, e dos abandonados, de uma forma particular. A partir do contexto de Porto Alegre/RS, esta investigação busca, especificamente, acessar os distintos códigos morais e as diferentes sensibilidades envolvidas na relação humanos-animais, bem como as transformações acerca da responsabilidade humana sobre os animais e no tratamento dispensado a eles. A atuação de ONGs no acolhimento de animais abandonados e na organização de feiras de adoção, revela novas modalidades de militância. A “ajuda animalitária”, designação escolhida para definir este tipo de envolvimento com a “causa animal”, tem gerado embates discursivos em torno do estatuto dos animais – seguidamente contra a mercadorização e o uso utilitário -, com desdobramentos até mesmo na forma como o Estado tem lidado com tais questões.

Palavras-chave: antropologia, animais, sensibilidades, moralidades, abandono, adoção.

## ABSTRACT

This is an ethnographic study of the relationship between humans and animals in the Brazilian city of Porto Alegre. In this study, general changes in attitude towards animals as well as more specific concerns regarding animal abandonment were analyzed. This investigation sought to identify the distinct moral codes and sensibilities involved in human-animal relations; moreover, transformations in expectations relative to human responsibility towards animals and their treatment were likewise observed. It was also noted that new modalities of militancy revealed themselves in the activities of local NGOs which shelter abandoned animals and organize pet adoption fairs. *Ajuda animalitória*, or “animal rescue” is the preferred designation for this type of commitment to the ‘animal cause’, a term which has generated discursive confrontation in debates touching on the statute of animals. In turn, the effects of this militancy - which is frequently against animal merchandizing and the utilitarian use of animals – unfold in society to such an extent that they even influence how the State has come to deal with these issues.

Keywords: Anthropology, animals, sensibilities, moralities, abandonment, adoption.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
Os animais não humanos na (antropo)logia .....	15
Novas práticas, novos comportamentos: a noção de compromisso e responsabilidade com os animais .....	17
A construção da etnografia .....	19
<b>1. “SER HUMANO” E “SER” ANIMAL: ALGUNS HORIZONTES DE DISCUSSÃO</b>	<b>27</b>
1.1 Para além da natureza e da cultura .....	31
1.2 Da diferenciação à semelhança .....	35
1.3 Humanos <i>versus</i> animais (ou humanos e animais) .....	38
<b>2. A “AJUDA ANIMALITÁRIA”: QUANDO O OUTRO É UM ANIMAL.....</b>	<b>41</b>
2.1 A “favela de cães” .....	42
2.2 Do humanitário ao “animalitário” .....	54
2.3 Sensibilidades aos animais, sensibilidades aos humanos .....	57
<b>3. QUANDO COMPRAR OU ADOTAR ANIMAIS SE TORNA UMA QUESTÃO MORAL.....</b>	<b>64</b>
3.1 Comprar ou adotar: eis a questão (moral).....	66
3.2 Criar para vender .....	77
3.3 Do valor utilitário ao valor afetivo .....	79
3.4 A escolha de adotantes: notas de campo.....	87
<b>4. O ESTADO DE BEM-ESTAR (ANIMAL) E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS NO TRATO COM OS ANIMAIS EM PORTO ALEGRE: O CASO DA SEDA E (OUTROS CASOS).....</b>	<b>94</b>
4.1 Welfare (animal) state.....	97
4.2 Quando os animais entram em cena (política).....	99
4.3 Da defesa de alguns à defesa de todos .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>122</b>



## **LISTA DE SIGLAS**

ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente

ATP – Associação de Transportadores de Passageiros

CBKC – Confederação Brasileira de Cinofilia

CCZs – Centros de Controle de Zoonoses

CONDIMA – Conselho dos Dirigentes Municipais de Meio Ambiente

COMAC – Comissão de Animais de Companhia

COMPPAD – Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para Animais Domésticos

COSMAM – Comissão de Saúde e Meio Ambiente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EHES – École de Hautes Études en Sciences Sociales

EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

ONG – Organização Não-Governamental

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RS – Rio Grande do Sul

SEDA – Secretaria Especial dos Direitos dos Animais

SMAM – Secretaria Municipal do Meio-Ambiente

SIDAN – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal

SOAMA – Sociedade Amigos dos Animais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UPF – Universidade de Passo Fundo

WSPA – Sociedade Mundial de Proteção Animal

## INTRODUÇÃO

A temática da interação entre humanos e animais não é incipiente nas investigações antropológicas. Como destaca Lézé (2002), a antropologia aborda ordinariamente os animais segundo três registros interdependentes: as representações dos animais, as funções dos animais e, muito raramente, as interações entre humanos e animais. Na mesma linha de raciocínio, Piette (2002) argumenta que a análise desta interação tem sido evitada pelas ciências sociais. Noske (1993) também destaca que os animais e sua relação com os humanos tendem a ser considerados indignos de interesse antropológico. E, neste sentido, segundo a autora, a antropologia se apresenta como flagrantemente antropocêntrica (Noske, 1993).

No entanto, a atenção às práticas e representações sobre os animais não se apresenta como algo novo na disciplina, mas acompanha seu desenvolvimento (Mullin, 1999; 2002; Chevallier, 1988). Por uma questão de delimitação do campo na divisão do trabalho intelectual, nas sociedades ditas complexas os estudos sobre animais, e mesmo o relacionamento entre pessoas e seus animais de estimação, têm sido desenvolvidos no campo da psicologia e da medicina veterinária. Não obstante, a antropologia tem uma longa tradição de estudos que privilegiam os modos pelos quais os grupos humanos e suas culturas lidam e concebem seu ambiente natural, incluindo outras espécies, sobretudo no campo de estudos dos coletivos indígenas (Descola, 1996; 1998; 2005). Desta forma, as relações práticas e simbólicas estabelecidas com os animais estão no cerne do projeto antropológico, onde as análises sobre o totemismo propostas por Lévi-Strauss (1976) se apresentam como um dos referenciais clássicos. De “bons para comer” a “bons para pensar”, em oposição a lógica utilitária, os animais ressurgem em trabalhos recentes que argumentam a importância de se

explorar as ligações entre aspectos econômicos e semióticos do relacionamento humanos/animais nas culturas ocidentais modernas (Mullin, 2002).

Aliás, Mullin tem se dedicado a analisar o relacionamento da antropologia com a questão dos animais, com foco nas etnografias clássicas até os estudos mais recentes. Em *Animals and Anthropology* (2002), a autora destaca o quanto os animais são centrais para a investigação antropológica, seja para analisar a evolução dos humanos como espécie, seja na tentativa de entender o relacionamento dos humanos com outros humanos e com o meio ambiente. Porém, segundo ela, ainda que haja uma continuidade com trabalhos anteriores, as considerações antropológicas sobre os animais têm mudado significativamente nos últimos anos, com reexame dos pressupostos básicos sobre os animais e sobre o relacionamento humanos/animais. Neste sentido, os animais não são mais percebidos meramente como um veículo com o qual se pode explorar uma determinada formação social ou processo, como parece ter ocorrido em trabalhos clássicos como a da briga de galos de Geertz (1973), do totemismo de Lévi-Strauss (1963), e o gado dos Nuer de Evans-Pritchard (1950), apenas para lembrar alguns dentre tantos.

Mullin ressalta que a pesquisa antropológica sobre os animais tem sido associada a contextos agrários ou entre povos caçadores-coletores que vivem em desertos ou florestas. Segundo ela, trabalhos recentes sobre caçadores-coletores, além de revelar a falácia de simples oposição entre tradicional e moderno, tem enfatizado que o tipo de separação entre natureza/cultura, humanos/animais, que os historiadores têm descrito como dominantes no início da Europa moderna, não é universal. Segundo a autora, os trabalhos antropológicos enfatizam o contexto histórico e as especificidades dos relacionamentos estabelecidos entre humanos e animais, e como categorias incluindo estas de “humanos” e “animais”, inseridas na oposição natureza e cultura são compartilhadas em contextos particulares e de diferentes formas por atores com perspectivas e interesses muitas vezes conflitantes.

Outro ponto destacado por Mullin nesta análise da “questão animal” na antropologia refere-se ao desenvolvimento de pesquisas em contextos que não usuais nas investigações antropológicas em sociedades ditas tradicionais, pois cada vez mais a pesquisa etnográfica está se tornando multisituada, envolvendo animais em uma variedade de contextos, incluindo, além do rural, o urbano e o ciberespaço, e em relação a temas como biotecnologia, ecoturismo, entre outros, que envolvem, inclusive, questões morais e políticas dos pesquisadores em relação aos animais.

Os estudos existentes estão centrados no lugar simbólico e pragmático que os animais ocupam em contextos não ocidentais e/ou contemporâneos. Porém, nas sociedades ocidentais modernas, como destaca Delaporte (1988), os índices de uma “causa animal” saltam aos olhos: o número de cães e gatos que vivem em residências, o peso econômico do mercado de produtos para “animais de companhia”, o aumento do número de associações de proteção e defesa dos animais domésticos, os debates sobre o “bem estar animal”, etc.

A importância de uma abordagem antropológica sobre o relacionamento entre humanos e animais de estimação reside, desta forma, no surgimento de práticas e comportamentos novos, como a noção de responsabilidade, de compromisso, engajamento, cuidado, o surgimento de ONGs de recolhimento de animais abandonados e organizadoras de feiras de adoção, e o desenvolvimento de uma modalidade específica de mercado voltada para estes animais, como *pet shops*, clínicas de estética, hotéis, etc. Segundo Digard (2008), estas mudanças revelam o novo estatuto cultural que os animais passaram a receber atualmente: são cada vez mais “antropomorfizados”, fazem parte da família, são tratados como crianças (muitas vezes melhores que elas), servem como companhia e terapia. Porém, como o autor destaca, longe de ser unicamente um remédio contra a solidão, os animais fazem parte, juntamente com a casa e o jardim, do “kit felicidade” das famílias médias.

Ainda segundo Digard (1999), o amor indiscriminado conferido aos animais não participa do processo de civilização dos costumes, de um controle social sobre as pulsões, tal como concebe Elias (1994), mas, ao contrário, da diluição das fronteiras e identidades entre humanos e animais, de uma confusão de ideias e sentimentos. Nesta mesma perspectiva, Kulick (2009) destacou que diversidade de produtos e serviços atualmente oferecidos aos animais de estimação sugere que eles são, em geral, agentes frequentemente corrosivos da fronteira entre as espécies. Ao analisar especificamente o caso da obesidade de animais de estimação e a intervenção do Estado em prol dos animais acima do peso, Kulick enfatiza que esta não é mais apenas um assunto humano, pois a obesidade atravessou a fronteira entre as espécies.

Seguindo as argumentações deste autor, pode-se afirmar que não apenas a obesidade deslocou-se da seara dos acometimentos humanos para, supostamente, afligir os animais. Os discursos e as práticas da medicina (e, igualmente, das terapêuticas “psi”), que perpassam o imaginário sobre saúde e doença, foram transferidos, também, para os animais. O caso relatado a mim por uma senhora, comerciante do centro popular de compras em Porto Alegre – popular camelódromo – a respeito do “estado de saúde” de seus gatos, todos recolhidos da rua, é paradigmático neste sentido. Segundo ela, apesar dos cuidados, um de seus gatos, Junior, sofria de diabetes. Estas e outras doenças estavam se manifestando pelo fato de o animal comer muita carne, compartilhada com os humanos nos churrascos. Junior teria sofrido um “derrame” (Acidente Vascular Cerebral) que o impediu de caminhar por algum tempo, problema este que foi amenizado somente através de longas sessões de fisioterapia. Como destacou Segata (2011), é neste contexto, de “diagnóstico e tratamento de certas patologias antes atribuídas apenas aos humanos e, mais recentemente, a administração de medicamentos psicotrópicos”, que emergiram os “*cães com depressão*” em seu universo de estudos.

## Os animais não humanos na (antropo)logia

No âmbito da antropologia francesa, as investigações inseridas na temática da interação humanos e animais constituem, inclusive, um seminário na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Na França, aliás, esta temática parece ter se constituído numa importante agenda de pesquisa, com destaque para as relacionadas aos animais domésticos e os chamados “de companhia”, que tem na figura do antropólogo Jean-Pierre Digard um de seus principais expoentes. Entre suas produções destaca-se *L’homme et les animaux domestiques: anthropologie d’une passion* (1990), que enfatiza, entre outras coisas, que as diferentes percepções dos animais domésticos e da domesticação se modificam através do tempo em função não somente do progresso da ciência, mas, como para Thomas (1996), das transformações das sensibilidades em relação aos animais. Segundo Digard, esta nova sensibilidade, e a (com)paixão pelos animais, se desenvolveu após a Revolução Francesa, onde diversos movimentos passam a militar pelo reconhecimento dos direitos dos animais.

Em 1988, o periódico *Terrain – revue d’ethnologie de l’europe* dedicou um de seus números a pesquisas antropológicas sobre a interação humanos-animais intitulada *Des hommes e des bêtes*, reunindo artigos relacionados a pesquisas em diferentes contextos, tanto urbano, quanto rural. Mais recentemente, em junho de 2011, o Collège de France organizou um colóquio internacional sob o título *un “tournant animaliste” en anthropologie?* Que reuniu diversos pesquisadores, dentre eles Descola, o próprio Digard e Viveiros de Castro, com o objetivo de refletir sobre este “retorno animalista” na antropologia que, como mostra o texto de divulgação do evento, sempre incluiu os animais e a natureza no seu campo de estudos, pois “todas as sociedades estabelecem com eles relações materiais e ideais, sendo estes parte integrante das comunidades humanas. Porém, após duas ou três décadas, a exploração da relação entre humanos e animais passou a se constituir em um domínio

especializado de pesquisa”<sup>1</sup>. Nos Estados Unidos, uma das principais instituições promotoras de estudos nesta temática é o *Animals and Society Institute*. Seu periódico, o *Animals and Society Journal*, constitui-se no principal veículo de disseminação de pesquisas relacionadas à interação entre humanos e animais, reunindo diferentes pesquisadores no campo das ciências humanas.

No Brasil, os estudos ainda são recentes, como referência pode ser citada a dissertação de mestrado de Oliveira (2006), que discute a relação entre as pessoas e seus cães de estimação através de categorias como afetividade e distinção social – a primeira permeando a relação entre “proprietários”, que percebem estes animais como “pessoas”, e a segunda a relação com “criadores”, que se definem e se representam através de seus animais. Segundo a autora, estes grupos se dividem em dois pólos de uma mesma relação que tem no cão o elemento mediador das relações sociais. O ponto de intersecção entre criadores e proprietários se daria, segundo ela, na esfera do consumo de e para cães, mesmo que este consumo ocorra de forma diferenciada. Segata (2011), da mesma forma, tem contribuído na ampliação deste campo de estudos na antropologia brasileira através de sua pesquisa sobre a medicalização dos animais de estimação e do diagnóstico e tratamento de “cães com depressão”. A constituição de um grupo de pesquisa, como o *Espelho Animal*, sob a coordenação de

---

<sup>1</sup> Nesta dissertação, todas as traduções no corpo do texto foram realizadas pela autora. As versões originais aparecerão em de notas de rodapé. No original: L ’anthropologie sociale a toujours inclus la nature et les animaux dans son champ d’étude, puisque toute société entretient toujours avec eux des relations matérielles ou idéelles, et qu’ils sont ainsi partie intégrante des communautés humaines. Or, depuis deux ou trois décennies, l’exploration des relations entre hommes et animaux s’est développée au point de constituer un domaine spécialisé de recherche. Colloque International Un “tournant animaliste” en anthropologie. Paris, 22-24 de juin 2011.

Da mesma forma, expressões e categorias êmicas, bem como de autores específicos, aparecerão entre aspas ao longo do texto.



Bernardo Lewgoy, do qual faço parte<sup>2</sup>, também intenta uma ampliação dos estudos no âmbito do que pode ser designado como uma antropologia das relações humanos-animais.

### **Novas práticas, novos comportamentos: a noção de responsabilidade e compromisso com os animais**

Como destacou Thomas (1996), os animais nem sempre foram tratados da forma como são atualmente e, mesmo no presente, há variações significativas, inclusive com tensões explícitas, no que concerne ao tratamento e/ou utilização que lhes é conferido. Animais de estimação, no sentido estrito da palavra, ligado a estima, ao cuidado e ao apreço, nem sempre foram tão valorizados afetivamente. Animais “de companhia”, para utilizar a terminologia francesa, constituíam-se em companheiros na jornada de trabalho e possuíam um valor utilitário especialmente no que diz respeito ao uso como força de trabalho. Segundo o autor, o início do período moderno na Inglaterra constituiu-se no marco histórico das mudanças de atitude em relação ao mundo natural, de onde emerge uma sensibilidade baseada na condescendência e no protecionismo. Tendo como foco esta mudança, histórica e cultural, em termos morais e afetivos, esta pesquisa é um estudo etnográfico sobre a configuração atual em relação aos animais de estimação que busca problematizar as moralidades e as sensibilidades envolvidas em questões como tratamento do abandono de animais a partir de Porto Alegre, bem como as mudanças na concepção acerca da responsabilidade humana sob os animais, tanto por parte de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que incentivam a adoção de animais de rua, quanto do poder público, através de suas ações e intervenções direcionadas aos animais da cidade.

Busca-se, com isto, colocar em perspectiva não apenas as transformações da sensibilidade em relação aos animais e sua inserção na esfera de preocupação moral, como

---

<sup>2</sup> Juntamente com os colegas Caetano Sordi, Ivana Teixeira, Érica Pastori e Priscila Borges, também alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). Para informações sobre o grupo consultar: <http://espelhoanimal.wordpress.com/>.

também as tensões e os conflitos que emergem desta configuração. Estas transformações e tensões no que tange ao tratamento dos animais não se constituem em fenômenos isolados a contextos específicos, como nos casos tratados nesta dissertação, e não diz respeito apenas aos pets, como cães e gatos. Elas se fazem presentes, por exemplo, na proibição das touradas na Catalunha, aprovada pelo parlamento espanhol em julho de 2010<sup>3</sup>, cujo último espetáculo foi realizado em setembro de 2011. Da mesma forma, desta vez na Inglaterra, na proibição da tradicional caça à raposa<sup>4</sup>, em fevereiro de 2005. O crescimento do movimento pelos direitos dos animais na China também é significativo desta mudança. Em maio de 2011, a BBC do Brasil, através da versão online do Jornal Folha de São Paulo<sup>5</sup>, noticiou o resgate, por parte de protetores e ativistas, de cães que serviriam como comida em restaurantes no nordeste daquele país. Esta conformação atual no tratamento aos animais está cercada de normatividades, interdições morais, e recebe importante atenção de veículos midiáticos. É isto que “salta aos olhos” atualmente, para utilizar a expressão de Delaporte (1988), já destacada nesta introdução. Em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, o desenvolvimento (e o incremento) de políticas públicas para animais, como a proibição de animais em circos<sup>6</sup>, a restrição quanto a feiras de comércio de animais de estimação, proibição da utilização de cavalos em carroças, etc. demonstra a existência de uma “ética da responsabilidade” em relação aos animais que corresponde a uma economia moral específica difundida e, de certa forma, impostas, para garantir seu “bem-estar”.

Neste contexto de mudanças de atitudes e valores, verifica-se que nunca antes os animais receberam tanta atenção, seja de veículos midiáticos, seja do poder público, que

---

<sup>3</sup> Noticiada pelo jornal El País através do site:

[http://elpais.com/diario/2012/01/02/catalunya/1325470042\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2012/01/02/catalunya/1325470042_850215.html). Acessado em novembro de 2011.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/bichos/ultnot/afp/ult296u318.jhtm>. Acessado em novembro de 2011.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/912160-resgate-de-caes-mostra-forca-do-movimento-pro-animais-na-china.shtml>. Acessado em novembro de 2011.

<sup>6</sup> Projeto de lei de autoria do deputado Miki Breier (PSB), aprovado pela Assembléia Legislativa em 2008, proíbe a utilização de animais silvestres, nativos ou exóticos em exibições nos circos ou estabelecimentos similares.

passaram a dar ênfase ao “bem-estar” e à qualidade de vida dos animais, e mesmo sua (oni)presença no cotidiano de seus companheiros humanos. Da mesma forma, nunca antes houve tanta preocupação com os animais, de uma forma geral e, com os abandonados, de uma forma particular. Em nome deles (da “garantia de seus direitos” e de seu “bem-estar”) criam-se e modificam-se leis, proibem-se práticas, etc. A proliferação de ONGs, seja de correntes consideradas mais radicais o interior do movimento pelos direitos dos animais, seja de grupos de protetores, também é significativa desta mudança. Ainda que muitas destas ONGs possuam um número restrito de integrantes e formas diferenciadas de engajamento, ajudar “animais que sofrem”, defender seu “bem-estar” e seus direitos, ultrapassa, atualmente, a “compaixão isolada” de pessoas que recolhem e tratam animais abandonados. É a indignação com os “maus-tratos” que induz uma ação organizada com vistas não apenas a interromper o sofrimento dos animais, mas de chamar atenção, sobretudo do poder público, para a “causa animal” e legitimá-la.

### **A construção da etnografia**

O trabalho de campo esteve concentrado na cidade de Porto Alegre, entre agosto de 2010 e outubro de 2011. Neste período, acompanhei feiras de adoção organizadas pelo *Movimento Gatos da Redenção*, a primeira organização que recolhe e encaminha animais para adoção que tive contato na cidade. Também tive a oportunidade de me aproximar e acompanhar as feiras realizadas pela ONG *Arca dos Bichos*, coordenada por Isabel Wallenciuk. Dentre as quatro ONGs protagonistas desta pesquisa, apenas uma não realiza feiras de adoção de animais abandonados, como é o caso do *Projeto Bicho de Rua*, mas que mantém perfil de animais disponíveis para adoção em seu site. Em setembro de 2011, tomei contato com a *Sociedade Amigos dos Animais (SOAMA)* de Caxias do Sul, ocasião em que visitei sua sede e a chácara que abriga em torno de dois mil animais abandonados e recolhidos

das ruas da cidade. Além da SOAMA, as demais ONGs não possuem sede própria, constituindo-se a internet um de seus principais veículos de divulgação e contato.

Em meados de 2010, quando escolhi a temática da interação entre humanos e animais para trabalhar na dissertação estava ciente de que seguiria um campo de estudos ainda incipiente na antropologia no que tange à análise desta interação em contextos urbanos de sociedades complexas, sobre o qual eu não tinha, portanto, leituras preliminares, devendo desenvolver e concluir a pesquisa em apenas dois anos. Decidi, inicialmente, trabalhar com as diferentes formas de aquisição de animais de estimação, tais como compra e adoção, da perspectiva de compradores e adotantes, e também de quem os fornece, seja na forma de doação, seja na forma de comércio. Com este objetivo, o primeiro passo seria mapear pet shops que comercializassem filhotes em Porto Alegre, criadores de animais de raças específicas que também vendessem animais e, da mesma forma, acompanhar feiras de adoção de animais abandonados. Iniciei com as pet shops. Com uma, especificamente: a *Veterinária e Pet Shop Águia*. Esta é uma das maiores empresas do ramo em Porto Alegre e parece deter o monopólio dos produtos e serviços oferecidos aos animais na cidade. Inaugurada em 1999, possui uma rede de quatro lojas de grande porte situadas em diferentes bairros (Rio Branco, Independência, Petrópolis e Floresta). Procurei o site da Águia como indicativo do comércio de animais na cidade, voltado para os segmentos das classes média e alta, dispostas a comprar um filhote (de raça) e mantê-lo com os serviços oferecidos pela loja. Imaginei ser esta, na verdade, uma estratégia, sobretudo comercial, para tornar o comprador de animais um cliente da loja. No entanto, já na página de apresentação do site, além dos serviços de acupuntura veterinária, vacinação, estética e fotos das lojas, deparei-me com avisos de feiras de adoção de animais abandonados e “sem raça definida”. Ao clicar nestes links, descobri que a empresa mantém uma parceria com a *ONG Movimento Gatos da Redenção*, fundada em 2001 e que tradicionalmente recolhe animais abandonados no parque Farroupilha e os encaminha para

adoção. Estas feiras são realizadas sempre nos segundos e últimos domingos de cada mês. Embora paradoxal, foi a busca pelo comércio que me conduziu à adoção de animais. O fato de ter iniciado o trabalho de campo acompanhando feiras de adoção de animais de rua tornou-se decisivo para a mudança nos rumos desta pesquisa, levando-me a concentrar a atenção na perspectiva de protetores e militantes, pois foi a partir delas que certas moralidades e embates discursivos foram revelados, tanto em relação ao tratamento, quanto ao estatuto dos animais.

Dentre as pet shops que apóiam feiras de adoção de animais de rua, destaca-se, além da Águia, a veterinária e pet shop *Mundo Pet*, também localizada em Porto Alegre, no bairro Bom Fim. A *Mundo Pet* foi fundada em 2004 e oferece, afora serviços clínicos especializados, hospedagem de animais, através de um convênio com um hotel fazenda para cães, e tratamentos estéticos. Esta pet shop e clínica veterinária apóia feiras de adoção organizadas pela *ONG Arca dos Bichos*, também engajada nas causas do abandono e adoção de animais na cidade. Conheci a Arca dos Bichos através de uma psiquiatra que acompanhava uma das feiras de adoção organizadas pelo *Movimento Gatos da Redenção*. Convidada por ela a conhecer a feira organizada pela *Arca dos Bichos*, e com a intenção de conhecer os diferentes espaços e pessoas engajadas na causa de adoção de cães e gatos na cidade, inseri esta no universo de pesquisa. A *Arca dos Bichos* foi fundada em 2005 por Isabel Wallenciuk e, além de manter um perfil em redes sociais, como *Orkut*, com animais disponíveis para adoção, promove feiras em um sábado de cada mês nas dependências da *Mundo Pet*.

Em relação à *ONG Projeto Bicho de Rua*, pode-se dizer que esta se tornou a mais conhecida dentre as organizações que tratam a questão do abandono de animais e a que possui maior prestígio em Porto Alegre. Isto se deve, entre outras coisas, ao fato de possuir parcerias com grandes empresas, como redes de shoppings e hipermercados, como o grupo Zaffari e

Bourbon<sup>7</sup>. Este grupo cede todo ano e gratuitamente um espaço em um de seus três shoppings em Porto Alegre para um evento da *Bicho de Rua*, destinado a angariar fundos para o tratamento de cães em situação de abandono. Este evento, denominado *Estilo Bicho*, consiste no leilão de camisetas anteriormente customizadas por jornalistas, artistas plásticos, empresários, apresentadores de programas de canais locais, etc. Além do espaço, utilizado durante quatro dias e onde estão expostas as camisetas, o grupo Zaffari e Bourbon oferece um coquetel no lançamento do evento. Por ter este prestígio, eu já conhecia a *Bicho de Rua*. Mas, como esta é uma das poucas organizações em Porto Alegre que não promove feiras de adoção, entrei em contato com esta através de seu site. Deste contato estabelecido com a diretora de marketing da ONG, Marcia Simch, participei de dois de seus eventos, como o *Estilo Bicho*, em julho de 2011, onde trabalhei voluntariamente fornecendo informações e auxiliando na venda de camisetas, e do I Encontro de voluntários do Projeto *Bicho de Rua*, em novembro do mesmo ano.

Tomei contato com a ONG do município de Caxias do Sul, a *Sociedade Amigos dos Animais (SOAMA)* através de uma reportagem do site UOL que retratava seu abrigo para animais abandonados como campo de refugiados. Através do site da SOAMA, entrei em contato com Natasha Valenti, diretora de marketing da ONG. Natasha mora em Porto Alegre, para onde se mudou há três anos, mas auxilia sua mãe na administração da SOAMA, indo regularmente à Caxias do Sul. Deste contato estabelecido com Natasha, tive a oportunidade de conhecer a chácara que se tornou abrigo para cães e gatos abandonados pelas ruas de Caxias do Sul.

Em complemento ao trabalho de campo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e utilizou-se como material etnográfico matérias de jornais locais, como *Zero*

---

<sup>7</sup> A rede Zaffari & Bourbon, focada no atendimento às classes média e alta, conta com 29 lojas no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Em Porto Alegre, conta com três shoppings: Bourbon Assis Brasil, Bourbon Ipiranga e Bourbon Country.

*Hora e O Pioneiro*; e jornais de circulação nacional, como *Folha de São Paulo*. As reportagens realizadas por estes jornais, além de circularem em edições impressas, possuem sua versão online, e foram estas as fontes utilizadas. Quanto às informações relativas à Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para Animais Domésticos (COMPPAD) da prefeitura e, posteriormente, à Secretaria Especial dos Direitos dos Animais (SEDA), obtive através do contato com Lourdes Sprenger, que coordenou a COMPPAD antes da criação da SEDA, e dos informativos online destes órgãos específicos. Entrevistei somente Lourdes que, à época, também era assessora da primeira-dama. Mas, apesar disso, eu não consegui agendar uma entrevista com esta. Em todas as vezes em que eu telefonava ao gabinete com este intuito, me apresentando como mestrandia em antropologia social da UFRGS, bem como a pesquisa que estava desenvolvendo, era informada por secretárias que a primeira-dama não estaria disponível. Eu não tive a intermediação de Lourdes, que permanecia ausente em função de suas atividades na COMPPAD. Parecia compreensível a ausência de ambas no gabinete, pois as minhas tentativas de encontrá-las deram-se no período de negociações e busca de aliados para o projeto que criaria a SEDA. Eu acompanhei este processo e estive presente, da mesma forma, na sessão ordinária da Câmara de Vereadores que aprovou a criação da nova secretaria. No entanto, passado este período, eu liguei novamente para o gabinete, sendo informada que Lourdes não trabalhava mais com a primeira-dama. A secretária da nova assessora pediu o número do meu telefone, prometendo ligar para agendar a entrevista. Porém, isto não chegou a acontecer.

Ainda numa fase de etnografia virtual, descobri uma campanha promovida pela marca de rações Pedigree, cujo título era “*adotar é tudo de bom*”, que também possuía uma divulgação televisiva. Decidi entrar em contato com a empresa Mars, fabricante das rações, com o intuito de saber maiores detalhes sobre a campanha. Despertava-me interesse o fato de

uma renomada marca de rações para animais estivesse engajada no incentivo à adoção de animais abandonados. No site da empresa, havia a seguinte divulgação:

*Filantropia em Universidades: Quando solicitado, nós podemos também fornecer para pesquisadores os materiais necessários para realização de suas pesquisas.*

Deixei, então, uma mensagem no campo “fale conosco” apresentando-me como mestranda em antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) explicitando os interesses da pesquisa e seu caráter estritamente acadêmico. Após algumas semanas, fui comunicada, via-email, que:

*(...) a MARS é uma empresa de capital fechado e, por esse motivo, não disponibiliza informações para o desenvolvimento de pesquisas.*

Certamente, se eu fosse estudante do curso de Medicina Veterinária e tivesse me apresentado como tal, a resposta teria sido outra. Isto serve, também, para as tentativas de entrevistar a primeira-dama, tendo a SEDA realizado um convênio com faculdade de veterinária da UFRGS. Estas recusas e as dificuldades de acesso a estes campos como estudante de antropologia revelam não apenas desconhecimento ou desinteresse em relação à disciplina, mas certa desconfiança quanto aos usos e divulgação dos dados fornecidos. Após receber este email, minha primeira reação foi de questionar-lhes a respeito da informação contida no site. No entanto, e certamente, eles não esperavam contatos de pesquisadores oriundos das ciências humanas, por que, afinal, uma estudante de antropologia estaria interessada em estabelecer contato com fabricantes de rações para cães (!). Apesar de eu ter explicitado o interesse na campanha de adoção de animais abandonados promovida pela marca, bem como os objetivos da pesquisa, isto não pareceu suficiente ou convincente.

Trabalhar com as sensibilidades envolvidas na interação humanos e animais acabou me inserindo no rol do “universo nativo”, o que exigiu certa vigilância epistemológica. No meu caso, não se trata de um “campo na selva visto da praia”, como Viveiros de Castro (1990)



descreve sua experiência de etnólogo entre sociedades indígenas e sua filiação acadêmica no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Este é um campo extremamente familiar para mim, visto de perto e de dentro, como destacou Magnani (2002). É um exercício de transformar o “familiar em exótico” (que poderia ser o contrário) como bem destacou Roberto Da Matta (1978) num texto hoje clássico na antropologia brasileira. Não sou ativista dos direitos dos animais, mas já adotei gatos e cachorros. Alguns eu recolhi das ruas e tratei, sem a intermediação desses grupos e organizações que trabalham com abandono e adoção. Neste sentido, eu estava, portanto, inserida no contexto que hoje se constitui em meu objeto de estudo, sendo o exercício de “observar (e estranhar) o familiar”, tal como sugere Velho (1978), um dos principais desafios epistemológicos enfrentados nesta pesquisa.

Ainda que aparentemente o tema que abordo não carregue uma dimensão política, ela está presente, sobretudo entre os organizadores das feiras, militantes dos direitos dos animais, agentes do governo e instituições privadas. Neste campo de forças e de posições desiguais de poder, os pesquisadores acabam sendo vistos, quando entram em contato com estes grupos, como aqueles que se somarão às causas defendidas – no meu caso, os direitos dos animais. Não raras foram as vezes em que eu recebia denúncias de maus tratos e da importância que isso fosse registrado em meu trabalho, e mesmo sobre a importância que este terá como “porta-voz” dessa luta em defesa dos animais abandonados, vítimas de seus próprios “donos”, servindo também para ampliar a visibilidade das feiras de adoção e da conscientização da “causa animal” na cidade, segundo uma de minhas informantes, dona Ana, um trabalho “*tão bonito e tão pouco reconhecido pela sociedade e pelo governo...*”. Não se trata, aqui, de uma pergunta sobre afinal de que “lado” me situo. Desde minha primeira incursão em campo, parecia implícito para as senhoras que organizam as feiras que eu estava de um lado, sim – o delas, cuja expectativa em relação ao meu trabalho é a de “publicização” das feiras de adoção

e da questão do abandono de animais na cidade, servindo como subsídio para diversas finalidades.

\*\*\*

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro, mais teórico, busca oferecer alguns horizontes de discussão, tanto em relação ao dualismo natureza/cultura na antropologia, quanto da diferenciação e da semelhança do homem em relação aos animais. No segundo, a análise concentra-se no neologismo que dá título a esta dissertação: quando a ajuda é “animalitária” e os animais abandonados é que passam a se afigurar como necessitados e alvo de ações de Organizações Não-Governamentais (ONGs). O terceiro capítulo aborda os embates discursivos em relação ao estatuto e tratamento dos animais através das categorias “pessoas” e “coisas”. E, finalmente, o último capítulo analisa o envolvimento do Estado na causa animal em Porto Alegre, entre outras coisas, através da criação de uma secretaria municipal voltada aos animais na cidade.

## 1. “SER HUMANO” E “SER” ANIMAL: ALGUNS HORIZONTES DE DISCUSSÃO

A temática da interação entre humanos e animais remete, inevitavelmente, ao debate da divisão fundamental entre natureza e cultura e, da mesma forma, da crítica atual empreendida por diferentes autores no que tange a esta separação (supostamente universal e que marca o desenvolvimento da disciplina) entre o universo da cultura, apanágio exclusivo dos humanos, e o universo da natureza, no qual estariam incluídos o restante das entidades que constituem o mundo. Esta divisão encerra, da mesma forma, domínios distintos de saberes e epistemologias entre ciências da natureza e ciências humanas. Nesta divisão do trabalho intelectual, a antropologia surge tendo como objeto o *anthropos* definindo o Homem enquanto “animal simbólico”, concebendo a natureza como uma esfera de realidade autônoma, um domínio ontológico separado da cultura – ou seja, natureza é tida como homogênea e as culturas como diversas. Este capítulo tem a intenção de apresentar alguns aportes teóricos para se pensar o humano e o animal, e a maneira com a relação entre ambos tem sido debatida na antropologia, e também fora dela.

Segundo Descola (2001), a antropologia, como uma ciência especializada, nasceu da necessidade de explicar e justificar as formas de pensamento “exóticos”, que pareciam não estabelecer limites claros entre humanos e não-humanos. Porém, no momento em que a compartimentalização entre as ciências da natureza e as ciências da cultura foi definitivamente consolidada, tornou-se inevitável que as características da realidade física, que as primeiras tentam apreender, servissem para definir o objeto do sistema de interpretação do mundo, que as segundas se esforçam para elucidar. Velho (2001), da mesma forma,

destaca que esta compartimentalização entre ciências da natureza de um lado, e ciências do espírito, de outro, estabelecidas por Dilthey, não fez mais do que se enquadrar num dos lados a oposição fundante entre natureza e cultura. Na esteira de Descola, ele sugere que um dos efeitos desta separação nas ciências sociais foi erigir a *interpretação* como procedimento que se opõe a *explicação*, sendo esta própria às ciências da natureza.

Nesse debate, Ingold (2002) argumenta que “sugerir que os seres humanos habitam mundos de significação culturalmente construídos é o mesmo que dizer que eles deram um passo “para fora” do mundo na natureza, onde as vidas de todas as outras criaturas estão confinadas”<sup>1</sup>. Nesta separação, operada pela tradição do pensamento ocidental entre humanidade e natureza como domínios mutuamente exclusivos, os seres humanos diferenciam-se dos animais, que pertencem integralmente ao mundo da natureza justamente por transcender esta. Lestel (2001) também sugere que

A grande dificuldade da comparação entre homem e animal resulta da constância com que o homem se define a si mesmo como um ser especial, em todos os tempos e em todas as culturas. O contraste entre o animal particular da abordagem biológica e evolucionista e o animal especial da antropologia cultural é, *a priori*, difícil de conceptualizar (...) o homem é um animal particular que se considera um animal especial. Essa dimensão do ser humano é essencial para se apreender a sua identidade específica. (p.268)

Viveiros de Castro (2002) sublinhou que a cosmologia ocidental “imagina uma continuidade física e uma descontinuidade metafísica entre os humanos e os animais, a primeira fazendo do homem objeto das ciências da natureza, a segunda, das ciências da cultura” (p.382). Noske (1993) ao analisar o envolvimento da questão animal na antropologia e nas ciências sociais, também afirmou que nossa continuidade com os animais - nossa animalidade (através do corpo) constitui-se apenas numa base material sobre a qual nossa “humanidade real” (mente, sociabilidade, cultura, língua) emerge.

---

<sup>1</sup> No original: “to suggest that human beings inhabit discursive worlds of culturally constructed significance is to imply that they have already taken a step out of the world of nature within which the lives of all other creatures are confined.” (Ingold, 2002 p.14)

Latour (2005) destacou que o dualismo natureza e cultura é próprio da *cosmologia moderna*. Segundo ele, a divisão fundamental entre natureza e cultura (e demais dualismos presentes nos discursos da sociedade ocidental) situa os pares da oposição em posições assimétricas, destacando que lá onde percebemos dualismos há, ao contrário, continuidade e simetria. Para Latour, a ciência e a sociedade se encontram imbricadas, assim como a natureza e a cultura, contrariando a separação e a purificação propostas pela modernidade. E, neste sentido, se há interligação, hibridização e não a propalada purificação moderna, então não somos modernos e, mais ainda, jamais o fomos.

A divisão entre natureza e cultura traz consigo outros dualismos: do “monismo naturalista e culturalista”, “universalismo e relativismo”, “dado e construído”, e da “humanidade e animalidade”. Este último, aliás, tratado por Ingold (1995) em seu artigo homônimo. Segundo Ingold, os animais têm ocupado uma posição central na construção ocidental do conceito de “homem”, pois as características singulares do (e de) “ser humano” constituem-se naquelas que os animais não possuem: linguagem, razão, intelecto e consciência moral. É exatamente a questão moral que precisa ser sublinhada, pois o hiato que separa a humanidade da animalidade é preenchido pela *moralidade*. Ou seja, “ser humano” é ser, como condição ontológica, tudo aquilo que os animais não “são”<sup>2</sup>. Para Ingold, a cultura sublinha a identidade do ser humano não como organismo biológico, mas como sujeito moral. Daí a diferença terminológica e semântica entre *humankind* (espécie humana) e *humanity* (condição moral).

---

<sup>2</sup> Daí o título deste capítulo e as aspas no verbo “ser”, que é utilizado, no caso dos humanos, como substantivo – “Ser humano” “é” existir enquanto pessoa, ao passo que “ser” animal é apenas “ser” algo animado ou vivo. Este deslizamento semântico no verbo é uma tentativa de ilustrar, tal como fez Ingold (1995), o que seria para alguns autores e teorias utilizadas no decorrer deste capítulo, uma marca da cosmologia ocidental no que tange à relação estabelecida entre humanos e animais não humanos. Porém, uma das propostas desta pesquisa é mostrar que, mesmo no contexto das sociedades ocidentais, os animais deixaram de ocupar uma posição subalterna, de inferioridade aos humanos. Neste sentido, tal como nas cosmologias dos povos indígenas, os “animais ocidentais” não são tratados e vistos apenas como algo animado ou vivo, mas como pessoas, sendo inseridos, muitas vezes, numa relação de parentesco, como filho, irmão, afilhado, sobrinho, etc. Esta asserção será retomada nos capítulos subseqüentes.

Ainda na década de 1930 Mauss (2003), ao analisar a noção de *pessoa*, baseado no desenvolvimento histórico dessa *categoria do espírito humano*, já destacou o caráter metafísico e moral que esta adquiriu. Da noção de personagem, através das máscaras, entre os índios Pueblo e as tribos americanas, à noção de pessoa e do “eu” na Índia e na China, que já enfatizavam a noção de indivíduo. Mas, para Mauss, a análise do percurso histórico dessa categoria mostra que foram os *latinos* que estabeleceram a noção de pessoa, cujo nome permaneceu exatamente como no latim – a “pessoa” é mais do que um personagem e mais do que uma máscara ritual: é um fato fundamental do direito. À noção de pessoa no sentido jurídico acrescentou-se um sentido moral. A este sentido moral acrescentou a noção de consciência – a pessoa moral consciente. O caráter metafísico da noção de pessoa foi dado pelo cristianismo. A categoria “eu”, tal como a concebemos, estaria relacionada com a consciência psicológica.

É esta noção de pessoa, de sujeito moral, que sublinha o caráter distintivo da humanidade em oposição à animalidade. Segundo Ingold,

Temos agora condições de solucionar um paradoxo situado no cerne do pensamento ocidental, que afirma, com igual segurança, tanto que os seres humanos são animais quanto que a animalidade é o exato oposto da humanidade. Um ser humano é um indivíduo pertencente a uma espécie; existir como ser humano é existir como pessoa. No primeiro sentido, o conceito de humanidade refere-se a uma categoria biológica (*Homo sapiens*); no segundo, aponta para uma condição moral (de pessoa). O fato de que empregamos a mesma palavra "humano" para ambos os sentidos reflete a convicção profundamente arraigada de que todos os indivíduos pertencentes à espécie humana - e exclusivamente estes - podem ser pessoas, ou, dito de outra forma, que a condição de pessoa depende do pertencimento à categoria taxionômica. Como postula o Artigo Primeiro da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*: "Todos os seres humanos são dotados de razão e consciência." Fica implícito, portanto, que os animais não-humanos não o são.

A questão da *moralidade* será aprofundada no decorrer desta dissertação, pois a mesma moralidade que fora utilizada para distanciar seres humanos e animais, também serve, atualmente, para aproximá-los. É a questão moral que norteia os discursos tanto de protetores, quanto de militantes pelos direitos dos animais. Segundo eles, os animais precisam ser

tratados com respeito não apenas pelo fato de compartilharem com os humanos o mesmo “plano físico”, mas por serem sencientes – é essa capacidade para sentir, sejam dores ou sentimentos, é que os aproxima dos humanos e permite que sejam tratados como pessoas. Aliás, Durham (2003), ao afirmar que *chimpanzés também amam*, destacou que “se podemos tentar separar os homens dos demais animais em função da consciência, do raciocínio, da linguagem e do instrumental simbólico culturalmente construído, as emoções constituem claramente algo que compartilhamos com eles” (Durham, p.87).

### **1.1 Para além da natureza e da cultura**

A afirmação de que categorias incluindo estas de humanos de um lado, e um vasto conjunto de espécies animais e vegetais (ou não-humanos) de outro, inseridas na oposição natureza e cultura, não seriam inevitáveis ou universais, mas compartilhadas em contextos particulares e de diferentes formas tem sido, igualmente, compartilhada por diversos autores. Neste sentido, as cosmologias dos povos indígenas sobre os não-humanos e o relacionamento que estes estabelecem com os animais serviram de aporte na desconstrução da suposta universalidade da oposição entre natureza e cultura. Como afirma Ingold (2002), o contraste básico entre substância física e a forma conceitual, do qual a dicotomia entre a natureza e a cultura é uma expressão, está profundamente enraizada na tradição do pensamento ocidental. Segundo Ingold, as sociedades de caçadores-coletores demonstram a incoerência de tal dualismo, pois estes não enfocam seu meio ambiente como um mundo externo à natureza que tem de ser “agarrado” conceitualmente e apropriado simbolicamente nos termos de um projeto cultural, numa crítica explícita a Sahlins (2003), quando este afirma que “a natureza está para a cultura como o constituído está para o constituinte” (p.208).

Descola (2005), da mesma forma, destaca que o dualismo que opõe natureza e cultura na sociedade ocidental como campos ontologicamente distintos não é compartilhado pelos

coletivos indígenas da Amazônia, sendo igualmente estranho aos índios do Canadá subártico que vivem em ambientes totalmente diferente. Estes povos conferem aos animais atributos idênticos aos dos homens (intencionalidade, reflexividade, etc.). Neste sentido, tanto na América do Sul, quanto na América do Norte, a natureza é parte integrante de um vasto conjunto de interações sociais onde o homem não é mais do que um ator entre outros. Estes povos concebem seu meio ambiente como uma densa rede de inter-relações governadas por princípios que não discriminam humanos e não-humanos: as relações entre eles são “relações de pessoa à pessoa”.<sup>3</sup> E, neste sentido, a humanidade não é vista como uma espécie dominante, subordinando todas as outras à sua própria reprodução.

A partir de sua experiência etnográfica entre os povos indígenas da Amazônia, Descola elaborou sua teoria sobre o relacionamento entre humanos e não-humanos, do homem com seu meio-ambiente, considerando quatro ontologias que operam uma distinção entre o plano da *interioridade* e da *fisicalidade* – o animismo, o naturalismo, o totemismo e o analogismo. Analisando a ontologia *animista* ameríndia a luz do modelo cosmológico da sociedade ocidental, que ele classifica de *naturalista*, Descola destaca que esses são inversamente proporcionais no que tange ao plano da fisicalidade e da interioridade. Na perspectiva naturalista há uma crença no caráter imutável da natureza, e o relacionamento estabelecido entre humanos e não-humanos é pautado pela semelhança de fisicalidades (entre homens e animais, por exemplo, constituídos pela mesma “matéria” ou substância física), mas diferenças de interioridades (capacidade cognitiva e subjetividade); na cosmologia *animista*, ao contrário, há uma crença na semelhança de interioridades e diferenças de fisicalidades. O animismo, segundo Descola, é a crença de que os seres “naturais” são dotados de um princípio espiritual próprio, e que seria possível aos homens estabelecer com estas entidades

---

<sup>3</sup> Dans l’aire subarctique comme dans maintes sociétés amazoniennes, les relations entre humains et non-humains sont avant tout des relations de personne à personne. (Descola, 2005 p.43)



um tipo de relacionamento particular, de proteção, de sedução, hostilidade, aliança e de troca de favores.

O autor empreende, da mesma forma, uma crítica à ecologia cultural, que considera como culturais as porções do meio ambiente modificadas pelo homem e como naturais as que não o são, que se desenvolvem independente da ação humana, concebendo a cultura no plural e a natureza no singular. Segundo ele, a idéia clássica na antropologia e nas ciências sociais, de um mundo natural organizado por leis físicas e biológicas sobre as quais os humanos projetaram sua cultura, idéia esta utilizada no desenvolvimento da antropologia, não parece explicar a maneira como os povos ameríndios representam seu meio ambiente. Estas noções é que fazem prosperar a idéia de que ao lado de um mundo natural há um outro, e uma grande variedade de culturas que se adaptam à este meio ambiente.

Segundo Descola, diferente do dualismo moderno que distribui humanos e não-humanos, as cosmologias amazônicas estabelecem uma diferença de grau, e não de natureza entre os homens, as plantas e os animais. Para os Achuar, por exemplo, população com a qual Descola realizou seu trabalho de campo, as plantas e os animais possuem uma interioridade, similar à dos humanos, uma faculdade que, ao assegurar-lhes consciência reflexiva e intencionalidade, os inclui entre as “pessoas”, tornando-os capazes de experimentar emoções e trocar mensagens com seus pares e com membros de outras espécies e, assim, com os homens. Ainda para os Achuar, o saber-fazer técnico é indissociável da capacidade de criar um meio intersubjetivo entre o caçador, os animais e os espíritos donos da caça; entre as mulheres e as plantas do jardim e os personagens míticos que engendram as espécies cultivadas – as mulheres se dirigem às plantas cultivadas como seus filhos, os homens consideram a caça como um cunhado: parentesco por sangue para as mulheres e por aliança para os homens (Descola, 2005:23). Neste sentido, a natureza, na cosmologia animista dos Achuar, não é uma instância transcendental, mas o sujeito de uma relação social.

Descola mostra que cosmologias análogas a dos Achuar são descritas em grande número de regiões da América do Sul. Apesar das diferenças que elas manifestam no seu agenciamento interno, todas essas cosmologias têm por característica comum o fato de não operar distinções ontológicas entre os homens, de uma parte, e um bom número de espécies naturais e vegetais, de outra. Nestas cosmologias, “a maior parte das entidades que povoam o mundo estão ligadas umas às outras por um vasto continuum animado por princípios unitários e governados por um idêntico regime de sociabilidade.”<sup>4</sup>

Ingold (2002), igualmente, destaca que em sociedades de caçadores-coletores, como a dos Cree, no noroeste do Canadá, há uma equivalência ontológica entre seres humanos e animais, sendo estes colegas participantes em um mesmo processo de vida. Isto traz, segundo o autor, um corolário de importância capital: é que ambos podem ter pontos de vista<sup>5</sup>, tal como concebe Viveiros de Castro (1995; 2002) em seu perspectivismo ameríndio. A teoria desenvolvida por Viveiros de Castro, aliás, analisa a relação estabelecida entre humanos e animais (e outros seres) entre os povos ameríndios sob o prisma do que ele designa como multinaturalismo, em oposição ao modelo multiculturalista, que caracteriza o pensamento ocidental. A cosmologia multinaturalista considera como múltiplos os corpos (natureza/biologia) e a cultura (espírito/essência) como particular. Na concepção multiculturalista ocorre justamente o contrário, como a própria designação sugere: as culturas é que são múltiplas e a natureza é una. Segundo Viveiros de Castro, na concepção ameríndia “a condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade” (p.355). Neste sentido,

Se a antropologia popular vê a humanidade como erguida sobre alicerces animais, normalmente ocultos pela cultura – tendo outrora sido “completamente” animais,

---

<sup>4</sup> La plupart des entités qui peuplent le monde sont reliées les unes aux autres dans un vaste continuum animé par des principes unitaires et gouverné par un identique régime de sociabilité. (Descola, 2005 p.27)

<sup>5</sup> Now the ontological equivalence of humans and animals, as organism-persons and as fellow participants in a life process, carries a corollary of capital importance. It is that both can have points of view. (Ingold, 2002 p.51)

permanecemos, “no fundo”, animais –, o pensamento indígena conclui ao contrário que, tendo sido outrora humanos, os animais e outros seres do cosmos continuam a ser humanos, mesmo que de modo não-evidente. (p.356)

## 1.2 Da diferenciação à semelhança

O relacionamento atual entre humanos e animais de estimação pode ser analisado, também, a partir da transformação de práticas e sensibilidades específicas em relação aos animais. Para Thomas (1996) é na Inglaterra, no início do período moderno, que estas mudanças ocorreram. Em sua obra *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais*, o autor destaca que estas novas sensibilidades emergiram neste contexto específico devido às transformações sociais porque passava a Inglaterra, como o crescimento das cidades e a emergência de uma nova ordem industrial em que os animais se tornaram cada vez mais marginais ao processo de produção, tornando-se alvo de preocupações específicas. A preocupação com os animais, para o autor, nasceu da tradição cristã segundo a qual o homem devia cuidar da criação divina, foi reforçada pela dissolução da tese de que o mundo existia exclusivamente para a humanidade e, finalmente, se consolidou graças a ênfase na sensação e no sentimento como fundamentos autênticos para a consideração moral. Dessa maneira, “por uma sutil dialética, a tradição antropocêntrica foi reajustada até introduzir os animais na esfera de preocupação moral” (Thomas, 1996 p. 216).

Segundo Thomas, porém, até que estas transformações ocorressem a busca pela diferenciação pela singularidade humana frente aos animais, a ansiedade quanto a qualquer forma de comportamento que ameaçasse transgredir os frágeis limites entre o homem e a criação animal, bem como as mudanças acerca desta percepção, marcaram o início do período moderno na Inglaterra. Tal como Ingold (1995) em sua análise sobre a diferenciação entre humanidade e animalidade na tradição do pensamento ocidental, Thomas destaca que o valor atribuído aos animais era negativo, ajudado a definir, por contraste, o que supostamente distinguia ou exaltava a espécie humana. Para o autor, no entanto, sem serem iguais ao

homem, nem completamente diferentes, os animais ofereciam uma reserva quase inesgotável de significados simbólicos.

No início da época moderna na Inglaterra, como destaca o historiador, o homem estava para o animal como o céu estava para a terra, a alma para o corpo, a cultura para a natureza. Havia, segundo ele, uma diferença qualitativa total entre o homem e o “ser bruto”. E essa distinção entre humanos e animais permeava a relação que os humanos estabeleciam entre si, pois a essência da humanidade era definida como consistindo em alguma qualidade específica, e qualquer homem que não a demonstrasse seria considerado sub-humano ou semi-animal. Neste sentido, mulheres, crianças, loucos e mendigos, corriam o risco de serem efetivamente tratados como animais, uma vez que, muito frequentemente, eram vistos como apresentando características que os associavam a um estado animal. Aliás, Leach (1983) já demonstrou como determinados animais são utilizados em insultos verbais, quando a equiparação entre humanos e animais constitui-se numa ofensa, uma forma de rebaixamento moral.

Esta visão antropocêntrica foi sendo questionada e igualmente substituída por outra, que destacava, justamente, a proximidade dos homens e dos animais, em termos de razão, inteligência, linguagem, etc. A transformação da sensibilidade humana em relação aos animais, e sua inclusão na esfera de preocupação moral, é que tornou, para Thomas, os maus-tratos condenáveis. E neste sentido, a piedade, a compaixão e a relutância em infligir dor, fosse aos homens ou aos bichos, eram identificadas como emoções características dos civilizados. Interessante destacar que Elias (1994), ao analisar as transformações dos costumes e das sensibilidades operadas pela sociedade de corte no *processo de civilização* destacou que, no curso desse processo, as pessoas procuraram suprimir todas as características que julgavam animaisca de seu comportamento e de seus costumes e, de igual maneira, buscaram eliminar essas características em seus alimentos. O sentimento de repugnância que

determinados animais suscitam, sobretudo o ato de comer carne cortada e servida aos pedaços na mesa se constitui, segundo a perspectiva eliasiana, numa mudança que faz parte de uma transformação muito extensa porque passam a estrutura das emoções, a sensibilidade e o comportamento das pessoas, sendo estas ocorridas nas classes altas e difundidas lentamente pelos demais estratos sociais. Diferenciar-se dos animais, através dos costumes, representava, neste caso, uma das características dos civilizados.

Pode-se afirmar, no entanto, que no relacionamento atual entre humanos e seus animais de estimação parece ocorrer justamente o contrário. Os animais estão cada vez mais próximos dos homens, a tal ponto de serem considerados membros da família e circularem pelos diversos espaços da casa, da cozinha ao quarto. Neste sentido, não há sentimento de repugnância ou evitação, simplesmente porque os animais, para algumas pessoas, não são percebidos como inferiores ou “sujos”. Porém, o conceito de sensibilidade, tal como definiu Elias ao analisar as mudanças no comportamento e nos costumes operadas pela sociedade de corte no processo de civilização, pode ser utilizado nesta pesquisa para analisar as transformações que culminaram nos comportamentos atuais em relação aos animais.

Quanto ao conceito de domesticação, sua noção corrente, como a passagem de um estado selvagem a um estado de domesticidade, de convívio pacífico com humanos, tem sido contestada por diferentes teóricos, dentre os quais Digard (1990; 1999), que analisa especificamente a relação estabelecida entre homens e animais na sociedade ocidental, e Ingold (2002), que analisa o caso de caçadores-coletores e a relação que estes estabelecem com a caça e com os animais de um modo geral. Ambos os autores criticam e procuram superar o que se entende por domesticação por razões diversas, mas convergem em um ponto: tanto para Digard, quanto para Ingold, a noção de domesticação está associada à de dominação. O primeiro destaca que as “ações domesticatórias” demonstram a necessidade “megalomaniaca e narcísica” dos homens de se apropriar e de dominar a natureza e os outros

seres. O último, numa perspectiva comparativa entre a sociedade ocidental e a sociedade de caçadores-coletores, demonstra como o relacionamento estabelecido com os animais passou de uma relação baseada na confiança, entre o caçador e sua caça, para uma relação de dominação, no regime ocidental de pastoreio.

Digard opta pelo termo “sistema domesticatório” para abarcar a diversidade de formas nas quais os homens investem na produção e utilização dos animais: em ação técnica, em organização social, em pensamento (consciente ou inconsciente), em representações, etc. e Ingold mostra o quanto a noção ocidental de domesticação tem sido associada à de dominação e controle dos homens sobre o mundo da natureza, que inclui sua própria animalidade.

Nesta diversidade de “sistemas domesticatórios”, Digard detém-se a analisar especificamente o da sociedade ocidental, destacando que o homem não investe na cultura das plantas da mesma maneira e com a mesma intensidade (quase emocional) na domesticação dos animais. Neste sentido, segundo o autor, não pareceria exagerado dizer que os animais fazem parte dos elementos constitutivos da identidade do homem, onde o ditado popular *tal cão, tal dono* não exprimiria outra coisa.

### **1.3 Humanos *versus* animais (ou humanos e animais)**

O relacionamento estabelecido entre humanos e animais de estimação nas sociedades ocidentais modernas, e o tratamento específico que determinadas pessoas dispensam aos animais, tem sido provocadores de discussão em diferentes aspectos. No contexto atual, como destacou Digard (1997), os animais passaram a receber um novo estatuto: são cada vez mais “antropomorfizados”, fazem parte da família, são tratados como crianças (muitas vezes melhores que crianças), servem como companhia e terapia. Este “estatuto de humanos” conferidos a determinados animais, sobretudo cães e gatos, é explicitado, dentre outros aspectos, pelos nomes próprios a que são designados, nomes estes comumente atribuídos

também a pessoas, da mesma forma como se constituem em “sujeitos de direitos”. Para Descola (1998), porém, o sentimento de proteção e os direitos conferidos aos animais na sociedade ocidental não parecem refutar sua teoria sobre a cosmologia naturalista da separação entre o universo da natureza e o universo da cultura. Proteger os animais outorgando-lhes direitos seria apenas estender a uma nova classe de seres (geralmente os percebidos como mais próximos dos homens) os mesmos princípios jurídicos que regem as pessoas, e que não questiona ou transpõe a separação entre natureza e sociedade. Para o autor, decidir tratar a natureza com respeito e benevolência supõe que a natureza exista como esfera autônoma e, também, que tenha sido primeiramente maltratada. Quando isso não acontece, a relação com os animais torna-se diferente da concebida na sociedade ocidental, como é o caso das cosmologias dos povos indígenas da Amazônia, para os quais os animais são sujeitos sociais dotados de instituições e de comportamentos perfeitamente simétricos aos dos homens e que, portanto, não necessitam de proteção. Neste sentido, a cosmologia naturalista, tal como concebe Descola, seria a mais etnocêntrica e antropocêntrica em relação aos demais modelos estabelecidos em sua teoria, pois há uma tendência a estender a concepção sobre a natureza e sobre os animais a culturas muito diferentes da ocidental moderna.

Mas, seguindo Descola, que define suas “quatro ontologias” como tipos ideais, pode-se dizer que o relacionamento que estabelecemos com os animais de estimação não se distanciam daquele estabelecido entre os povos indígenas da Amazônia em relação aos não-humanos. Não há diferenças de interioridades, pois se confere sentimentos e inteligência aos animais; não há descontinuidade, dualismo, oposição – pois a natureza está na cultura, nos humanos, e estes mesmos humanos estão na natureza, num continuum, como destacou Descola.

Como destacam os filósofos Deleuze e Guatarri (1997) ao analisar o “devir-animal”, podemos nos transformar e as nossas percepções do mundo ao nos vincularmos de certas

maneiras aos animais. Segundo eles, o devir-animal não consiste em se fazer de animal ou imitá-lo, e nesta interação o homem também não se torna "realmente" animal, como tampouco o animal se torna "realmente" outra coisa. Este devir se constitui no vasto domínio das *simbioses* que coloca em jogo seres de escalas e reinos inteiramente diferentes. Uma relação interespecífica, em outros termos. Pode-se afirmar, com isto, que neste devir-animal a natureza e a cultura, humanos e não-humanos, não se constituem em oposição, mas em associação, continuidade, tal como sugere Descola ao analisar a cosmologia animista dos povos indígenas da Amazônia, muito mais próxima da sociedade ocidental moderna do que se supõe. Os três capítulos que seguem podem ilustrar isso.



## 2. A “AJUDA ANIMALITÁRIA”: QUANDO O “OUTRO” É UM ANIMAL

O engajamento e a militância pelos direitos dos animais podem ser analisados sob a perspectiva do “militantismo animalitário”, na acepção de Jean-Pierre Digard (1990; 1999), que refere-se àqueles que lutam por uma “causa animalitária” da mesma forma como outros se engajam na “causa humanitária”<sup>1</sup>. O sociólogo Christophe Traïni (2011) também destacou que, tal como o engajamento dito humanitário, os ativistas em favor da proteção animal se constituem em fontes privilegiadas de observação para estudar os fundamentos de uma militância baseada no altruísmo, na solidariedade e na ética. A analogia adquire sentido quando analisados os discursos de ONGs que recolhem animais abandonados e organizam feiras de adoção, que enfatizam uma retórica da “ajuda”, da proteção, da assistência.

As emoções, em ambos os casos, da ajuda humanitária e “animalitária”, adquirem um lugar central na definição de ações destinadas a abreviar o sofrimento alheio. Esta sensibilidade ao sofrimento do outro, no caso animais, e a (com)paixão que suscitam que merece destaque. Como observa Fassin (2010), ao analisar a entrada de sentimentos morais no espaço público, em se tratando especificamente da questão da ajuda humanitária na sociedade ocidental, o vocabulário do sofrimento e da compaixão passou a fazer parte, nacional e internacionalmente, da nossa vida política. Esta “política da compaixão”, segundo ele, coloca em relação Estados, organizações não-governamentais, instituições internacionais e coletividades. É este relacionamento específico, em nome de um causa, não humanitária, mas “animalitária”, transpondo a análise de Fassin aos termos de Digard, que este capítulo propõe

---

<sup>1</sup> Segundo o autor: *J'appelle militants animalitaires tous ceux qui luttent pour une cause animale comme d'autres s'investissent dans des combats humanitaires.* (DIGARD, 1999 p.97)

colocar em perspectiva (antropológica). O neologismo, aparentemente bizarro, torna-se apropriado para análise de casos em que os animais se tornam alvo do trabalho voluntário, baseado numa “ética da responsabilidade” e do dever moral de auxílio aos necessitados, neste caso, os animais de rua. É isto que se verá nas páginas que seguem.

## 2.1 A “favela de cães”

A chácara da Sociedade Amigos dos Animais (SOAMA), em Caxias do Sul, servirá como exemplo paradigmático do que designo como “ajuda animalitária”, apropriando-me da expressão de Digard (1999). Segundo dados estimados pela própria ONG, a chácara abriga atualmente cerca de dois mil cães e gatos (porém, o número expressivo é de cães) abandonados pelas ruas da cidade. O abrigo tornou-se internacionalmente conhecido como “favela de cães” através de reportagens realizadas no local pela mídia inglesa, como The Sun e Daily Mail, e da Agência Reuters, que reproduzo em fragmentos a seguir:

**The real slumdogs: The 1,600 four-legged inhabitants of their OWN Brazilian favela:**

Although most Brazilian slums are fairly rough places, only one can be said to have truly gone to the dogs. That’s because this shanty town, or ‘favela’, in Caxias do Sul, is devoted to the canine community – housing 1,600 stray hounds (...) The animals' lives mirror those of millions of poor Brazilians living in shacks known as favelas.

Fonte: *Daily Mail – mail online, junho de 2010.*

**Stray dogs get their own slum in Brazil:**

Hundreds of tightly packed zinc-roofed shacks dot a hillside slum, one of thousands of "favelas" that are home to samba stars, drug lords and millions of poor Brazilians. But this slum in the southern city of Caxias do Sul is a home for dogs, not humans.

Like in human shantytowns, the main challenge facing the dog favela is making ends meet. Oselame says costs, including veterinarian's fees and 13 tonnes of pet food a month, are far greater than the donations and the roughly \$14,000 she receives monthly from the municipal government.

Fonte: *Agência Reuters, maio de 2010.*

### Welcome to Dogsville:

The special shanty town was set up to care for abused and stray mutts in Caxias do Sul, Brazil.

They are kept chained up next to ramshackle single kennels arranged along little streets in what local wags have dubbed the Dog Slum. But although the Friends of Animals Society charity tries to rehome them, the three-acre site is always overcrowded because too few are adopted. Now the society is appealing for more funds to buy the 12 TONS of dog food needed to feed the hounds every month.

Fonte: *The Sun*, junho de 2011.

Estas reportagens retratam a chácara tal como uma “favela” de humanos. Não parece ser por acaso, na perspectiva das reportagens, que esta se encontra no Brasil, “espelhando a realidade de milhões de brasileiros pobres”. Além de humanos necessitados, há cães na mesma situação. O conglomerado de casas com telhados de zinco é o que tornaria a semelhança evidente. Neste caso, contudo, não se trata de uma das favelas existentes no Brasil, mas de um abrigo para cães. A repercussão da reportagem da Agência Reuters foi matéria do jornal local *O Pioneiro*<sup>2</sup>:

Prestes a iniciar as celebrações de aniversário, **Caxias ganhou destaque internacional ao ser citada em uma reportagem da agência de notícias Reuters. Mas o motivo nada tem a ver com os 120 de emancipação política, 100 anos de cidade e chegada do trem e 135 anos da imigração italiana.** O assunto abordado pelos jornalistas ingleses é a tão conhecida (para nós) situação dos animais da chácara da Soama. **O detalhe, que deixou muitos caxienses constrangidos, foi o título da reportagem: Favela de cães.**

“A gente vê como positiva a repercussão. O que envergonha não é a chácara, mas as atitudes das pessoas. Todos os 1,8 mil animais que estão lá foram abandonados um a um, eles não procriaram lá”, diz a diretora de marketing da Soama, Natasha Oselame Valenti.

Com tantos outros atributos a serem reconhecidos em Caxias do Sul, como coloca a reportagem, esta acabou se destacando internacionalmente por possuir uma “favela de cães”,

<sup>2</sup> Reportagem de Juliana Bevilaqua, sob o título *Reportagem da agência Reuters chama chácara da Soama, em Caxias do Sul, de 'favela de cães'* – Título dado à entidade teve repercussão negativa entre caxienses, publicada na edição do dia 25/05/2010.

incrustada na maior cidade da serra gaúcha<sup>3</sup>. Enquanto a existência de um abrigo para animais abandonados, e a ênfase que este recebeu de jornais com reputação internacional, gera constrangimento para alguns, é o que impulsiona o trabalho de outros, como protetores e voluntários da ONG.

Tomei contato com a SOAMA através de uma reportagem realizada pelo site UOL. Esta reportagem, ao contrário do que sugere a mídia inglesa, destaca que

Não se trata de uma favela de cães, como a chácara ficou conhecida. **A Soama está mais para um campo de refugiados**, onde centenas de animais, antes abandonados à própria sorte, recebem atenção e esperam por um novo lar.<sup>4</sup> (Grifos meus).

Campo de refugiados. Foi esta a mesma impressão que tive quando fui até Caxias do Sul conhecer o abrigo, em setembro de 2011. Não se constituindo em uma “favela de cães” não se tratava, da mesma forma, de um “cãodomínio”, como a chácara também ficou conhecida através de uma reportagem realizada pelo site G1<sup>5</sup>. Os abrigos para animais são alvos de críticas constantes por parte de defensores pelos direitos dos animais, muito em função do uso de correntes para prendê-los, o que atenta contra sua liberdade<sup>6</sup>. No entanto, e apesar das correntes, o cenário que se descortinou para mim no momento em que cheguei à chácara da SOAMA não foi de uma favela ou qualquer outra denominação que esta possa adquirir por veículos midiáticos e críticos.

<sup>3</sup> Segundo últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Caxias do Sul possui uma população de 435.564 habitantes em relação a municípios adjacentes como Farroupilha, com 63.635, e Flores da Cunha, com 27.126 habitantes.

<sup>4</sup> Reportagem realizada por Lucas Azevedo, publicada em 19/06/2011 no link: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/06/19/com-1800-animais-ong-vira-campo-de-refugiados-no-rio-grande-do-sul.jhtm> sob o título “Com 1.800 animais, ONG vira “campo de refugiados” no Rio Grande do Sul”. Acessado em agosto de 2011.

<sup>5</sup> ONG cria “cãodomínio” para animais abandonados no RS. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0MUL489716-5598,00ONG+CRIA+CAODOMINIO+PARA+ANIMAIS+ABANDONADOS+NO+RS.html#> Acessado em setembro de 2011.

<sup>6</sup> Sordi (2011), concentrando seu trabalho nos movimentos designados como abolicionistas em Porto Alegre, movimentos estes que rejeitam qualquer uso humano de animais não humanos, destacou que há um trabalho de substituição terminológica própria aos movimentos de defesa animal. Segundo o autor, a idéia do animal escravo é a mais recorrente. Na retórica dos abolicionistas, o animal, privado de sua “liberdade”, existiria em função de outro, como uma coisa existe em função de um sujeito. (Sordi, 2011 p.19)

Conforme a apresentação do próprio site da ONG<sup>7</sup>:

**Os animais não podem falar e não podem pedir socorro das crueldades do ser humano. São seres que merecem nosso amor e nosso respeito. Com a nossa bondade, sensibilidade e boa vontade podemos mudar esta situação.** É isso que move os voluntários da SOAMA (Associação Amigos dos Animais), uma entidade sem fins lucrativos que olha pelos cães e gatos abandonados da cidade de Caxias do Sul - RS. A cidade é a segunda maior cidade do Estado e tem um número muito grande de animais de rua e casos de maus-tratos. Sabemos que o nosso trabalho é de formiguinha, que temos um longo caminho a percorrer, que a luta é árdua, mas temos uma certeza: **não podemos deixar nossos amigos sofrer em silêncio e queremos ensinar as pessoas que eles merecem uma chance de ser feliz e isto está nas mãos de todos nós.**

Nem condomínio de cães, nem favela de cães. O que faz o local parecer-se com um campo de refugiados é o fato de se tratar de um espaço que transforma o abandono em acolhimento para cães, “vítimas passivas” de uma “humanidade cruel”, e que “sofrem silenciosamente”. Segundo Fassin (2010), é a compaixão ao infortúnio do próximo (que, neste caso, é um animal) que produz uma indignação moral suscetível de gerar uma ação (aqui, animalitária) visando seu encerramento. Foi este cenário de “ajuda animalitária” que encontrei quando da minha visita à chácara:

*Distante do centro da cidade, o terreno cedido pela prefeitura à SOAMA está situado num local de difícil acesso, na zona rural do município. Conforme o combinado com Natasha e sua mãe, dona Dinamar (uma das fundadoras da ONG) pegaria carona com esta até a chácara, devendo esperá-la em frente à prefeitura. Não conhecia dona Dinamar pessoalmente, apenas Natasha, que não poderia nos acompanhar por estar envolvida com as palestras de conscientização contra maus-tratos a animais que realiza em escolas. No dia combinado, choveu muito em Caxias do Sul e imaginei não ser possível realizar a visita nestas condições, pois o abrigo não é coberto. A intensidade da chuva diminuiu e, do hotel onde estava, na região central, liguei para dona Dinamar já esperando o cancelamento. No entanto, ela estava disposta a ir até a chácara, novamente confirmando o horário. Passei minhas características e a roupa que estava vestindo para que ela me reconhecesse quando*

<sup>7</sup>

Em: [www.soama.org.br](http://www.soama.org.br)

*chegasse à prefeitura. No horário marcado, avistei uma senhora acenando do outro lado da rua. Dona Dinamar destoava de todas as características que imaginei. Ela não era uma senhora idosa, como frequentemente se imagina que sejam os protetores. A mim ela pareceu tão jovial quanto sua filha.*

*O caminho foi longo, mas conversamos sobre a pesquisa e sobre a SOAMA no trajeto. A expressão de dona Dinamar era de cansaço, e isso se tornou claro depois que ela relatou todas as atividades que realiza na ONG e as que esteve envolvida naquela semana. Nem o frio, nem a chuva, ou mesmo o cansaço daquele dia, a impediram de ir até a chácara. Após passarmos por algumas estradas sem asfalto, entramos na rua que nos levaria até o abrigo. Ainda no carro, avisto o aglomerado de casinhas. Dona*



Entrada da chácara

*Dinamar aciona o portão automático e estaciona em meio a elas. O barulho dos latidos é ensurdecedor. Desço do carro e ofereço ajuda pra descarregar as caixas de isopor, onde estão as vacinas. Nos dirigimos até a sede da ONG, instalada logo na entrada e também cercada por diversas casinhas, dispostas uma ao lado da outra.*

*Ela pergunta o que desejo fazer. Respondo que pretendia dar uma volta para conhecer o espaço e tirar algumas fotos. Tento, em vão, caminhar entre as casinhas, pois os cachorros latem enfurecidos em minha direção. Todos estão presos em coleiras enredadas num pedaço de madeira, fixada em frente à porta de entrada de suas casinhas. Não sinto*



*medo de cães, mas os diversos latidos, e o desespero de um deles quando passei fizeram com que eu recuasse por receio de que conseguisse se desvencilhar da corrente. Estava com a câmera não mão e caminhava entre as britas, o barulho das pedras os irritava ainda mais. Fiquei parada alguns instantes, tentando encontrar um ângulo para registrar o que via, ainda impressionada pela quantidade de casinhas. Lembrei das diversas reportagens que li e assisti sobre a SOAMA e sua “famosa favela de cães”. Agora eu estava ali, em meio aos cães, observando suas “moradias”. A impressão de que estava em um campo de refugiados para animais tornava-se cada vez nítida.*

*A imagem que se tinha, da mesma forma, era de um depósito de animais, como campos de refugiados comumente são designados como depósitos de pessoas, porém todos os cães recebem tratamento*



*Apelo contra o abandono. Fonte: Site UOL em:  
[http://noticias.uol.com.br/album/090424\\_album.jhtm?abrefoto=29](http://noticias.uol.com.br/album/090424_album.jhtm?abrefoto=29)*

adequado. Alguns destes animais são abandonados no portão, outros recolhidos das ruas através de denúncias. Ainda que alguns sejam “de raça”, estes perderam seu valor ou porque cresceram demais, ou porque se tornaram velhos demais. Dona Dinamar sabe da superlotação de animais na chácara e apesar da ONG receber uma verba mensal da prefeitura, garantida pelo Ministério Público através da lei federal que institui que estes são tutelados pelo Estado<sup>8</sup>, a verba se tornou insuficiente ante a população que não pára de crescer. Uma de suas preocupações era de como conseguiria mais casinhas, tendo em vista que o fabricante destas não estava mais fornecendo. A idéia inicial, de se ter na chácara uma espécie de casa de passagem, um abrigo temporário para desabrigados, como um albergue (e mesmo um campo de refugiados), não chegou efetivamente a ser colocada em prática, pois muitos animais acabam não sendo adotados nas feiras de adoção organizadas pela SOAMA, e também por esta ser reconhecida no município como a entidade que cuida dos animais abandonados, para onde acabam sendo conduzidos todos os animais errantes.

Estes animais acabam sendo, da mesma forma, rejeitados por adotantes. Tal como na adoção de crianças, cuja preferência é por bebês recém nascidos, do sexo feminino e brancas, o mesmo ocorre com os animais disponíveis para adoção, cuja preferência recai sob aqueles de pequeno porte e ainda filhotes. No entanto, segundo relatos de dona Dinamar e Natasha, alguns animais chegam ainda filhotes na chácara e acabam permanecem lá depois de adultos, ou seja, estes nunca chegaram a ter um “novo lar”. A ONG chegou, inclusive, a promover uma campanha intitulada “Abra seu coração para um cachorro grandão”, destinada aos cães de grande porte, geralmente os mais rejeitados para adoção.

Fiquei alguns minutos parada perto da entrada da chácara, exatamente no início de uma lomba que dava acesso a um aglomerado ainda maior de casas. Uma mulher se aproxima com um saco de ração nas mãos. Ela me cumprimenta, sorrindo. Pergunto se posso

---

<sup>8</sup> Quanto à lei federal, ver nota quarenta e um do capítulo quatro.



*acompanhá-la até seu destino, ela responde que sim. Seguimos em meio aos latidos enfiados dos cães. Ela diz que está indo até a “ala dos doentinhos”.*



“Enfermaria” provisória – “ala dos doentinhos”

*Percebendo que eu desviava dos cachorros quando estes saíam de dentro das casinhas, pergunta se estou com medo deles. Respondo que um pouco, mas não o suficiente para desistir da caminhada. Entramos na “ala dos doentinhos”, uma espécie de garagem com telhado de zinco, destinada àqueles animais que foram resgatados muito debilitados, alguns atropelados, com as patas quebradas, e que se recuperam sob a supervisão do veterinário. Há gaiolas, e não casas, em ambos os lados. Também não há latidos ali. A mulher que me acompanha segue seu trabalho de reposição das rações nos potes, em cada uma das gaiolas. Digo a ela que continuarei a caminhada, agradecendo por ter apresentado o espaço.*

*Há casas espalhadas por todo o lugar, ocupando os três hectares de extensão do terreno. Porém, em meio a elas há uma estrutura de alvenaria com grades, onde estão os cães considerados bravos. Um homem e uma mulher limpavam o espaço. Ela com uma vassoura, ele com uma mangueira. Quando notam minha presença, ambos me cumprimentam. A mulher abre uma das grades e fica muito próximo a mim. Pergunto a ela há quanto tempo trabalha na chácara. Ela responde que menos de quatro meses, que era*

*nova ali. Comento sobre o barulho dos latidos, ao que ela diz: Hi...hoje até que eles estão calmos (para meu espanto). Tem dias que não dá pra agüentar, a gente fica surdo (sic).*



Limpeza do único espaço construído em alvenaria para os cães bravos. Na foto à direita, observa-se estas construções, dispostas uma ao lado da outra.

*Caminho alguns metros, um pouco receosa, pois alguns cães estavam nos telhados de suas casinhas, latindo muito. Observo, ao longe, um senhor caminhando lentamente entre elas com um regador nas mãos. Ele estava repondo a água em cada um dos recipientes. Fico impressionada com o fato de, até aquele momento, todas as casinhas que observei terem potes com água limpa e rações.*

*Encontro dona Dinamar e o veterinário. Já o conhecia, mas não pessoalmente. Ele foi entrevistado por um programa de televisão numa reportagem sobre a SOAMA. Dona Dinamar nos apresenta. Diz que eu estava ali em função de uma pesquisa. Ele se chama Fernando e parecia muito jovem. Estava vestindo um macacão verde com o logotipo da Universidade de Passo Fundo (UPF) bordado. Dona Dinamar carrega uma caixa de isopor e está com luvas nas mãos, a intenção era aplicar vacina em*



O veterinário observa um dos funcionários e sua tentativa de imobilizar um cão para receber vacina.

*um dos cães considerados bravos e de difícil acesso. Pergunta se eu gostaria de acompanhá-los e seguimos caminhando. Fernando detalha a situação dos cães doentes, comenta sobre a recuperação de alguns. Aponta para um deles, mostrando-me. Era um cão de grande porte que, segundo o veterinário, havia chegado muito magro e debilitado. Parecia-me bem, havia recuperado o peso. Seguimos o trajeto e dona Dinamar aproveita para visitar a obra da clínica veterinária, e pergunta sobre os “novos”, que entraram na chácara na última semana. Fernando responde que foram três conduzindo-nos a eles. Ele nos mostra um cão da raça boxer, que precisou ser retirado do local onde estava por ser “muito bagunceiro”. Enquanto seguíamos a caminhada passando pelas casinhas, dona Dinamar, que segue na minha frente, diz: “cuidado que esse é bravo”. Ela parecia conhecer cada um dos animais a ponto de saber o perfil de cada um deles. A mim todos pareciam bravos.*

*Voltamos para a sede da SOAMA, já no final da tarde. Bira, um dos funcionários mais antigos da ONG, nos oferece café. Bira é um senhor simpático e receptivo. Dentre os oito funcionários que trabalham na chácara, ele tem como uma de suas funções conduzir em sua Kombi os demais funcionários até suas casas. Enquanto dona Dinamar abre o “livro de óbitos” para registrar os últimos falecimentos, observo o mural e alguns quadros dispostos na parede. Uma frase assinada como de Leonardo Da Vinci: “Chegará um dia em que os homens conhecerão o íntimo dos animais e, neste dia, um crime contra um animal será considerado um crime contra a humanidade”. Charges do cartunista Iotti<sup>9</sup> sobre a SOAMA, como a ilustração de dois cães conversando: “nosso abandono para inglês ver”, em alusão às reportagens destacadas no início deste capítulo. Recortes de jornais com matérias sobre a SOAMA também estão afixadas no mural. Logo acima deste havia um quadro com a frase: “dogs are like potato chips...you can’t have Just one”. Enquanto dona Dinamar mostra o*

---

<sup>9</sup> Carlos Henrique Iotti é cartunista e jornalista nascido em Caxias do Sul. Reconhecido por suas charges em jornais locais que satirizam o cotidiano de uma família de imigrantes italianos, sua principal criação constitui-se no personagem ítalo-brasileiro Radicci.

*calendário da ONG, com fotos de animais para adoção e os materiais de divulgação como chaveiros, canetas e adesivos, cuja venda serve como complemento à verba que recebem mensalmente da prefeitura, um senhor bate à porta. Diz estar interessado em adotar um cão que fosse bravo. Dona Dinamar diz que a SOAMA realiza feiras de adoção somente nos sábados e que, em função do horário, não poderia mais atendê-lo. Ele insiste dizendo que trabalha em obra e que não conseguiria chegar mais cedo. Dona Dinamar, novamente, diz que já havia encerrado as atividades, tendo o senhor prometido retornar no sábado. No entanto, ele segue caminhando entre as casinhas acompanhado por outro homem sob o olhar atento de dona Dinamar, que me diz:*

**Eles querem adotar pra colocar o cachorro pra cuidar da obra! Eu conheço. Quando eles vêm em dois assim...Mas não vão levar! Não vão mesmo! Esses animais são meus filhos!** Por mim eu deixava todos aqui, mas não tem como. Tem que saber pra quem a gente vai doar<sup>10</sup>.

*Um casal acompanhado de uma senhora também bate a porta, porém estes estão sendo aguardados por dona Dinamar. Vieram buscar um cachorro adotado na feira, que permaneceu na chácara para receber um microchip, a fim de evitar novamente um possível abandono. Ela faz uma série de perguntas a eles, perguntas estas que também escutei nas feiras de adoção que acompanhei em Porto Alegre, como se eles possuem muro ou grade em casa, se têm outro animal, se terão paciência, tendo em vista tratar-se de um filhote. Da mesma forma como enumera uma série de preceitos, como não alimentar com osso de galinha, trocar a ração quando este se tornar adulto, etc. Outro ponto destacado ao casal foi:*

**Maltratar e abandonar animais é crime. Se ele não se adaptar, devolva. Bicho não é descartável.** Quando é pequenininho é bonitinho, mas quando crescem as pessoas abandonam. **Bicho também não é brinquedo.**

*Neste momento, volta seu olhar para mim e diz:*

---

<sup>10</sup> Apesar de os animais estarem disponíveis para adoção, existe um perfil de adotante, definido anteriormente pelos doadores, tal como nas feiras que acompanhei em Porto Alegre. No caso destacado por Dona Dinamar, a preocupação era com a atribuição de um valor utilitário aos animais, mas há outros em que a desconfiança de que o animal não será “bem tratado”, pela condição social do adotante, é o que motiva a recusa. Esta questão será retomada no próximo capítulo.

Uma vez eu desci das tamancas porque um casal trouxe uma criança de um ano pra adotar um cachorro, o guri pegava o bicho e amassava. Os pais não falavam nada! Então, eu fui obrigada a dizer: **vocês estão vendo o que o filho de vocês está fazendo? Aí, o pai dele me respondeu: mas é só um cachorro! Eu disse: Como assim só um cachorro? É uma vida! Uma vida que merece respeito! Vai comprar um brinquedo pro teu filho brincar, não deixa ele fazer isso com o animal.** Eu não deixei adotar. O guri saiu chorando e o pai dele pra mim: viu o que tu fez? O que eu fiz? Se tu faz todas as vontades do teu filho, tu tá criando um monstro! (Sic).

Esta ênfase dada ao estatuto dos animais – de que estes são sujeitos (de direitos) e não “objetos” ou “coisas” descartáveis – está presente no discurso de diversos protetores e militantes da “causa animal” e será retomada no decorrer desta dissertação. Nos casos tratados aqui, de “ajuda animalitária”, é este estatuto que confere proximidade e justifica ações de auxílio e a solidariedade a eles. No entanto, o paradoxo da relação entre humanos e animais residiria no fato de que estes seriam sujeitos sem agência, ao menos não nos termos de uma agência humana. Neste sentido, os animais seriam sujeitos de direitos sob os quais os humanos é que possuem responsabilidade e compromisso. O status agentivo ou a capacidade para ação e (inter)ação dos animais não é reconhecido pelo direito ocidental. Bevilaqua (2011), ao analisar o dualismo jurídico entre pessoas e coisas, destaca que os questionamentos sobre a existência jurídica dos animais como “coisas” promovidas por militantes pelos direitos dos animais e mesmo, na prática, processos judiciais que envolvam animais (nos casos analisados por ela, de grandes primatas) não ultrapassa ou redefine o dualismo. Nestes casos, a decisão dos tribunais de não decidir e o acionamento, por parte dos advogados, da categoria coisa (no sentido de propriedade) para legitimar as ações demonstraria esta asserção. Isto porque, segundo a autora, a agência humana é a única forma de agência concebível no direito ocidental. Neste sentido,

(...) enquanto os entes aos quais se reconhece um potencial agentivo podem transitar entre as categorias pessoa e coisa em situações determinadas, seres vivos não humanos, assim como objetos inertes, estão inapelavelmente condenados a uma perpétua imobilidade (categorial), sob a condição de coisas, num universo em que formas não humanas de agência (naturais ou sobrenaturais) não encontram lugar e, portanto, de fato não existem. O problema suscitado pelas demandas de reconhecimento de seres vivos não humanos como sujeitos de direitos, portanto, é precisamente como definir – e, assim, trazer à existência – uma diferença que, em si mesma, difere dos modos de diferenciação definidos pela oposição pessoa/coisa e

pelo princípio de agência que, contido num dos pólos, preside as relações entre ambos. (Bevilaqua, 2011 p.98)

## **2.2 Do humanitário ao “animalitário”**

O trabalho voluntário de “ajuda animalitária”, tal como as ações ditas humanitárias, pode ser analisado como possuindo um caráter de abnegação – constitui-se num gesto de solidariedade e desprendimento ou mesmo uma doação, que não corresponde à lógica convencional da reciprocidade na tríade dar-receber-retribuir. Casos de “ajuda animalitária” e humanitária adquirem parte do sentido pelo descompasso entre dar e receber, constituindo-se numa troca assimétrica e não equivalente. Isto porque ajudar um animal abandonado equivaleria a realizar uma dádiva, empenhando tempo, dinheiro e afeto no cuidado deste. Como destaca Fassin (2010), nos casos de ajuda humanitária, não é a condescendência do “ajudante” que está em causa. Bem mais do que o significado do seu ato de ajudar estão em jogo as condições do relacionamento social que ligam as duas partes e que, além de toda intenção dos agentes, faz da compaixão um sentimento moral sem reciprocidade possível. No entanto, o dom aparentemente desinteressado supõe um contra-dom sob a forma de uma obrigação que liga receptor a benfeitor como, por exemplo, a manifestação de reconhecimento. No caso da “ajuda animalitária” o contra-dom é o “amor incondicional” que protetores alegam receber dos animais que ajudam. Em várias passagens do trabalho de campo escutei que receber o carinho de um animal, que expressa em seu olhar o agradecimento pela ajuda e acolhimento, torna-se “impagável”.

As análises de Schuch (2009) sobre as práticas de intervenção social dirigidas à infância e juventude, especialmente no que designa como “campo de atenção ao adolescente infrator no contexto pós-promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”, podem ser úteis para os casos tratados aqui. No que tange ao trabalho efetuado por agentes jurídico-estatais com os “adolescentes infratores”, a autora destaca que

(...) No plano das interações face a face entre educador (benfeitor) e educando (necessitado), isto é, no plano do “sofrimento próximo”, temos uma comunicação que é descrita, prioritariamente, como de “coração a coração”, através da “doação” de afeto e amor e sua reciprocidade. **O “tópico dos sentimentos” explicitaria, nesse caso, uma propriedade essencial das relações, que seria a de colocar, em posições distintas, pessoas humanas suscetíveis de lhes ocupar: os que “dão” sentimentos e afetos e os que “recebem” esses dons, formando sujeitos diferenciados: os “sujeitos de ação” (agentes jurídico-estatais) e “sujeitos de intervenção” (adolescentes e suas famílias).** Essa distinção possibilita e justifica a intervenção social, uma relação social iniciada pela voluntariedade do “dom” afetivo do educador, ou seja, a “dádiva” do amor e do afeto (Schuch, 2009 p.217 grifos meus).

Essa relação entre os que “dão” sentimentos e afetos (“sujeitos de ação”) e os que “recebem” estes dons (“sujeitos de intervenção”), nos termos de Schuch (2009), também se faz presente nos casos tratados aqui, pois essa dádiva do amor e do afeto parece justificar, da mesma forma, o trabalho voluntário realizado com animais abandonados. Parece haver um ponto de convergência aqui: ambos, animais abandonados e “adolescentes infratores, “são tidos como “sujeitos de intervenção”, porque estes é que seriam os mais necessitados do ponto de vista dos afetos.

Para além de campo de refugiados, a chácara também pode ser destacada como uma “zona de abandono”, para utilizar a acepção de Biehl (2005) ao analisar o Vita, um centro de reabilitação para drogados em Porto Alegre onde famílias, instituições médicas e o Estado abandonam doentes mentais, deficientes físicos, pacientes com AIDS, etc., como se fossem ex humanos. Nestas zonas de morte social os abandonados aguardam a iminente morte física, como foi o caso de Catarina, com a qual Biehl realizou um estudo de caso. Ainda que o objetivo da chácara seja o acolhimento e o cuidado com o objetivo de salvar vidas, o que interessa deter da análise de Biehl, para os propósitos deste capítulo, é que zonas de abandono absorvem indivíduos considerados sem valor. Fassin (2010), da mesma forma, ao analisar o que ele designa como “razão humanitária”, destaca que esta governa “vidas precárias”, como estrangeiros doentes, vítimas de catástrofes e conflitos, doentes de AIDS, vidas ameaçadas e esquecidas. Tal como no Vita, no caso dos humanos, a chácara da SOAMA abriga animais velhos, doentes, de grande porte, alguns chegam com sinais de violência, outros atropelados,

rejeitados por seus donos e também para adoção. São estas “vidas precárias” que caracterizam o perfil dos animais lá abandonados e justificam ações de “ajuda animalitária”, ações estas que buscam abreviar o sofrimento de animais considerados sem valor em zonas de abandono, como pode ser considerado o caso da chácara.

Aliás, é o discurso do “respeito a todas as formas de vida”<sup>11</sup> que também justifica o trabalho de diversas ONGs ligadas à “causa animal”. Neste caso, trata-se de uma busca pela desconstrução do antropocentrismo, do especismo<sup>12</sup> e de uma moralidade que contemple a vida humana como acima de todas as “outras vidas”. Se a ajuda humanitária se constitui numa ação que busca abreviar o sofrimento de um “outro”, que é reconhecido como semelhante, as ações de “ajuda animalitária” são impulsionadas por uma sensibilidade ao sofrimento de um “outro”, que é um animal, mas que é, ao mesmo tempo, semelhante por compartilhar a vida, no sentido amplo do termo – “*não é só um cachorro, mas uma vida!*” Como destaca dona Dinamar em sua fala. Neste “encontro de alteridades” é a experiência de sentir-se tocado ou afetado pelo sofrimento de animais que induz ações no sentido de salvar suas vidas. Trata-se, também, não apenas da valorização de um *homo sacer*, tal como define Agamben (2002). A sacralidade, aqui, perpassa não apenas a vida humana, mas a “vida animal”. Aliás, as análises

<sup>11</sup> Lévi-Strauss (2009) destacou que se para os ameríndios “*o tempo dos mitos foi aquele em que os homens e os animais não eram realmente distintos uns dos outros e podiam se comunicar entre si, ainda hoje é como se continuássemos confusamente conscientes dessa solidariedade primeira entre todas as formas de vida*” (p.211 grifos meus).

<sup>12</sup> O termo *especismo* foi cunhado na década de 70 pelo filósofo e psicólogo britânico Richard Ryder, um dos fundadores do moderno movimento pelos direitos dos animais. Ele refere-se à crença generalizada de que a espécie humana é inerentemente superior a outras espécies e, por isso, tem direitos ou privilégios que são negados a outros animais. Fonte: <http://www.richardryder.co.uk/speciesism.html>. Acessado em outubro de 2011. No entanto, foi o filósofo australiano Peter Singer que difundiu o conceito, comparando-o ao racismo e ao sexismo, destacando que não haveria razões para se recusar a estender o princípio básico de igualdade a animais não humanos. O antropocentrismo seria uma forma de especismo, na medida em que atribui à espécie humana uma superioridade em relação aos animais. Nesta perspectiva, a humanidade seria a medida de todas as coisas. Sordi (2010; 2011) sublinhou que ambos os “ismos” ocupam um lugar semântico na economia discursiva dos defensores dos animais. Torna-se importante destacar, no entanto, que em sua pesquisa o autor verificou a existência de *fronteiras emicamente* erigidas entre *defensores e protetores dos animais* em Porto Alegre. Os primeiros seriam inseridos no movimento designado como abolicionista, contrários a qualquer uso humano de animais não humanos, vendo-se e operando-se do ponto de vista político. Os segundos seriam inseridos nos grupos chamados “bem-estaristas”, dedicados ao acolhimento de animais em situação de abandono, como é o caso da SOAMA e demais ONGs referidas nesta dissertação. Termos como *especismo*, *senciência*, etc. fariam parte do vocabulário abolicionista, mas muitos “bem-estaristas” compartilham deste.



deste filósofo também podem ser úteis para os casos tratados neste capítulo. Agamben (2002) utiliza conceitos como *bando* e abandono para discutir os casos de grupos de “indivíduos inclassificáveis”, que acabam compondo espaços como campos de refugiados e mesmo campos de concentração na época do holocausto. Os conceitos de bando e abandono são correlatos, na medida em que para ser *abandonado* é necessário, primeiramente, ter pertencido a algum lugar. Este lugar de origem é o bando. Não se abandona aqueles que são importantes e valorizados pelo grupo, mas, como já destacou Biehl (2005), abandonam-se aqueles que não possuem valor algum. Exilados nestas “zonas de indiferença”, como destaca Agamben (2002), estes indivíduos constituem-se em alvo de ações humanitárias, que buscam promover a “inclusão através da exclusão”, incluir os que foram excluídos, acolhendo-os da situação de abandono a que acabam sendo submetidos. O paralelo com os animais da SOAMA e de “ajuda animalitária” torna-se evidente.

### 2.3 Sensibilidade aos animais, sensibilidade aos humanos

Para protetores e defensores, os animais são seres vivos suscetíveis, da mesma forma que os humanos, ao sofrimento – são seres sencientes. Quanto a isto, Natasha, diretora de marketing da SOAMA, destaca que

Eu sempre começo minhas palestras nas escolas assim: **vocês já pararam pra pensar que os animais sentem como nós, mas não podem pedir socorro? Os animais apanham em silêncio, sentem fome em silêncio.** Eu sempre falo que existem pessoas boas e pessoas más, e que os animais tem sorte ou azar.

Mas, porque se engajar numa causa animalitária e não humanitária? Ou, por que ajudar animais e não crianças, por exemplo, quando há tantas que necessitam de auxílio e se encontram em situação de rua? Estas questões, que inicialmente nortearam esta pesquisa, tornaram-se senso comum para protetores e militantes, posto que se constituem exatamente nas críticas que recebem em relação ao trabalho que realizam, evidenciando as moralidades existentes no que tange ao estatuto e tratamento dos animais. Para eles, todos os necessitados

devem receber auxílio. Enquanto uns se engajam no trabalho humanitário, outros o fazem no trabalho “animalitário”.

No primeiro encontro de voluntários do Projeto *Bicho de Rua* que participei, cujo objetivo, além de reunir os já integrantes da ONG, era angariar o maior número possível de novos voluntários, uma das participantes falou:

**Eu já ouvi infinitas vezes: tu é louca, vai cuidar de criança. Tá ficando velha e vai cuidar de bicho.** Mas enquanto eu tiver lucidez e vida eu quero (...). A moeda do trabalho voluntário é o coração. Fazer o bem faz bem. É um prazer que não é palpável (sic).

Para Natasha, cuidar dos animais constitui-se numa missão:

**É a minha missão, a minha luta, eu até decidi não ter filhos por isso.** Mas, aí as pessoas dizem: ah, mas vai chegar um dia que tu vai sentir um vazio e o que tu vai fazer? Eu respondo: gente, eu já tenho uma causa, eu já tenho uma preocupação, uma missão. A minha luta são os animais. **Eu encaro isso como uma missão e levo ela muito a sério, a ponto de se não vierem pessoas ajudar eu assumo as responsabilidades (...)** O olhar de um animal, o sofrimento de um animal, nada no mundo, nada, me comove mais...e é uma coisa muito forte, por isso que eu digo que é uma missão, que nasceu comigo, porque eu não sei explicar. **Se eu vejo um bichinho sofrendo é uma descarga de adrenalina muito forte.** Ao longo dessa minha missão na SOAMA eu conquistei muitas coisas para os animais. As coisas ruins acontecem, mas elas me dão mais força pra não desistir. É a minha missão de vida. Eu falo pra minha mãe: mãe, é uma causa difícil, é cheia de frustrações. É um trabalho de formiguinha, mas eu não desanimo. Se cada um tivesse uma missão, não importa qual, ia fazer a diferença. Se cada um fizesse não precisaria existir proteção animal, porque seria uma coisa dentro de todo ser humano, de que todos os animais deveriam ser protegidos, mas não existe, então, eu acho que cada um tinha que fazer a diferença. **Não basta sentir pena dos animais, pena não ajuda ninguém, e a maioria só sente pena. Vamos transformar pena em atitude. Não adianta só reclamar, tem que agir.**

Torna-se interessante destacar que a palavra “missão”, referida diversas vezes na fala de Natasha, também é utilizada nas definições do trabalho humanitário. Muitas organizações, dentre elas a *Médicos sem Fronteiras*, utilizam a expressão *missão humanitária* para designar o trabalho que realizam em várias partes do mundo. A palavra adquire um sentido de dever moral de auxílio ao próximo. Para Natasha, ela aparece como sinônimo de destino – ajudar os animais é sua *missão de vida*. E é isto que a impele à ação, pois, em sua perspectiva, apenas a piedade em relação ao sofrimento dos animais não basta. Segundo Fassin (2010), e conforme

já destacado neste capítulo, é a compaixão ao infortúnio do próximo (neste caso, um animal) que produz uma indignação moral suscetível de gerar uma ação visando seu encerramento.

No entanto, o trabalho voluntário de ajuda aos animais, diferente do que sugere Digard (1990; 1999) em sua análise crítica ao “militantismo animalitário” na França, não se constitui em uma “misanthropia”<sup>13</sup> ou mesmo uma insensibilidade ao sofrimento de humanos. Durante o trabalho de campo ouvi muitos relatos de que a sensibilidade que move ações de solidariedade não encerra em pólos distintos humanos e animais. Como destaca Marcia Simch, diretora de marketing do *Projeto Bicho de Rua*,

**As ações de bem estar não precisam ser exclusivas, todos precisam de cuidados. Isso não quer dizer que não se goste de gente. As ações de solidariedade não podem ser restritivas, ou um ou outro. Não! Isso também é discriminação.** Tudo bem, gente é gente, bicho é bicho, existe uma distância, mas parece que tudo é muito polarizado, isso é um bom investimento, isso não é. Isso é que precisa ser modificado, se o animal estiver bem tratado, ele não vai transmitir doenças, o que se faz de bem lá, reflete aqui, os benefícios acontecem nos dois lados. **Não se pode separar a causa animal da causa social.**

Em um dos folders do *Projeto Bicho de Rua* e em seu site, a resposta à pergunta de por que, afinal, ajudar os animais também é significativa:

Tudo que existe deve ser cuidado: o ar, a água, as plantas, os animais e os humanos. Coloque-os na ordem de importância que desejar, mas não ignore nenhum deles. **As ONGs de proteção animal auxiliam o poder público no controle de zoonoses, ou seja, nas doenças que os animais podem transmitir aos humanos. Fazem isso de uma forma humanitária**, através de campanhas de vacinação e esterilização gratuitas ou a baixo custo, tratamento de animais doentes entre outras ações. **Quem protege animais inibe a violência contra seres humanos e aprende valores como a solidariedade, o amor, a tolerância e a celebração da vida.** Quando a mente não é pequena, o coração dos humanos se engrandece. **Para ajudar animais não é necessário deixar de ajudar pessoas. Por que uma ação de solidariedade excluiria outra?**

Ou, como destaca uma cartilha de protetores disponível na internet,

**(...) Aqueles que se ocupam da proteção de animais são igualmente solidários com o sofrimento das pessoas: a mão que estendem ao animal que sofre é a mesma que jamais recusa amparo a um semelhante, porque proteger animais é, antes de tudo, um ato de respeito à VIDA na qual somos solidários com todos os demais seres (...)**<sup>14</sup>

<sup>13</sup> No sentido empregado pelo dicionário Aurélio, de uma aversão aos homens ou antropofobia.

<sup>14</sup> Em: [www.sosbicharada.com.br](http://www.sosbicharada.com.br). Acessado em outubro de 2011.

Ainda que o trabalho voluntário de “ajuda animalitária” tenha como uma de suas principais características as emoções, como a compaixão ao sofrimento daqueles que “não possuem voz”, o que acaba garantindo uma legitimidade a este é justamente o envolvimento com uma demanda de saúde pública, como a prevenção de zoonoses. Aciona-se isto como forma de demonstrar, efetivamente, que se trata de uma causa válida. Como destaca a fala de Marcia, o trabalho de protetores acaba se revertendo em benefícios também para humanos. Aliás, ela parece ser uma das poucas pessoas, no âmbito do trabalho voluntário de auxílio aos animais, que estabelece uma “distância” entre homens e bichos. No entanto, ela opera uma distinção entre o trabalho que realiza com humanos e com animais. Com as pessoas, estabelece uma relação de “trabalho profissional”, ao passo que, com os animais, a relação está baseada na afetividade e no trabalho voluntário. Daí sua justificativa para o fato de ser cirurgiã dentista, e não médica veterinária.

Eu trabalho voluntariamente com animais, mas eu sou dentista e não veterinária. E vou te dizer: a veterinária nunca me passou pela cabeça, porque **a minha relação com os animais é uma relação afetiva, e não profissional.** E é a primeira coisa que as pessoas me perguntam: mas se tu gosta tanto de bicho por que tu não é médica veterinária? Mas aí é que tá a diversidade das coisas: **eu posso trabalhar profissionalmente com pessoas, e voluntariamente com os bichos.**

Em relação à sensibilidade aos animais e humanos, a fala de Lourdes Sprenger, defensora da causa animal em Porto Alegre que coordenou a COMPPAD anteriormente à criação da SEDA, é reveladora:

Nós entramos nessas vilas, tu tem que ver (sic). As pessoas ficam desconfiadas, pensam que é como a carrocinha, que nós vamos levar o animal e não vamos mais entregar. Às vezes aquele animal é a única coisa que eles têm. A gente chega, as crianças abraçadas neles, a gente pergunta se pode levar, tem todo um trabalho. Teve uma vez que um senhor, ele abraçou o cachorro, ele se despediu porque não teria condições de ficar com ele...

Neste momento, dá uma pausa. Emociona-se. Com a voz embargada termina o relato:

Essas pessoas não tem nada, fazem fogo no chão, naquelas latinhas...**a gente que trabalha com animais, a gente acaba tendo muito mais sensibilidade com os humanos também.** Agora mesmo com o Chocolatão. Tem gente que reclama da vida, que fica de mau-humor, meu filho esses tempos tava de mau-humor e eu disse: o que? Tu sabe onde eu tive hoje? Lá na vila Dique, as pessoas vivem no meio da sujeira, usam latinha pra fazer fogo, e a gente chega e as crianças felizes, a gente

dava um folderzinho pra elas pintarem, e elas saíam felizes com aquilo. Agora vem me dizer que tá de mau-humor porque brigou com a namorada? Uma amiga me diz: “ah, porque isso que eu to passando é um problemão”. Não! Problema é o que essas pessoas passam no dia a dia!

A fala de dona Lourdes contrasta com a de Natasha, destacada algumas páginas atrás. Enquanto a primeira sente-se afetada também por humanos necessitados, a última enfatiza sua sensibilidade e comoção apenas ao sofrimento dos animais, pois, como sublinhou, *nada no mundo a comove mais*. Isto demonstra que não há um tipo padrão de “militante animalitário” tão pouco de sensibilidade em relação a eles. Algumas pessoas, como Marcia, estabelecem uma distinção entre humanos e animais, destacando que as ações de solidariedade é que não podem separá-los em pólos opostos; outros, como dona Lourdes, parecem ter abolido a fronteira entre as espécies, comovendo-se com as “necessidades” e o sofrimento, sejam eles de humanos ou de animais. Neste caso, são as “vidas precárias” de que fala Fassin (2010), tanto humanas quanto animais, que despertam compaixão pela falta ou ausência de algo que necessitam para (sobre)viver. Isto vai desde humanos que “vivem” no “meio da sujeira e usam latinhas para fazer fogo”, como dona Lourdes destacou, até animais que perambulam pelas ruas, “sentem fome e sofrem em silêncio”, segundo a fala de Natasha. Como destacou Fassin (2010), o ideário cristão da caridade e do auxílio ao próximo, que permeia a moralidade da sociedade ocidental, além de impulsionar ações de ajuda humanitária (e, nestes casos, também “animalitária”), acaba construindo estas sensibilidades ao sofrimento dos “necessitados”, sejam eles humanos ou animais.

Há casos em que a ajuda humanitária e animalitária se confundem, quando ocorrem catástrofes naturais, por exemplo, como tsunamis e enchentes. Nestes casos, grupos de voluntários reúnem-se em busca de animais que foram deixados para trás na fuga de seus donos por abrigo ou que se perderam destes. Além de comida, água e medicamentos, estes grupos organizam feiras de adoção para estes animais. As catástrofes naturais representam momentos privilegiados de manifestação da solidariedade. Nestas situações, como destaca

Fassin (2010), as intervenções humanitárias apresentam um caráter de urgência, no sentido de agir imediatamente, e que têm como prioridade salvar vidas. O terremoto e o tsunami ocorridos no início de 2011 no Japão podem representar estes casos, quando a ajuda humanitária e animalitária se encontram com o objetivo de salvar vidas (humanas e animais). Como destaca a reportagem do jornal Folha de São Paulo do dia 19 de março de 2011, um grupo de cinquenta protetores deslocou-se para as regiões mais atingidas, tendo como objetivo resgatar os animais que foram deixados para trás em áreas evacuadas por apresentarem riscos, como a usina nuclear de Fukushima, que teve três de seus reatores danificados pelo tsunami:

Segundo a voluntária Isabella Gallaon Aoki, é grande a quantidade de animais perdidos: "Muitos são levados para abrigos, mas há também lugares lotados de desalojados que não aceitam animais", contou, à BBC Brasil (...) **Críticas também não faltam ao grupo. Muitos questionam por que se preocupar com animais diante de um drama que afeta tantas pessoas: "Há os que estão ajudando humanos e nós, os bichos. Todos precisam de ajuda", responde.**<sup>15</sup>

A Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA, na sigla em inglês) também promove ações de ajuda animalitária em casos de desastres naturais. Nestes casos, o trabalho da WSPA representa para os animais aquilo que organizações, como a Médicos Sem Fronteiras, por exemplo, representam para os humanos. Como eles destacam em seu site:

**Todos os anos, desastres naturais ou decorrentes da ação humana levam o caos e a destruição a milhões de pessoas e às áreas onde elas vivem. Os animais podem ser as vítimas esquecidas.** Muitas das comunidades mais pobres do mundo dependem inteiramente dos animais para consumo, transporte e sustento. Animais domésticos proporcionam valiosa e estimada companhia em todo o mundo. **Ajudar os animais afetados por desastres reduz seu sofrimento e ajuda comunidades inteiras** (...) Quando acontece um desastre, a WSPA, através de sua rede mundial de equipes de socorro para desastres, tem condições de chegar ao local afetado em três dias. **Nossas organizações parceiras prontamente ajudam a pôr em prática nossos programas emergenciais.** A WSPA fornece cuidados veterinários de emergência em suas clínicas móveis e permanentes, alimentando animais famintos e devolvendo os animais aos seus donos, sempre que possível. **A WSPA vem fazendo esse trabalho de assistência emergencial em áreas atingidas por desastres há mais de quatro décadas.**<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Reportagem de Ewerthon Tobace para a BBC do Brasil, reproduzida pelo jornal Folha de São Paulo. Disponível no link: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/891068-entidade-recolhe-e-ajuda-animais-perdidos-em-tsunami-no-japao.shtml>. Acessado em outubro de 2011.

<sup>16</sup> Fonte: WSPA Brasil - <http://www.wspabrasil.org/trabalhoWSPA/AuxilioemDesastres/Default.aspx>. Acessado em outubro de 2011.

Essa retórica da urgência para salvar vidas, como destacou Fassin (2010), perpassam os discursos de ONGs e protetores que se engajam no auxílio de “vítimas esquecidas” dos desastres naturais, quando as atenções e a ajuda dirigem-se aos humanos. Torna-se importante destacar que mesmo a defesa civil passou a incluir os animais em seus planos e estratégias para desastres naturais, outrora dirigidos apenas aos humanos.<sup>17</sup>

Todas estas ações são representativas dessa transformação da sensibilidade em relação aos animais. Do que, na perspectiva de protetores e militantes, seria uma valorização de “todas as formas de vida”. No entanto, ainda que discursivamente e moralmente todas as formas de vida devam ser salvas ou receber ações de ajuda “animalitária”, os casos apresentados neste capítulo demonstram que é a determinadas vidas, ou a determinados seres vivos não humanos, que elas se dirigem – os cães e os gatos. Na esteira do que sugere Sordi (2010; 2011) em sua análise de movimentos abolicionistas em Porto Alegre, as ações de “ajuda animalitária” corresponderiam à lógica de protetores bem-estaristas que estaria centrada na proteção (relacionada a uma dimensão afetiva) e não na defesa (relacionada a uma dimensão política e encompassada pela lógica dos direitos civis). Da mesma forma, uma “retórica da diferenciação” no que tange ao estatuto e tratamento dos animais entre “pessoas” e “coisas”, que tem como elemento diferenciador a ausência ou presença de afetividade, parece permear os embates entre protetores e militantes e criadores e comerciantes de animais. É disto que tratará o próximo capítulo.

---

<sup>17</sup> O caso de São Paulo é um exemplo significativo desta mudança: <http://www.wspabrazil.org/latestnews/2011/apos-audiencia-publica-sao-paulo-inicia-inclusao-dos-animais-nos-planos-de-emergencia-da-cidade.aspx> Acessado em outubro de 2011.

### 3. QUANDO COMPRAR OU ADOTAR ANIMAIS SE TORNA UMA QUESTÃO MORAL

A configuração atual no trato com os animais de estimação se deve, em boa medida, à ação de novos atores sociais e à ampliação do leque de movimentos políticos na contemporaneidade, embora alguns desses atores e movimentos sequer se reivindicuem como tal. É o caso, por exemplo, de protetores e militantes pelos direitos dos animais engajados na causa da adoção, contra o abandono e o comércio de animais de estimação. Essa transformação da sensibilidade em relação aos animais de rua é o que está na origem da existência de feiras de adoção, protestos contra a venda de animais e demais ações contra a prática do abandono. Aliás, muitos argumentos contra o mercado e o abandono de animais têm estreita relação com as campanhas que visam restringir os eventos correlatos que tem as crianças como objeto. Da mesma forma, também pode ser vislumbrado o tratamento conferido aos animais errantes sob a mesma perspectiva conferida a crianças, adolescentes e mesmo adultos em situação de rua. Os animais, como as campanhas de adoção bem enfatizam, também necessitam de um “lar”, de “proteção” e de “amor”.

Como parte da configuração atual em relação aos animais, a proposta deste capítulo é, pois, analisar os distintos códigos morais e as diferentes sensibilidades envolvidas na oferta de animais de estimação, tais como venda e adoção, atendo-se especificamente no último caso. Isto se deve ao fato de, além de existirem atualmente diversas ONGs que promovem feiras de adoção de animais recolhidos das ruas, o abandono ter se constituído em um problema social que passou a receber atenção especial e intervenção do poder público, como se verá a seguir.



Pretende-se analisar esta nova configuração à luz de duas lógicas distintas e que parecem permear o universo moral de protetores e militantes: dos animais como “sujeitos de direito” aos animais como “objetos” para serem vendidos e/ou comprados, geralmente de raças e portes bem definidos. Torna-se importante ater-se nestas concepções, pois elas fazem parte uma transformação das sensibilidades e das moralidades no que tange ao tratamento e ao estatuto dos animais de estimação (e também dos embates que emergem em relação a estes). Reconhecer os animais como “sujeitos de direitos” e incluí-los na esfera de preocupação moral como “sujeitos” que “sentem” traz como corolário sua exclusão do pólo oposto, como “objetos” ou “coisas”, e destaca o deslocamento do valor utilitário (e monetário) ao valor afetivo. No entanto, a palavra “coisa” constitui-se numa categoria de acusação e condenação moral que militantes e protetores dirigem a criadores, comerciantes e pessoas que abandonam seus animais de estimação. Na perspectiva dos primeiros, na qual este capítulo se concentra, os últimos atribuiriam aos animais o estatuto de “mercadorias descartáveis”. Todavia, torna-se necessário diluir posições estanques entre uma categoria e outra, pois, como se verá a seguir, transações monetárias envolvendo animais não excluem relações de afeto.

Estas questões serão tratadas a partir das análises de Zelizer (1992; 2005; 2009), sobre a transformação da sensibilidade em relação às crianças nos Estados Unidos no início do século XX, bem como da interação entre economia e relações íntimas; e de Bevilaqua (2011), sobre como o tratamento de ações judiciais que envolvem animais, como pedido de habeas corpus a chimpanzés e seu reconhecimento como pessoa humana, expõe a classificação jurídica entre pessoas e coisas, revelando a existência de apenas um modo de diferir que acaba por não reconhecer outras formas que não se encaixam em um ou outro pólo ou que embaralham estas concepções.

### 3.1 Comprar ou adotar: eis a questão (moral)

O surgimento (e o aumento) de um mercado voltado aos animais responde a uma demanda e deve-se, da mesma forma, ao aumento do número de animais em residências<sup>1</sup>. No entanto, na mesma proporção em que aumenta o mercado voltado aos animais, aumenta o número de animais abandonados, disponíveis para adoção. E a grande questão apresentada por defensores da causa animal é justamente esta: se existem tantos animais disponíveis, por que comprar um animal? Na esteira dessa argumentação, segue outra, a da superpopulação de animais nas ruas e a importância do controle reprodutivo dos animais errantes, ao passo que os criadores estariam muito mais preocupados, segundo protetores e militantes, com o número de ninhadas que se encaixam nos padrões de uma raça específica, sendo descartados os que não apresentam as características desta raça.

Neste sentido, os embates em torno do estatuto dos animais e os argumentos em relação ao abandono distribuem em lados opostos vendedores de animais de estimação e organizadores de feiras de adoção. É a diferença entre as percepções – dos animais como “coisas” aos “animais como pessoas” – que configura as tensões e o conflito de interesses entre militantes pelos direitos dos animais, que organizam e/ou apóiam feiras de adoção, e organizadores de feiras de comércio, para destacar o caso do abandono e adoção e do comércio de animais. Para os primeiros, os animais não podem ser tratados como objetos, e inclusive o termo “feira”, para designar suas atividades, também é repudiado, uma vez que este faz alusão ao comércio. Diversas vezes escutei que *“animais não são objetos ou coisas descartáveis”* e este argumento é recorrente nesta dissertação. Segundo Natasha Valenti, diretora de marketing da ONG SOAMA,

---

<sup>1</sup> Segundo dados de um estudo realizado em 2009, encomendado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SIDAN) e pela Comissão de Animais de Companhia (COMAC), Porto Alegre é a capital que apresenta o maior percentual de cães ou gatos por residência (56%). Este mesmo estudo aponta que os estados do sul e sudeste concentram 75% do mercado pet no Brasil.

**Existe abandono porque as pessoas não entendem que os animais são seres vivos e que são sujeitos de direito. Acham que eles são descartáveis.** Aí se mudam e abandonam. Eu sempre digo: eu posso passar fome, morar na rua, mas os meus animais vão comigo. Eu nunca vou colocar a Bilú pra anúncio! Ela é minha, minha responsabilidade. Tem uma tendência mundial que eu acho ótima, de que nós não somos donos dos animais, nós somos guardiões. **Nós não somos donos, os animais não estão aqui pra nos servir. Existe uma indústria de comércio de animais que diz que o vira-lata é nada e que o de raça é chique, vale a pena. Eles visam o lucro.** E as pessoas acabam abandonando, porque cresceu demais, de menos, porque roeu o jardim, porque engravidou e não quer mais animais, vai se mudar. É uma cultura que a gente tá tentando mudar, mas que demora, de que eles são seres vivos, sujeitos de direito e de que a responsabilidade é nossa. Por isso eu digo, se tu tem animal ou tu cuida. Se a pessoa se muda e tem reunião de condomínio e diz que não pode ter animais, as pessoas aceitam, elas não vão atrás! Eles são descartáveis, quando não servem mais não é problema delas. É uma cultura que nem a mídia ajuda, a gente tá lutando contra muita gente. (Natasha Valenti, em setembro de 2011)

As análises de Bevilaqua (2011) sobre o dualismo jurídico entre pessoas e coisas podem ser utilizadas para os casos tratados aqui, embora estes não tratem de ações judiciais movidas com a intenção de reconhecer animais não humanos como sujeitos de direitos. Essa polarização está presente, da mesma forma, nos embates entre adoção e comércio de animais de estimação. Como destaca a autora, essa oposição acaba por “homogeneizar a diferença” ao instituir apenas um modo de diferir (ou pessoas, ou coisas, como modos únicos e excludentes de existência jurídica). Utilizando como documentos etnográficos dois processos judiciais envolvendo grandes primatas; o primeiro caso, no Brasil, com o pedido de Habeas Corpus a dois chimpanzés, e o segundo, na Áustria, com o pedido de reconhecimento de um chimpanzé como pessoa, a autora afirma que,

**(...) O que merece atenção, porém, é que ainda que esses casos demonstrem um crescente desconforto com a categorização de animais no mesmo conjunto ao qual pertencem os objetos inertes, na condição jurídica de coisas, a argumentação desenvolvida pelos demandantes não desafia diretamente o princípio básico de constituição de um universo no qual todos os entes são ou pessoas ou coisas, de acordo com seus atributos respectivos como sujeitos (proprietários) ou objetos (sobre os quais são exercidos direitos de propriedade).** Certamente não é trivial afirmar que chimpanzés são humanos, mas fazê-lo com o propósito de deslocar certos entes de uma posição a outra não afeta a polaridade básica pessoa/coisa e, ao mesmo tempo, contribui para reafirmar a pessoa humana “real” como modelo exemplar do sujeito jurídico. Nesse sentido, tanto a retórica e as estratégias dos demandantes como a (não) resposta que emana dos tribunais desenharam os limites de um quadro conceptual no qual a diferença, constituída sobretudo por meio de relações de propriedade, é tida como binária e exclusiva (p.96).

Essa lógica do campo do direito, que distribui humanos e não humanos entre pessoas e coisas, parece permear, da mesma forma, o universo moral de protetores e militantes. Estas se constituem em categorias acusatórias dirigidas o mercado de “animais de raça”, onde se inserem criadores e promotores de feiras de comércio de filhotes. As considerações de Bevilaqua (2011) sobre constituição de um universo jurídico que classifica todos os entes ou como sujeitos (proprietários) ou objetos (bens), instituindo, portanto, apenas um modo (excludente) de diferir adquirem sentido também para os casos onde o que está em jogo são os embates em relação ao estatuto dos animais, que emergem de práticas como de adoção e comércio destes.

Se, como destacou Bourdieu (2002),

O direito é a forma por excelência do *poder simbólico de nomeação* que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas *operações de classificação* toda a permanência que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas (...). Não é demais dizer que ele *faz* o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este (...) (Bourdieu, 2002 p.236)

Logo, suas “operações de classificação” e de (di)visão do mundo entre pessoas e coisas são partilhadas por diferentes esferas da vida social, neste caso, o campo de atuação e defesa pelos direitos dos animais. Porém, o que é partilhado, nestes casos, é apenas a forma, e não seu conteúdo (moral) – o direito não conforma ou concebe outros modos de diferir que não entre pessoas ou coisas, inserindo os animais nesta última categoria, como destacou Bevilaqua (2011), ao passo que protetores e militantes não concebem outros modos de relacionar-se com animais que não através da categoria pessoa ou coisa, devendo os animais ser inseridos na primeira. Criar animais de estimação com o objetivo de vendê-los, comprar animais e a prática do abandono constitui-se, na perspectiva de protetores e militantes, um tipo de relacionamento que concebe os animais como coisas, onde há exclusão do afeto. Este estaria presente apenas numa relação intraespecífica que concebe o animal como semelhante, através de uma equivalência ontológica, como destacou Descola (2005) em sua análise do modelo

animista, que caracterizaria o relacionamento que os povos ameríndios estabelecem com os animais – uma relação de pessoa a pessoa, portanto. Neste sentido, a categoria “pessoa” seria aquela ligada à proximidade e ao afeto, ao passo que a categoria “coisa” seria aquela em que há ausência destes.

No que tange às diferentes formas de engajamento e envolvimento com a causa animal, Sordi (2010; 2011), concentrando suas análises na militância abolicionista ou (libertarista) em Porto Alegre, explorou as convergências e divergências que estes estabelecem com grupos designados



Feira de adoção *Mov. Gatos da Redenção* (jan. 2011)

como de protetores bem-estaristas. Segundo ele, parece haver entre estes grupos uma diferença de aproximação: por parte dos primeiros uma ênfase nos direitos, universais e abstratos e, dos segundos, uma ênfase nos afetos. O ponto de convergência entre ambos seria justamente a luta contra o abandono de animais.

O movimento abolicionista analisado por Sordi (2010; 2011) é tido como o mais radical no interior do campo de defesa dos direitos dos animais, e seus adeptos se opõem e procuram abolir, como a designação sugere, qualquer tipo de utilização humana de animais não humanos. Defendem que os animais não devem ser tratados como propriedade, sendo contrários, portanto, ao comércio e ao consumo de animais, seja na alimentação, seja na prática de compra e venda de animais, incluindo os chamados de companhia ou estimação. Manifestações e campanhas contra o comércio de animais em feiras, realizadas em Porto Alegre e outros municípios da região metropolitana pela ONG “Vanguarda Abolicionista”, têm como alvo possíveis compradores de filhotes, geralmente casais acompanhados de seus filhos. Estas

ênfatizam a opção de ser um comprador ou um adotante, um posicionamento moral, ao passo que os animais, na condição de subjugados pelos humanos, não têm opção. Em um dos protestos realizados pelo grupo, em agosto de 2011, contra uma feira de comércio de filhotes que acontecia no Shopping Bourbon do município de São Leopoldo, cartazes estampavam, além de fotos de animais presos em gaiolas, a frase: *Eles (animais) não têm escolha. Você tem. Não compre seus amigos. Adote.*

Da mesma forma, diversas ONGs engajadas em causas como abandono e adoção, ênfatizam que os animais não devem ser comprados, mas adotados, expondo motivos específicos para tal ato: os animais, para criadores e comerciantes, servem apenas para procriação, sendo mal-tratados em criadouros. Neste caso, enquanto houver demanda, os “*animais continuarão sendo tratados como máquinas de reprodução*”, como destacam algumas campanhas contra o comércio de animais. Estas campanhas, promovidas por ONGs, possuem forte apelo emocional e carga moralizante chegando a estampar fotos de animais extremamente magros e confinados em gaiolas exíguas. Seriam nestas condições, segundo muitas ONGs, em que se encontram os animais que servem para procriação.

Além disso, da perspectiva dos organizadores e apoiadores de eventos de adoção, a oferta de animais para comércio estimula a compra não planejada, seja para dar o animal de presente, seja para estimação, tornando-se o abandono, em ambos os casos, um destino inevitável. Neste sentido, quem compra animais de estimação, além de contribuir para perpetuação da prática (perversa, para alguns protetores) da criação, pode ser inserido no rol daqueles que abandonam, desfazendo-se de sua “*aquisição*” por diversos motivos, dentre eles o de adaptação com o animal.

A opção por ter um animal de estimação, especificamente cães e gatos, como nos casos tratados aqui, e as formas de sua aquisição, não se limitam apenas à compra ou à

adoção. Algumas pessoas optam por comprar um filhote, mas também adotam e vice-versa, ou acabam ganhando o animal sob forma de presente. As fronteiras morais tornam-se visíveis e os conflitos emergem através de campanhas promovidas por ONGs militantes pelos direitos dos animais, pautadas em noções de “posse responsável” e que repudiam o comércio de animais com slogans tais como “Não compre! Adote”, “Amigo não se compra”, e de criadores de raças específicas que visam ao comércio, ou mesmo Pet Shops que vendem animais. A noção de “posse responsável” é o que deve guiar, segundo muitas ONGs ligadas a causas de abandono e adoção, a aquisição (“consciente e racional”) de um animal de estimação. É a garantia de que este não será abandonado e que o futuro dono será responsável pelo cuidado e garantirá o bem estar do animal escolhido. Estas ONGs, como a *Bicho de Rua*, em Porto Alegre, possuem termos de responsabilidade de adoção, preenchidos e assinados pelos pretendentes aos animais disponíveis para adoção no site da ONG<sup>2</sup>, que não promove feiras de adoção. Dentre os termos, destacam-se:

Comprometo-me a não vendê-lo, trocá-lo ou abandoná-lo. Doá-lo, somente com conhecimento do(a) doador(a). E a permitir a visita do(a) doador(a) para exercer o seu direito de fiscalizar o cumprimento das obrigações por mim assumidas, reservando o direito daquele (a) buscar a aplicação das penalidades previstas em lei, caso sejam por mim desrespeitadas.

O termo “posse”, aliás, também é motivo de controvérsia entre militantes pelos direitos dos animais. Como já destacado, algumas pessoas, adeptas ao movimento designado como abolicionista, contrários a qualquer tipo de utilização dos animais, seja para consumo ou mesmo criação, defendem o fim de toda propriedade humana sobre os animais. Segundo esta vertente, animais não devem ser tratados como uma propriedade, tal como se possui algum objeto. Neste sentido, optam por utilizar o termo “guarda” ao termo “posse”.

Características como raça, porte, etc. constituem-se, da mesma forma, em motes de disputas entre militantes da causa animal e protetores, de um lado, e criadores e organizadores

---

<sup>2</sup>

[www.bichoderua.org.br](http://www.bichoderua.org.br).

de feiras de comércio, de outro. Ambos os lados disputam a preferência dos “futuros donos” de animais de estimação, seja pelo incentivo a adoção de animais sem raça definida (SRD), seja pelo estímulo ao gosto por raças e portes específicos. Campanhas como “*a graça não está na raça*”, promovidas pela ONG *Bicho de Rua*, destacam que os “critérios raciais” não devem ser utilizados na escolha de um animal, pelo mesmo motivo que “*não se escolhe amigos com base na sua raça*”. Criadores que possuem canis e participam de desfiles de beleza canina, e promotores de feira de venda filhotes enfatizam o pedigree, um atestado de que o animal pertence a uma raça pura, sem cruzamentos, o que não difere, para os defensores da “causa animal”, da eugenia nazista e sua obsessão pela raça ariana.

Quanto à valorização da raça, Teixeira (2011), em sua análise sobre o campo da cinofilia (onde se inserem criadores de cães de raças específicas que participam de concursos de beleza canina) destaca que há, neste meio, uma busca incessante pela perfeição estética correspondente a cada tipo de cão que faz com que a prática da manipulação genética das raças se torne, da mesma forma, uma verdadeira obsessão. No entanto, como a autora destaca, apesar deste campo possuir um caráter comercial, a relação estabelecida entre criadores e cães na rede de cinofilia permanece perpassada por sentimentos de afeto. Quanto a isto, presenciei uma situação bastante particular em campo, quando visitei o canil de Denise Torres, uma criadora de cães da raça Pug. Nesta situação, questões como a preocupação com o “padrão da raça pura” foram imbricadas com questões ligadas à afetividade. Durante nossa conversa, a irmã de Denise, também criadora de cães da mesma raça, adentrou o espaço com seringas anexadas a longos tubos e copos descartáveis. Denise me explicou que ela e a irmã, finalmente, aprenderam a prática da inseminação artificial em cães e que, portanto, não precisariam mais pagar para que esta fosse realizada em clínicas veterinárias especializadas. Embora cada uma delas possua seu próprio canil, a prática seria realizada por ambas porque uma detinha a “Pug fêmea” e, a outra, o “Pug macho”, que seriam “cruzados”. Como eles não



“cruzaram naturalmente” esta precisaria ocorrer artificialmente, tendo em vista que Denise e sua irmã tinham encomendas de filhotes. A irmã de Denise encarregou-se de recolher o sêmen do cão, masturbando-o com o copo descartável na mão, enquanto ela preparava a fêmea, levantando suas patas traseiras, e a seringa com os tubos, que seriam injetadas. A cena, para mim, foi completamente nauseante e eu mal consegui terminar o chá que Denise havia servido para nós minutos antes. As duas riram da minha expressão de desconforto e constrangimento, mesmo que a prática estivesse ocorrendo entre cães. Após a inseminação, Denise permaneceu com as patas traseiras da fêmea levantadas, para que o sêmen “pegasse bem”, sem desperdícios. A intenção era ter o maior número de filhotes possível, que seriam comercializados. A primeira vista, poderia parecer que Denise e sua irmã tratassem seus cães, efetivamente, como “máquinas de reprodução”, como objetos. No entanto, após a inseminação, Denise perguntou à irmã se seu “sobrinho” poderia dormir em sua casa novamente, ao que a irmã respondeu que não e, abraçando-o, disse que estava com muita saudade dele. Esta situação poderia causar perplexidade, caso se seguisse a oposição pessoas e coisas no que tange ao tratamento dos animais. Porém, isto demonstra que as transações econômicas envolvendo animais, no caso de criadores, não exclui uma dimensão afetiva, como também destacou Teixeira (2011).

Perguntei à Denise – que, além de vender cães também possui diversos outros como animais de estimação (e de outras raças que não Pug) –, se ela adotaria um cão sem raça definida, ao que ela responde:

Eu já tive...mas hoje, como eu sou criadora, eu não teria. Primeiro porque eles podem transmitir doenças pros meus de raça, e segundo porque, faz o teste: vai na Redenção (Parque Farroupilha) e leva um cachorro sem raça, um vira-lata, pra ver. Ninguém vem fazer carinho, ninguém vai conversar contigo. Agora, leva um Pug pra ver o que acontece! Num instante, vai ter várias pessoas na tua volta.

Na fala de Denise, os cães (de raça) passam a se constituir em promotores de sociabilidade entre seus donos. No entanto, não se pode pensar na raça apenas como gosto e

distinção de classe, pois adotar animais sem raça definida passou a ser considerado politicamente correto. Não é a toa que grande parte dos visitantes de feiras de adoção, em que a grande maioria dos animais não possui uma raça específica, tampouco pedigree, constitui-se em pessoas pertencentes às classes média e alta da cidade.

Como destaca Price (2000), ao analisar o que difere colecionadores e amantes de obras de arte, é o pedigree de uma obra, assim como o de um cão, que dá ao comprador em potencial a garantia do valor de compra. O pedigree dos animais, assim como das obras de arte é, em última instância, uma modalidade de valor simbólico. No entanto, há especialistas treinados no reconhecimento dos pedigrees e, fundamentalmente, um público relativamente restrito que legitima tais classificações. E é essa a lógica seguida por criadores, do pedigree que agrega valor ao animal, constituindo-se em uma garantia para quem compra e também para quem vende. Filhotes de cães que possuem pedigree são mais caros, não apenas por possuir um “atestado de autenticidade”, mas também por ser necessário que o criador pague pela emissão à Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC, na sigla em inglês)<sup>3</sup> e que possua um canil registrado pela mesma instituição.

Anúncios de criadores em classificados do jornal Zero Hora de agosto de 2011, na sessão “animais domésticos”, destacam:

Vendo Shitzu, Fox Paulistinha. **Pedigree do Kennel – CBKC (sua garantia)**. Parcelo no cartão de crédito.

Rottweiler filhotes, **pai campeão panamericano c/ e s/ pedigree**. Preço a combinar.

<sup>3</sup> A Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC) é a confederação que cuida de regras e normas para criação, registro, emissão de pedigrees e exibição de raças de cães no Brasil. Filiada a Fédération Cynologique Internationale.

Anúncios de venda de animais, como estes, possuem textos mais curtos e enfatizam o pedigree. O primeiro anúncio oferece a opção de pagamento parcelado no cartão de crédito, ao passo que o segundo, por apresentar animais com e sem registro, não oferece esta possibilidade, mas aceita combinar o preço com o comprador, pois é a opção pelo pedigree que o determinará. Alguns anúncios apresentam, para além das opções de pagamento, o preço dos filhotes. Por outro lado, anúncios de adoção possuem textos mais longos, em que exaltam atributos relacionados à afetividade, geralmente em primeira pessoa, como se o próprio animal estivesse se apresentando, tal como os anúncios a seguir, retirados do site da ONG SOAMA:

Olá amigos! Me chamo Suzi e tenho 8 meses. Sou de porte médio e não crescerei mais. **Também sou dócil e companheira e gosto de outros animais.** Já estou castrada e vacinada e pronta para você me adotar!

Sou uma cachorrinha linda e agora muito feliz! Eu vivia pela rua e uma pessoa legal me observava e pensou: vou ajudar essa menina a encontrar um lar. Bom, foi isso que ela fez. Também me levou no veterinário onde fui castrada e desverminada. Eu sou jovem (1 ano) e de porte médio. **Estou esperando uma família que goste de mim e me dê um lar como eu mereço. Sou carinhosa, dócil e gosto muito de humanos (crianças e adultos).** Ah... Sou comportada e caprichosa, pois quando estou dentro de casa faço minhas necessidades no jornalzinho como me ensinaram.

Estes anúncios podem ser elucidativos da diferença entre uma valorização monetária e uma valorização afetiva dos animais, os primeiros disponíveis para compra e os segundos para adoção. Não há necessidade de estender o anúncio de venda de animais de raça, posto que é esta, o pedigree e eventuais prêmios que agregam valor e enaltecem a futura aquisição. No caso dos anúncios de adoção de animais sem raça definida, aciona-se a linguagem dos afetos, pois estes é que se constituem em seus principais atrativos. Escutei frequentemente em feiras de adoção que os “vira-latas são os mais carinhosos”. No entanto, animais “de raça” também são abandonados e, uma vez recolhidos por protetores, também passam a se constituir

em candidatos à adoção. Nas feiras de adoção que acompanhei, tanto da ONG *Movimento Gatos da Redenção*, quanto da *Arca dos Bichos*, havia animais de raças e portes apreciados nesta condição, recolhidos das ruas pelas ONGs. Porém, como as organizadoras destacam, estes não são trazidos para feiras de adoção, pois caso



isso acontecesse, os demais, sem raça definida, não seriam adotados. Presenciei

Cartaz afixado em uma das gaiolas de feiras de adoção: ADOTE-ME. Preciso de: uma casinha, alimentação, carinho e... VOCÊ!

situações em que um gato da raça persa permaneceu todo o período de realização da feira em uma gaiola de plástico e fechada, para que os filhotes sem raça pudessem ser adotados primeiro. Em outro caso, um gato siamês permaneceu nos fundos do local onde a feira estava sendo realizada até que os outros (“vira-latas”), em maior número, fossem adotados antes.

Digard (1999) sugere que os casos de abandono de animais constituem-se o inverso lógico e ordinário da aquisição imoderada de animais, e que ocorrem em sua grande maioria em saídas de viagem. ONGs como a Arca dos Bichos e Movimento Gatos da Redenção, que organizam feiras de adoção no segundo e último domingo de cada mês, promovem-nas também em “caráter emergencial” no período de férias, em que aumenta o número de animais nas ruas da cidade. Casos como estes passaram a ser alvo de campanhas promovidas pela Secretaria Especial dos Direitos dos Animais (SEDA) em Porto Alegre. O envolvimento do poder público na “causa animal” e a criação desta secretaria serão retomados no capítulo seguinte. Porém, torna-se importante destacar, aqui, a campanha contra abandono de animais nas férias de verão, lançada em dezembro de 2011, cujo objetivo seria evitar abandonos

também em rodovias. No informativo da Secretaria<sup>4</sup>, o prefeito, José Fortunati, destacou que a campanha pretende “conscientizar a população” sobre a adoção responsável. Nas palavras dele: *“animais não são coisas a serem descartadas; eles merecem nosso respeito e cuidado. As famílias devem buscar uma alternativa, planejar suas férias sem esquecer dos animais de estimação”*. A primeira-dama, Regina Becker, também destacou que *“trata-se de uma causa nobre, em nome do bem-estar animal e da vida das milhares de pessoas que trafegam pelas estradas nesta época. Estamos lidando com o respeito à vida e ao próximo”*. A postura moral, aqui, não é subjacente. Tanto a afirmação do prefeito, quanto da primeira-dama sustentam posições partilhadas por diversos protetores e militantes da causa animal na cidade.

Noções como a da responsabilidade humana perante os animais, da importância da aquisição consciente, e de que animais são “seres sencientes” embasam ações e intervenções da nova secretaria. Não por acaso, a campanha contra o abandono promovida pela prefeitura enfatiza que a adoção (e não a compra) deve ser consciente: *“Animais também sentem. Diga não ao abandono. Adote com consciência”*. Cartazes elaborados por uma agência de publicidade contratada pela prefeitura apresentam, inversamente à busca de donos por seus animais de estimação perdidos, os animais procurando por seus donos que os abandonaram. A proposta, segundo divulgado pelo informativo da SEDA, seria mostrar “o quanto estes seres sentem falta da família humana que os abandonou”. O engajamento do prefeito e da primeira-dama neste caso específico também é explícito. Em janeiro de 2012, ambos, pessoalmente, distribuíram para motoristas panfletos da campanha no pedágio que liga Porto Alegre ao litoral do Estado.<sup>5</sup>

### 3.2 Criar para vender

---

<sup>4</sup> Fonte: informativo Seda online – dezembro de 2011.

<sup>5</sup> A economia moral que perpassa o campo de políticas públicas para animais da prefeitura de Porto Alegre será analisada com mais detalhes no próximo capítulo.

O termo “criar”, que no caso de quem comercializa cães de raças específicas adquire o sentido de “promover a procriação”, também se constitui em acusações por parte de protetores e militantes pelos direitos dos animais. Neste sentido, criar, no sentido de trazer à existência, passa a ser sinônimo de fabricar. Logo, quem cria animais possuiria uma fábrica destes e, sendo assim, seria comparado a um produto qualquer, cujo fim último seria a lucratividade. Todavia, os criadores vêem a questão de um outro ponto de vista, inclusive no que concerne a questão do abandono.

Segundo Denise Torres, uma boa criação envolve inúmeros gastos, que inicia no nascimento de uma ninhada, com parto assistido para que não haja complicações, e se estende até a alimentação, que deve incluir rações de boa qualidade e geralmente de preço elevado. Em uma de minhas visitas ao canil que Denise possui, enquanto me mostrava os registros de seus cães e os diversos prêmios que eles já ganharam, ela relatou o caso em que não vendeu um filhote, mas doou:

Uma vez eu doei um dos meus cachorros pra uma amiga. Ela me disse que queria muito um Pug,mas que não tinha dinheiro pra comprar. Fui lá, dei o cachorro pra ela, eu tive uma boa ninhada, resolvi dar. Depois de um tempo ela me disse que o cachorro era muito relaxado. Aí eu disse pra ela: então me devolve. O cachorro já fez um ano. Agora ela disse que não pode mais ficar com ele, que vai se mudar, que já recebeu propostas [em dinheiro] pelo cachorro. Eu acredito nela, mas disse pra ela me devolver ele, então. Acredita que ela queria vender o cachorro por R\$ 400? Um Pug custa caro! Ela me disse que teve despesas, tudo bem. Mas pedi de volta. Ela vai me trazer. **Então a pessoa que gasta dinheiro, que compra um cachorro, ela vai pensar antes de abandonar. É um investimento.**

Denise justifica, em sua fala, a existência de animais de raça abandonados. Para ela, quem despende dinheiro para aquisição e criação de um animal não o abandonará, mas quem recebe o animal sob forma de doação, como no caso citado, pode desfazer-se deste, no caso um filhote de Pug, por não ter pagado por ele. Neste sentido, a valorização do animal, no sentido moral que a palavra adquire, se daria pela valorização monetária deste. Quanto maior o investimento, maior seria o cuidado.

Como se tratava de um animal de raça, a amiga de Denise, reconhecendo isto e recebendo propostas de venda, ofereceu seu presente por um valor abaixo do estipulado pelo mercado de comércio de animais com pedigree, como é o caso dos filhotes criados por Denise, o que gerou indignação, pelo investimento na criação para obtenção de filhotes de “boa qualidade”, e a expectativa de que esse investimento fosse mantido pelo novo dono do animal.

Cabe se ressaltar, aqui, que alguns protetores e militantes pelos direitos dos animais não se opõem completamente à prática da criação de animais de raça e sua comercialização. Opera-se uma distinção entre bons e maus criadores. Os bons criadores, segundo eles, são aqueles que têm afinidades com uma raça específica e que jamais “passariam por cima” de princípios [morais] que envolvem uma boa criação apenas para aumentar a lucratividade do seu canil, pois o lucro deve sempre ser visto como uma consequência da criação, e não como o objetivo precípua. Em relação ao abandono de animais de raça, Márcia Simch, diretora de marketing da ONG *Bicho de Rua*, destaca que os criadores devem vender o filhote castrado, para evitar a procriação exponencial de animais que acabam nas ruas, o que inclui animais de raças. Isabel Wallenciuk, também diretora de marketing da ONG “Arca dos Bichos” e que promove feiras de adoção com apoio da Pet Shop Mundo Pet, destaca que recolhe muitos “animais de raça” das ruas de Porto Alegre, mas que estes não participam das feiras por serem facilmente escolhidos para adoção, ocupando o espaço dos “vira-latas” que, em geral, apresentam-se em maior número.

### **3.3 Do valor utilitário ao valor afetivo**

O trabalho de Zelizer (1992), que trata do mercado de crianças nos Estados Unidos, atenta especificamente para a adoção e comércio, onde destaca a mudança de status destas ocorrida período que abrange o final do século XIX e início do século XX: de

economicamente úteis, através de sua força de trabalho, a afetivamente “sem preço”, excluídas do mercado de trabalho, pode ser utilizado, da mesma forma, para análise da transformação da sensibilidade em relação aos animais e das moralidades que permeiam os discursos e as práticas em relação a



eles. Essa transformação, do valor utilitário ao valor afetivo de que fala Zelizer ao analisar o mercado de crianças, pode ser estendido também aos animais, pois muitos destes, que outrora apresentavam serventia, tendo, inclusive, a domesticação este propósito, passam a ser cada vez mais estimados e valorizados afetivamente. Não raras vezes, sobretudo para os militantes da causa animalitária, tais valores se excluem mutuamente. Em outras circunstâncias, no entanto, utilidade e afeto parecem andar paralelamente.

É o que ocorre no meio rural, por exemplo, ao se utilizar cães, por exemplo, na lida com o gado, mas que não exclui o afeto, pois muitos destes também são animais de estimação. Da mesma forma, os cães utilizados nos serviços da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, depois de oito anos de trabalho, recebem aposentadoria e passam a morar com o policial que o adestrou e cuidou durante o período de trabalho. Em relação à utilização de cães nas policias militares, um fato ocorrido em maio de 2011, em Belo Horizonte, também é significativo: dois cães policiais morreram durante perseguição a assaltantes e foram velados com honras militares, sob as lágrimas do policial que os criou<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Fonte: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2011/05/caes-da-pm-que-morreram-em-servico-sao-cremados-com-honras-em-bh.html> Acessado em outubro de 2011.



Há, no entanto, diversos exemplos que mostram pontos de vista contrários, em que utilidade e afeto se excluem mutuamente. Um projeto de lei de autoria do deputado estadual Miki Breier (PSB) que busca proibir a atividade de cães de aluguel no Rio Grande do Sul, utilizados como “cães de guarda”, destaca, entre outras coisas, que o que está em jogo é a questão da afetividade. O projeto tem gerado polêmica e ocupado generoso espaço na mídia local. Em recente debate num programa do canal TVCOM – de alcance local e propriedade da empresa RBS, afiliada de Rede Globo – outro deputado, Paulo Odone (PPS), que apóia o projeto de Miki Breier (PSB), sustentou o argumento de que confinar cães em gaiolas e utilizá-los apenas como instrumento de trabalho é tratá-los como objetos, não incentivando seu relacionamento com as pessoas, tal como ocorre entre os cães policiais. Isto seria, em suas palavras, uma forma de “proibir a afetividade”, o que se caracterizaria, segundo ele, em uma modalidade de maus-tratos. Neste mesmo debate, o deputado Paulo Odone, que também preside o Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense, destacou que, após descobrir que o clube mantinha um contrato com uma dessas empresas de aluguel de cães de guarda, logo tratou de rescindi-lo quando assumiu sua direção.

A questão parece estar centrada, portanto, na oposição entre utilidade e afeto. Como destaca Zelizer, se no século XIX a adoção de crianças, através do contrato de aprendizagem, baseava-se na sua utilidade como mão-de-obra, sendo preferidos geralmente meninos com idades entre 12 e 14 anos, no século XX ocorre uma inversão: é o seu valor afetivo e o sentimento de amor parental que podem proporcionar é que vão determinar o valor de mercado dos bebês, sendo preferidas as meninas recém-nascidas, justamente pela superioridade das mulheres no domínio afetivo. A preferência em termos de sexo e idade mostra, segundo a autora, essa mudança de status: de economicamente inúteis a afetivamente “sem preço”. Os bebês, que no século XIX eram abandonados pela inutilidade, passam a ser valorizados afetivamente no século XX, e as crianças mais velhas, privadas de seu valor de trabalho

anterior, também são excluídas do novo mercado afetivo da adoção – são inúteis economicamente e afetivamente. Tal como ocorre com o mercado [afetivo] da adoção de crianças, os filhotes ainda se constituem em preferência para adoção, sendo rejeitados animais mais velhos e de grande porte, como já foi destacado no capítulo dois. Nas feiras de adoção que acompanhei, em dias de grande movimentação, muitos animais que apresentavam estas características, apesar do sentimento de simpatia e piedade que suscitavam, não eram adotados.

Voltando à análise proposta por Zelizer, a demanda por bebês, bem como o surgimento de um mercado ilegal de adoção e comércio, como o “mercado negro” e o tráfico de crianças, são oriundos do novo estatuto das crianças no século XX. No século XIX as mães pagavam pais adotivos para se desfazer de seus filhos. No século XX os pais adotivos aceitam pagar para obter uma criança. Para a autora, cria-se uma contradição entre um sistema cultural que proclama que as crianças se constituem em capital afetivo sem preço, e uma prática social que as trata como mercadorias.

Voltando às feiras de comércio de animais, o manifesto da ONG SOAMA de Caxias do Sul, em repúdio a uma feira de filhotes que seria realizada no Shopping Iguatemi da cidade é elucidativo:

**As fêmeas são chamadas de 'matrizes' numa clara evidência de que se trata de um 'negócio'.** Essas fêmeas têm filhotes após todos osaios. Quando as fêmeas envelhecem e não servem mais como reprodutoras, muitas vezes são abandonadas ou sacrificadas. Acontece o mesmo com os machos velhos que são usados em exposições. Além disso, como frequentemente é feito cruzamento entre parentes, nascem animais com problemas físicos, que **também são abandonados, por não possuírem valor comercial** (...) Por outro lado, as pessoas desconhecem o que é um criadouro. Em geral, pouco se conhece dos criadores, pois nas feiras, vêm-se apenas os filhotinhos. **E quem resiste a um filhotinho? Ainda mais se puder parcelar em cinco vezes...**

Outro ponto que merece destaque na análise aqui proposta, das moralidades que permeiam as diferentes ofertas de animais de estimação, como adoção ou comércio, e as sensibilidades em relação a estes – dos animais como “coisas” aos animais como “pessoas” – está relacionado à interação (ou separação) entre dinheiro e relações íntimas. De um lado, o

discurso de que “amigo não se compra” e dos animais afetivamente sem preço, e de outro, que animais de estimação podem ser vendidos e comprados, não se constituindo uma interdição moral comercializar ou comprar (“parcelado em cinco vezes...”) um animal que atingirá o estatuto de íntimo daquele que o comprou, tornando-se sua companhia, ou visto como negócio por aquele que o vendeu. Novamente os trabalhos de Zelizer (2005; 2009), que analisam os diferentes discursos, práticas, histórias e injunções morais concernentes à interação entre transações econômicas e intimidade, contribuem para análise dos embates em torno da adoção e do comércio de animais.

Para a autora, o relacionamento entre dinheiro, economia e relações íntimas pode ser analisado sob o ângulo das “esferas separadas” ou de “mundos hostis”. Segundo a concepção das esferas separadas, existiria uma diferença radical entre relações íntimas e transações econômicas. De um lado, a esfera da afetividade e da solidariedade e, de outro, a do cálculo e da eficácia. Estas esferas são tratadas, da mesma forma, como hostis uma a outra: todo contato entre elas se caracterizaria como fonte de poluição moral. Um exemplo seria a retribuição monetária por cuidados pessoais, que degradaria a relação de cuidado em prestação de serviço comercial. A doutrina dos mundos hostis repousa (de maneira por vezes imperceptível) sobre a concepção das esferas separadas. Segundo a autora, em sua versão normativa, a concepção de “mundos hostis” erige sólidas fronteiras morais entre o mercado e os domínios da intimidade, toda interferência entre dinheiro e intimidade representaria uma ameaça de corrupção.

Zelizer sustenta que este tipo de concepção concernente a incompatibilidade, incomensurabilidade ou mesmo a contradição entre relações íntimas e relações impessoais é antiga e recorrente como, por exemplo, a separação entre sentimento e racionalidade, solidariedade e interesse pessoal, público e privado, etc. Nesta concepção, dinheiro e intimidade seriam princípios opostos e o relacionamento entre eles geraria conflitos, confusão e corrupção – o dinheiro corrompe as relações baseadas na intimidade e na personalidade. É por

isso que, segundo ela, a venda de sangue e órgãos humanos, o pagamento para cuidar de crianças e idosos, e mesmo o salário para donas de casa, se tornam alvos de debates públicos. Para a autora, o que surpreende neste tipo de discussão é justamente a incapacidade de se reconhecer que as relações íntimas encontram-se imbricadas nas transações econômicas. Casais estão dispostos a pagar para ter um bebê adotado, pais divorciados pagam ou recebem apoio para a educação dos filhos, assim como amigos e parentes enviam dinheiro como presente de casamento. E neste sentido, para Zelizer, tanto no seio da família, quanto fora dela, o dinheiro coabita regularmente com a intimidade, a ponto mesmo de mantê-la.

Pensando nos casos aqui tratados, tendo a perspectiva de Zelizer como pano de fundo, pode-se afirmar que, ainda que protetores e militantes pelos direitos dos animais condenem o mercado de animais de estimação, estes não se opõem ao investimento em dinheiro para mantê-los, seja em alimentação, tratamento veterinário, vestuário, e tantos outros produtos e serviços voltados aos animais de companhia. Aliás, nos casos de adoção, critérios sócio-econômicos podem ser levados em consideração no memento da doação, para além dos preceitos da “posse responsável”, como se verá a seguir.

Neste caso, não se trata apenas da preocupação com o bem-estar dos animais que são mal-tratados em criadouros não registrados, ou mesmo da oferta de animais sem raça definida disponíveis para adoção, mas, da mesma forma, de uma interdição moral que condena qualquer tipo de transação monetária que trate os animais como objetos e não como sujeitos. Tratá-lo como mercadoria é cedê-lo mediante pagamento, ao passo que tratá-lo como sujeito é, também, investir dinheiro no seu bem-estar. Neste sentido, o relacionamento entre dinheiro e animais de estimação, para ONGs e protetores, se dá de uma forma ambivalente: eles não podem ser inseridos no circuito comercial, mas não há restrição para se investir dinheiro no cuidado deles. No que tange aos criadores, estes não se percebem como infringindo uma regra moral ao vender animais que serão de estimação. Inclusive, a venda de filhotes de raça (e com pedigree) não

exclui a prática da doação de animais sem raça definida. O anúncio destacado abaixo é revelador:

**Temos para vender** Beagle, Terrier brasileiro (Fox paulistinha) c/ **excelente pedigree**, filhos de campeões, vacinados e desverminados. **Temos para doar cães sem raça definida**, bem cuidados, vacinados e desverminados.

Da mesma forma, compradores anunciam sua busca por vendedores de animais de raça.

Porém, também aceitam doações:

**Compro** filhotes de cães de raça. **Aceito doações** de cães de raça adultos de pequeno porte.

Para além da compra/venda, doação/adoção de animais de estimação, estes acabam se constituindo, da mesma forma, como commodities. Neste caso, o valor de troca do animal é determinado pela raça, devendo o valor monetário ser equivalente ao do objeto a ser trocado. Os anúncios reproduzidos a seguir, retirados de sites de compra e venda online, como “Olx” e “Mercado Livre”, reiteram essa proposição:

**Troco PUG macho bebê por material de construção.**

Nascimento: 26/05/2011. Pronto para ser entregue! Vermifugado e com pedigree CBKC (opcional). Primeira dose da vacina importada. Com contrato de compra e venda. Valor: R\$ 1.100. Localização: Porto Alegre/RS.<sup>7</sup>

**Troco notebook na caixa (pouquíssimo uso) por PUG macho adulto (abricot ou preto) com pedigree CBKC.<sup>8</sup>**

Isto vai de encontro ao argumento de protetores e militantes da causa animal, que destacam que animais não são “objetos descartáveis”, cuja ênfase recai no abandono. No entanto, essa moralidade que postula serem os animais “sujeitos de direitos” ou “pessoas”, e não “coisas”, condena a transformação de animais de estimação em commodities, tal como nos anúncios acima. Oferecer um cão para receber material de construção, ou mesmo oferecer um notebook para receber um cão significaria transformá-los em objetos consumíveis e trocáveis.

<sup>7</sup> “Olx: onde compradores encontram vendedores”: <http://portoalegre.olx.com.br/troco-pug-macho-bebe-por-material-de-construcao-iiid-236779014>. Acessado em agosto de 2011.

<sup>8</sup> “Mercado Livre”: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-217945306-troco-notebook-1g-r480-na-caixa-por-pug-macho-jovemadulto-JM>. Acessado em agosto de 2011.

A interdição moral que condena a “objetificação” e a comoditização dos animais de estimação é a mesma que sustenta que humanos não se constituem em objetos de negociação.

Ainda que algumas ONGs não operem, tanto no discurso, quanto na prática, uma distinção entre “animais de estimação” e “animais como um todo”, incluindo selvagens (caso dos designados abolicionistas), os cães e os gatos apresentam-se como preferência nas manifestações e ações no campo da proteção aos animais. Diferentemente de outros animais



Negociação para adoção de um cão. Feira *Mov. Gatos da Redenção* (jan. 2011).

domésticos, como cavalos e porcos, cães e gatos, sobretudo os primeiros, como animais (de companhia) inúteis, para utilizar a acepção de Digard (1990; 1999), são cada vez mais antropomorfizados e, portanto, cercados de diversas interdições morais. Sahlins

(2003), ao analisar a presença de uma razão cultural nos hábitos alimentares dos norte-

americanos, atendo-se especificamente no tabu em torno dos animais domésticos, destaca que nesta sociedade opera-se uma distinção entre os animais comestíveis (bois-porcos) e não-comestíveis (cachorros-cavalos). Esta diferenciação, segundo ele, parece estar na participação do animal como sujeito ou objeto quando em companhia do homem, sendo a comestibilidade inversamente relacionada com a humanidade. Quanto a isto, Descola (1998) também destacou que

(...) as manifestações de simpatia pelos animais são ordenadas em uma escala de valor — geralmente inconsciente, mas totalmente explícita em alguns animal philosophers (Singer 1989; Regan 1983) — cujo ápice é ocupado pelas espécies percebidas como as mais próximas do homem em função de seu comportamento, fisiologia, faculdades cognitivas ou da capacidade que lhes é atribuída de sentir emoções (Descola, 1998 p. 23).

Digard (1990), ao analisar o que designa como fenômeno animal de companhia na França, destaca que o cão é o animal social por excelência, Sahlins, igualmente, afirma que a

América é a terra do cão sagrado. Neste sentido, as interdições em torno dele, seja no consumo ou no comércio, tornam-se justificáveis: da mesma forma como não se come carne de cachorro, não se deve comercializar e comprar, tal como um objeto, animais tão próximos a nós.

### **3.4 A escolha de adotantes – notas de campo**

Da perspectiva das organizadoras das feiras de adoção que acompanhei, um dos pontos destacados quanto à doação é de que os futuros responsáveis pelos animais tenham plenas condições de assumir a guarda e preencham todos os requisitos estipulados no termo de adoção. A avaliação do “futuro adotante” possui uma margem de manobra bastante flexível, e não exclui juízos preconceituosos. Neste sentido, certos humanos parecem mais “aptos” a cuidar de animais do que outros, como em alguns casos registrados durante o trabalho de campo.

Numa dada ocasião, de um morador de rua que parou em frente aos animais para adoção acompanhado de seu cachorro conduzido por uma guia. A presença dele suscitou comentários de que não “levaria” nenhum animal dali, pois de que adiantaria recolher um animal da rua se ele voltaria a ela na mesma condição daquele humano que resolveu o adotar: como morador. Em outra ocasião, um jovem de aproximadamente dezoito anos, negro, se aproximou de uma das gaiolas ao passar pela rua onde estava sendo realizada a feira. Ele parecia interessado em um dos filhotes, que latia em sua direção. Eu observava a alguns metros de distância a negociação sobre a adoção conversando com uma das senhoras que coordenavam a feira. Ele perguntou o que era necessário para adotar o animal, ao que a senhora respondeu que apenas nome completo, número da carteira de identidade e telefone para contato. O rapaz caminhou entre as gaiolas sob o olhar atento da senhora que o atendeu, voltou ao cão que avistara pela primeira vez e decidiu que o levaria. A pessoa que o atendeu perguntou à senhora com quem eu conversava se deveria dar um voto de confiança ao menino

que desejava adotar um cachorro, mas que não trouxera sua carteira de identidade. Antes que minha interlocutora, coordenadora da feira, pudesse responder, uma terceira pessoa, também organizadora da feira, ao olhar ao longe o rapaz disse enfaticamente: não! A pessoa que travara a negociação com o rapaz se afastou um pouco contrariada com a recusa, enquanto a que proferira o veredicto comentava com minha interlocutora: *tá vendo aquele guri ali? O moreno...ele queria adotar, não trouxe identidade, nada! A M. nem perguntou a profissão dele! Tem que mostrar comprovante de residência e de renda!* Neste momento se dirigiu a mim e perguntou: *Tem que ter estas coisas, tu não acha?* Estas informações, na verdade, não haviam sido exigidas em todos os casos de adoção que observei até aquele momento, mas sim naquele caso em específico, mas não respondi o que de fato achava sobre a situação. Como destaca Caldeira (1980), numa relação de pesquisa, emitir opiniões e fornecer respostas ou mesmo não fazê-lo são atitudes que interferem e são levadas em consideração. O silêncio do pesquisador e sua negativa em fornecer respostas e opiniões não são atitudes que isolam elementos, mas que ao isolarem, incluem. Eu não desejava “tomar partido” e argumentar que não concordava com a atitude preconceituosa de D., preocupada que estava em manter um bom relacionamento com aquele grupo de senhoras que acabara de conhecer, mas ao mesmo tempo me provocava angústia o fato de D. ter interpretado meu silêncio como concordância. Acreditava que minha atitude face aquela situação era uma atitude imparcial, neutra, mas como bem destacou Caldeira manter o distanciamento e silêncio não interferem menos do que aproximar-se, emitir opiniões e fornecer respostas. E desta forma, silêncio e objetividade/neutralidade não são a mesma coisa.

O menino não percebeu a recusa de D. ante seu desejo de adotar o cão, e seguiu contemplando o animal. Dona M. parecia comovida com cena, mas seguiu atendendo as solicitações de outras pessoas. Distraí-me conversando com dona G. e neste ínterim, o menino passou por nós segurando o cachorro no colo, se dirigindo à Avenida Oswaldo



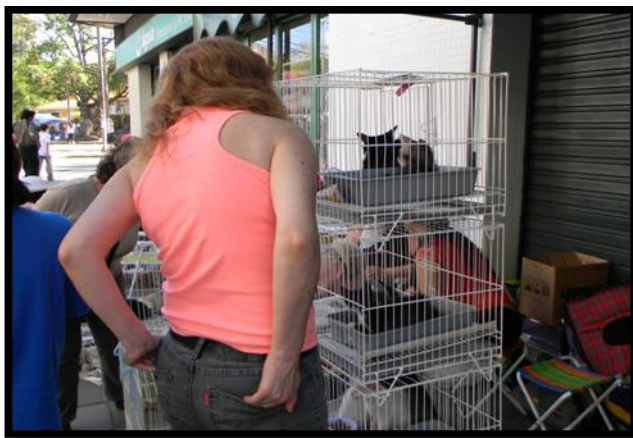
Aranha. D. presenciou a cena e visivelmente irritada disse que não acreditava que dona M. havia cedido às insistências do menino, e que iria até lá pra que ela justificasse sua atitude. Não escuto o que D. diz, mas ouço a resposta de dona M., que parecia querer que todos a escutassem, pelo tom de voz. Disse que pediu o telefone dele, e que inclusive havia ligado para sua mãe, que ele era estudante da UFRGS (fato que a mãe confirmou) e que morava na Rua Venâncio Aires, e que neste sentido, era um “guri bom”. Mesmo se mostrando insatisfeita com a atitude de D., dona M. decidiu confirmar de que se tratava, realmente, de um “guri bom”, como ela mesma se refere. Este caso permite diluir posições estanques em termos de classe, uma mais inclusiva (no caso de adoção de animais) e outra mais restritiva (em se tratando de comércio).

Nas feiras organizadas pela ONG Arca dos Bichos, presenciei outra situação paradigmática: uma senhora se aproximou das gaiolas, interessada num gatinho tigrado com fita vermelha no pescoço, o único que parecia não estar incomodado com o adereço, diante dos demais que tentavam retirá-lo com as patas. Isabel pegou a prancheta com as fichas, que devem ser preenchidas com os dados do “futuro dono” e que contém uma série de perguntas baseadas no princípio da “posse responsável”. Acompanhei o encaminhamento. Isabel perguntou o endereço da senhora e se ela possui mais animais em casa. Esta respondeu que mora no bairro Menino Deus e que tinha um poodle dentro de casa e outro cachorro no pátio. Isabel pergunta sobre o cachorro que ficava no pátio. A senhora fica alguns segundos em silêncio e respondeu que tratava-se de um pitbull. Diante do espanto de Isabel e de Ana, a senhora respondeu: *viu? Era por isso que eu não queria falar...mas ele é um cachorro muito dócil, o apelido dele é amoroso!* Isabel diz: *e como a senhora pretende ter um gatinho com um pitbull no pátio???* *Nós podemos acompanhar, visitar o gato?* Diante da confirmação, Isabel preparou o formulário para encaminhar a adoção. Perguntou qual o melhor horário para visitas e indica o local de castração a baixo custo. A senhora acabou desistindo de levar o

gato, alegando que o local da castração era muito longe de sua casa. Agradeceu e foi embora. Isabel ficou intrigada com a atitude e comentou comigo: *Ela não mora no Menino Deus...e sim em alguma vila de lá...* imediatamente ela me olha e diz: *eu não tenho nada contra vileiro! Jamais! Mas não dá, né...* Ana diz que desconfiou da mulher logo que esta entrou no espaço da feira e que sua “intuição” se confirmou quando ela disse que tinha um pitbull.

Quase no final da feira, duas mulheres se aproximam de uma das gaiolas dos gatos. Aparentam ter em torno de trinta anos e, ao contrário de todas as pessoas que tinham passado por ali até então, vestiam-se de forma distinta: uma usava camisa, calça jeans e salto alto, e a outra com um vestido longo florido. Ambas carregavam bolsas de tamanho considerável. As pessoas que passaram pela feira vestiam trajes esportivos, muitos interrompiam sua caminhada, por exemplo, e paravam por curiosidade. Uma delas observa alguns filhotes e diz a Isabel que está a procura de uma fêmea, mas que seja “bebê”, para servir de companhia para seu gato, que é muito “selvagem”. Jack, segundo ela, é muito nervoso. Morde e arranha suas visitas, inclusive ela. Neste momento, ela mostra os diversos arranhões nos braços e lamenta por estar usando calça, se não mostraria a enorme hematoma em sua perna direita, resultado da última mordida de Jack. Ela diz que o comportamento do gato se deve ao fato deste ser muito mimado, e que sabia que a culpada disso tudo era ela, *“pois os donos têm culpa do temperamento dos animais”*. Ana sorri e diz que ela precisa, então, procurar um psiquiatra, ao que a mulher concorda e diz: *O Jack é tão selvagem que não aceita carinho, e ele ainda é traiçoeiro, sempre me morde pelas costas*. Relata que quando tinha um namorado, Jack, por ciúmes, morde a ela e não o namorado. Isabel sugeriu que ela desse florais de Bach ao gato, para acalmá-lo. A mulher diz que talvez uma companhia o acalmasse, pois já havia tentado de tudo, tendo comprado, inclusive, um aparelho que liberava calmante pelo ar, indicado por uma veterinária. Porém, este de nada adiantou, pois Jack dormia e acordava ainda mais enfurecido. Ela observou novamente os filhotes e escolheu uma fêmea. Sua amiga diz que

esta poderá se chamar Colbie, pois ela já tem o Jack. Diante da minha expressão de desentendimento, ela diz, sorrindo: *ah, sim! É Jack Johnson, por causa do cantor aquele, que eu gosto. Agora poderia ter a Colbie Caillat, a cantora.* Uma gata preta chama sua atenção. Isabel destaca que os gatos pretos são menos adotados, mais pela superstição de “*gente ignorante*” que associa gatos pretos à azar e à bruxas. Isabel diz que ela mesma possui gatos pretos e que “os pretinhos são os mais amorosos”. Diante do comentário de que gatos pretos são os mais rejeitados para adoção, uma das mulheres, negra, me olha e sorrindo diz: *viu???*



Gatos pretos para adoção. Feira Mov. Gatos da Redenção (Jan.2011)

*Até nisso nós somos discriminados.*

Naquele momento, minha única forma de interação era rir, juntamente com elas, das histórias de Jack, narradas por sua dona. Apesar de estar interessado nos perfis de animais que se constituíam em

preferência para adoção, (a fim de traçar um paralelo com as análises de Zelizer) o

argumento de Isabel, de que gatos pretos não são adotados pela “superstição de que representam azar”, sendo estes, inclusive, utilizados em rituais de magia negra pelo simbolismo que a cor preta representa, parecia válido para todos que participavam da conversa. No entanto, para uma das mulheres, a rejeição dos gatos pretos não se explicava apenas pela superstição, mas pela “discriminação” que “nós” negros (naquela situação, apenas eu e ela) sofremos. Não apenas “nós, humanos”, mas também “negros não humanos”, como gatos. *Até nisso*, na escolha de um animal para adoção, nós éramos discriminados.

Os valores morais que permeiam o universo relacionado ao campo de adoção de animais abandonados não se evidenciam apenas através dos embates discursivos em torno de seu estatuto e tratamento – como pessoas (em sua dimensão afetiva); e como coisas, objetos

ou mercadorias (cuja relação, mediada pelo dinheiro, excluiria o afeto). Elas emergem, da mesma forma, na prática, através de um perfil de adotante anteriormente definido.

No que tange aos animais, para muitas pessoas o valor afetivo não exclui o valor econômico, sendo o inverso igualmente procedente. Há quem esteja disposto a pagar para obter um animal de estimação, embora a razão principal da aquisição possa ser de ordem afetiva. O discurso de protetores e ONGs, como já destacado, é de que a compra de um animal geralmente é guiada por impulso, sendo os animais tratados como mercadorias descartáveis, na medida em que a relação é permeada pelo uso do dinheiro, supondo-se como secundária a existência de vínculo entre as pessoas envolvidas na transação.

Há certa desconfiança dos compradores, de que para eles o estatuto dos animais não seria o de um sujeito, quanto menos de direitos, mas de objeto. Neste registro, o animal poderia ser usado e descartado, como se faz com as mercadorias. Mas, não se descartam, da mesma forma, pessoas (amigos, amores) que outrora despertavam afetos e interesses profundos? A simples analogia entre animais e coisas, muito presente no discurso contestatório (e mesmo acusatório) dos defensores dos direitos dos animais não é suficiente para compreender a lógica onde tal discurso está assentado. Para entendê-la, é preciso considerar que defensores dos direitos dos animais atribuem a estes um estatuto de dependência – pelo menos no caso dos animais de estimação. Como Isabel destacou em uma das feiras de adoção da Arca dos Bichos, “*os animais dependem de nós, eles não podem falar e pedir.*” Para que pudéssemos pensar em equivalências perfeitas quando supomos uma humanização dos animais por parte desses militantes, é preciso se levar em consideração que não é com um tipo genérico de humano que esses animais estão sendo comparados, mas com determinados humanos que dependem de cuidados especiais, ou seja, os mais necessitados – crianças, idosos, deficientes, etc. como já destacado no capítulo dois. Em sua perspectiva moral, não se deve abandonar aqueles que necessitam de auxílio. Daí as críticas constantes, por parte de protetores e militantes, ao

abandono de animais, que representa uma insensibilidade por parte daquele que privou o ente necessitado de cuidado e auxílio. Laços afetivos com animais deveriam ser inquebrantáveis, pois essa ética da responsabilidade, do cuidado tanto no plano objetivo quanto subjetivo, é o que deveria permear a relação estabelecida com os animais de estimação.

#### **4. O ESTADO DE BEM-ESTAR (ANIMAL) E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS NO TRATO COM OS ANIMAIS EM PORTO ALEGRE: O CASO DA SEDA (E OUTROS CASOS)**

A criação da Secretaria Especial dos Direitos dos Animais (SEDA, daqui por diante) foi aprovada por quase unanimidade pelos vereadores de Porto Alegre em junho de 2011<sup>1</sup>, substituindo a Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para Animais Domésticos (COMPPAD, daqui por diante), órgão vinculado ao Gabinete da Primeira-Dama que tratava de questões relativas ao bem-estar dos animais na cidade anteriormente à criação da nova secretaria. A SEDA corresponde à demanda de militantes da “causa animal” e protetores no que tange aos modos de gestão dos animais na cidade, bem como coloca em evidência as moralidades e sensibilidades que permeiam esta nova configuração política em relação aos animais que destacam, entre outras coisas, que estes são “sujeitos de direitos” e, mais ainda, que são tutelados pelo Estado. No entanto, como ficará evidente a seguir, esta configuração se constituiu na cidade anteriormente à criação da nova secretaria, sendo esta, em certa medida, o resultado da mobilização coletiva de diferentes grupos de militantes.

Como afirma Blanc (2003), é a partir de uma análise relacional entre as políticas relativas aos animais e as representações e práticas concretas sobre eles, que se pode compreender o lugar do animal como ser vivo nas cidades, no sentido político do termo. Nos grandes centros urbanos, os animais de rua, que outrora eram vistos como transmissores de

---

<sup>1</sup> Torna-se importante destacar, também, que o processo de culminou na criação da Secretaria Especial dos Direitos dos Animais (SEDA) teve o amparo fundamental do atual prefeito José Fortunati (PDT) e da primeira-dama, Regina Becker, ambos engajados na defesa pelos direitos dos animais na cidade, recebendo apenas a objeção do vereador Mauro Pinheiro (PT) que, em seus discursos nas discussões realizadas na câmara e nos debates promovidos pela mídia, destacou que não teria relevância a criação de uma secretaria específica para animais na cidade quando há tantos outros problemas que necessitam de soluções mais emergenciais.

doenças e colocados sob a vigilância do órgão responsável pelo controle de zoonoses, passam a ser alvo, no cenário político atual, de ações específicas não mais em relação aos possíveis riscos à saúde humana, mas pelos riscos a própria integridade física que a situação de rua oferece. Aliás, no discurso dos representantes da SEDA, uma das mudanças mais significativas em relação à “causa animal” na cidade de Porto Alegre diz respeito ao extermínio de animais de rua, como política de contenção da superpopulação de animais errantes. O controle reprodutivo, com a castração de animais abandonados e encaminhamento para adoção tem sido a alternativa adotada à prática tradicional de matança de animais, como ocorria na política da chamada “carrocinha”<sup>2</sup> dos Centros de Controle de Zoonoses (CCZs). Os “cães bravios”, designação para os mais agressivos, passaram a receber o mesmo tratamento com o projeto chamado “ressocializa”, vinculado à SEDA, que busca adequar ao “convívio social” os “cães violentos”.

A criação de uma secretaria para os animais é paradigmática desta mudança, consagrando o município de Porto Alegre como pioneiro no “avanço” das políticas públicas direcionadas aos animais, servindo, inclusive, como modelo para outros Estados e municípios<sup>3</sup> por este momento político que elegeu como uma de suas causas prioritárias a “causa animal”. Após a aprovação, o então informativo da COMPPAD divulgou que *pela primeira vez no Brasil e na América do Sul esta abordagem tem caráter jurídico, cujo enfoque recai em um princípio constitucional que reza que os animais são portadores de*

---

<sup>2</sup> O termo “carrocinha” refere-se ao veículo utilizado pelos Centros de Controle de Zoonoses (CCZs) das [prefeituras](#) para recolher animais das ruas. Muitos destes animais, quando não procurados por seus donos, eram sacrificados para evitar uma superpopulação de animais nos canis municipais.

<sup>3</sup> “As políticas públicas destinadas à saúde, proteção, defesa e bem-estar animal implementadas em Porto Alegre receberam moção de apoio e reconhecimento do Grupo de Proteção Animal ASD - Animais Sujeitos de Direitos, com sede no Rio de Janeiro. Em mensagem encaminhada à Seda e vereadores, a protetora Fernanda Brandão parabeniza os políticos gaúchos “que têm saído na frente e dado um excelente exemplo a todo o Brasil de verdadeira cidadania, nos estimulando a cumprir a Constituição Federal, ao cumprir seu papel de tutor dos animais e também atendendo aos nossos anseios de ajuda aos que se encontram em situações desfavoráveis, de abandono, com projetos de castração e de conscientização da população”. Fonte: Informativo Seda – online. Setembro de 2011.

*direitos e devem ser tutelados pelo Estado.*<sup>4</sup> A nova pasta modificou, inclusive, o papel tradicionalmente desempenhado pelo Gabinete da Primeira-Dama no município, (re)conhecido como ligado à causa da assistência social, em ações como “campanha do agasalho” e atividades ligadas a creches comunitárias. A primeira-dama, Regina Becker, recebeu, inclusive, a denominação de “Primeira-Dama da Causa Animal Brasileira” por diversas ONGs ligadas a proteção e promoção dos direitos dos animais em diversos municípios.

Quanto ao envolvimento do poder público na causa animal, o prefeito escreveu em seu blog<sup>5</sup> que:

É importante termos consciência de que os animais são seres que possuem direitos, sim, e que sua **qualidade de vida é nossa responsabilidade**, pois fomos nós quem os trouxemos para o nosso convívio. **São seres que merecem o desenvolvimento de políticas e total atenção do poder público. Tenho convicção que respeitar os animais é mais que um dever, é uma questão de cidadania e amor ao próximo.**

Ele sugere que a responsabilidade sobre os animais e a atenção do poder público deve-se a uma compensação moral pela domesticação exercida pelo homem – *“fomos nós quem os trouxemos para nosso convívio”*. Esse trecho é revelador de uma moralidade e de uma sensibilidade em relação aos animais que vai além de um dever de proteção do Estado ante a tutela jurídica dos animais. O engajamento pessoal do prefeito e de sua esposa na causa, para além das figuras públicas que representam, foi decisivo para que, em sua administração, uma secretaria voltada aos animais fosse gestada. Porém, como já foi destacado, a criação da SEDA resulta de um processo anterior em que os animais passaram a emergir na cena política da cidade. Com o intuito de mostrar o percurso que possibilitou essa criação, bem como a emergência da configuração política atual em relação aos animais em Porto Alegre, este capítulo está dividido em duas partes. A primeira concerne às ações e intervenções direcionadas aos animais antes da aprovação da SEDA, como projetos de lei e diferentes

---

<sup>4</sup> Fonte: informativo COMPPAD – junho de 2011.

<sup>5</sup> Em: [www.fortunati.com.br](http://www.fortunati.com.br). Acessado em setembro de 2011.



órgãos desenvolvidos para tratar da causa animal e, a segunda, trata da secretaria propriamente dita, desde sua aprovação até suas ações.

#### 4.1 Welfare (animal) state

O estatuto jurídico dos animais e a transformação da lei em relação aos “maus-tratos”, que passam a ser considerados crime<sup>6</sup>, não se apresentam como incipientes no campo dos direitos dos animais no Brasil<sup>7</sup>. O que se apresenta como novo neste campo é o envolvimento e a intervenção direta do Estado. Apesar da existência desta mesma lei que estabelece medidas de proteção aos animais instituir que estes são tutelados pelo Estado, esta noção de compromisso e responsabilidade por parte do poder público é recente, seja a nível estadual, municipal ou federal<sup>8</sup>, e resulta da consolidação das posições, discursos e reivindicações de militantes pelos direitos animais, e dos embates simbólicos em torno de seu estatuto (os animais são “pessoas” e não “coisas”). Estas mudanças são significativas da entrada de “sentimentos morais” (Fassin, 2010) no espaço público, nascendo nos discursos e se legitimando (politicamente) na prática.<sup>9</sup> Como questiona Kulick (2009), ao analisar a suposta obesidade dos animais de estimação na Inglaterra e na Suécia, e o envolvimento do Estado nestes casos, o que se pode dizer a respeito “do clima social e cultural em geral que faz com que seja possível – e, na opinião de muitos, desejável e até mesmo moralmente imperativo – que o Estado intervenha em nome de animais acima do peso?” (p. 484). Na esteira do questionamento de Kulick, pode-se afirmar, num contexto mais amplo, que o Estado passou a

---

<sup>6</sup> Anterior a promulgação da Constituição de 1988, o Decreto lei N° 24.645, de julho de 1934, prevê pena para todo aquele que incorrer em seu artigo 3º, item V: “abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo que **humanitariamente** se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária”. Este mesmo decreto, em seu artigo 1º, destaca que: “todos os animais existentes no país são tutelados pelo Estado”. (Grifos meus).

<sup>7</sup> Ainda que sejam recentes, se comparadas ao contexto francês.

<sup>8</sup> A primeira Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, por exemplo, foi instaurada em setembro de 2011 em Brasília, recebendo o apoio de duzentos e doze deputados, tendo sido convidada para o ato a primeira-dama de Porto Alegre e secretária especial dos direitos dos animais, Regina Becker.

<sup>9</sup> Além dos movimentos de ativistas pelos direitos dos animais, o fato de o atual prefeito e da primeira-dama serem engajados na “causa animal” torna-se significativo desta asserção.

intervir em vários setores para garantir o “bem-estar dos animais”, como ficará evidente a seguir. Mas, não se pode analisar em que consiste esta noção de “bem-estar animal” sem que se leve em consideração o conteúdo moral que esta categoria carrega. A ética do *animal welfare*, ao adentrar a seara do politicamente correto, como destaca Digard (1999), tornou-se uma demanda social. No entanto, enquanto alguns sustentam que os animais devem receber um tratamento mais “humanitário”, como é o caso de protetores e militantes pelos direitos dos animais; outros (poucos, no contexto atual) destacam que estes não merecem o respeito e a consideração oferecidos aos humanos, constituindo-se em “objetos” de domínio privado, e não público.

Nesta nova configuração em relação ao tratamento dos animais pode-se atestar que está em vias de constituição um Estado de Bem-Estar não apenas social, mas também animal ou “welfare animal state”, deixando de lado o caráter irônico que esta afirmação possa adquirir<sup>10</sup>, que contou com o apoio e mobilização de grupos de militantes pelos direitos dos animais ligados a uma “ideologia animalitária” que proclama o “politicamente correto” no que tange ao tratamento dos animais (Digard, 2009). Ainda segundo Digard, a estratégia desses grupos, no âmbito do que ele designa como “lobby animalitário”, consiste em se “auto-proclamarem porta-vozes de uma maioria silenciosa”. Sordi (2011), também destacou que a “legitimidade da representação dos animais que alegam possuir os defensores de seus direitos deriva da empatia ou consciência que possuem frente ao seu sofrimento e à sua privação de liberdade, sendo uma representação legítima por dar voz aos que não possuem voz” (p.13).

---

<sup>10</sup> Na definição de Outhwaite e Bottomore (2000), o termo estado de bem-estar tem sua origem na Grã-Bretanha sendo usado, em geral, de maneira livre. Esta expressão, segundo os autores, tornou-se amplamente difundida tanto nos círculos jornalísticos, quanto acadêmicos depois da Segunda Guerra Mundial. O Estado de bem-estar visava descrever um Estado que utilizaria o aparato do governo para conceber, implementar e financiar programas e planos de ação destinados a promover os interesses sociais coletivos de seus membros. As origens deste modelo podem remontar à criação de “serviços sociais” fornecidos pelo Estado. No entanto, trata-se bem mais do que o que passou a ser chamado, antes da Segunda Guerra Mundial, de um estado de serviço social, posto que eram oferecidos, de forma abrangente, a todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe. A crítica, tanto ao conceito, quanto à prática foi aguçada à medida que se destacavam questões gerenciais e a base econômica de gastos com o “bem-estar” abrangente era ameaçada. O resultado foi a chamada “crise do estado de bem-estar”.

Como destacam Manceron e Roué (2009), as relações estabelecidas com os animais constituem um dos substratos desta trama social contemporânea onde o que está em jogo é a capacidade de uns e de outros de justificar e negociar seu próprio regime de ação sobre o mundo. Neste sentido, estes movimentos acabam instaurando uma “frente discursiva” específica, nos termos de Fonseca e Cardarello (1999), ao analisarem o campo de ações e intervenções relacionadas aos direitos humanos, e de como certas categorias semânticas são priorizadas em detrimento de outras. Aliás, não é novidade que a retórica dos direitos humanos e da “dignidade da pessoa humana” passaram a ser dirigidas também aos animais<sup>11</sup>, e os ativistas pelos direitos dos animais passaram a ter como mote reivindicatório condições de vida, de trabalho e de morte “mais humanas” também para os animais. O exemplo mais significativo desta asserção é o chamado “abate humanitário” que, segundo a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA, na sigla em inglês), consiste nos procedimentos de manejo pré-abate (do transporte da propriedade rural até o frigorífico) com vistas a garantir o bem-estar dos animais e evitar um “sofrimento desnecessário” a estes.

#### **4.2 Quando os animais entram em cena (política)**

Recuperando-se em diacronia as ações do Estado em relação ao tratamento dos animais na cidade de Porto Alegre, percebe-se que a sensibilização ao sofrimento e a tentativa de garantir-lhes o “bem-estar” corresponde a uma economia moral<sup>12</sup> vigente no espectro mais amplo da sociedade porto-alegrense. Antes da criação da SEDA existia a COMPPAD e, antes desta havia o Fórum de Bem-Estar Animal, ligado à Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) da Câmara de Vereadores.

<sup>11</sup> Em sua posição crítica ao movimento pelos direitos dos animais na França, Digard (2009) destacou que a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, em 1978, constitui-se numa paródia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

<sup>12</sup> No sentido empregado por Didier Fassin (2010): *J’ai proposé de les définir plus généralement comme la production, la répartition, la circulation et l’utilisation des émotions et des valeurs, des normes et des obligations dans l’espace social: elles caractérisent un moment historique particulier et, éventuellement, un groupe donné.*

É ilustrativo acerca da atuação destas agências o projeto de lei de autoria do vereador Sebastião Melo (PMDB) – mesmo partido do então prefeito José Fogaça –, aprovado pela Câmara Municipal no segundo semestre de 2008. A lei Nº 10.531, a “Lei das Carroças”, prevê a retirada destas das ruas de Porto Alegre em até oito anos, a contar da data da homologação, sob a alegação, entre outras coisas, de que a interdição daria um fim aos maus-tratos contra cavalos. Em seu site oficial<sup>13</sup>, o autor do projeto destaca que *"Muitos animais sequer recebem alimentação suficiente, água ou tratamento adequado"*. Outro argumento sustentado pelo vereador é de que trabalho de coleta de material reciclável não deve ser feita por carroceiros, mas sim pelo poder público. Interessante destacar na “Lei das Carroças” que os veículos de tração humana dos chamados “carrinheiros”, para além dos de tração animal, também deverão deixar de circular pelas ruas da cidade. No entanto, toda a disputa envolvendo a prefeitura, militantes da causa animal em Porto Alegre e carroceiros constituiu-se em torno dos cavalos que puxam carroças, e não dos humanos que puxam carrinhos. O que parece moralmente condenável não é o trabalho humano, e se ele ocorre, muitas vezes, nas mesmas condições extenuantes que o dos cavalos, ou se os “carrinheiros” carregam tanto peso quanto uma carroça sustenta. O que está em jogo é a condenação do valor utilitário atribuído aos cavalos, de seu uso como instrumento de trabalho.

Temerosos em perder o único meio de trabalho de que dispunham, os carroceiros, sobretudo da região das Ilhas de Porto Alegre, local de grande concentração de famílias que dependem da renda advinda das carroças,<sup>14</sup> lotaram a Câmara de Vereadores a fim de tentar impedir a aprovação do projeto de lei. Os debates centraram-se, por um lado, nos discursos da Associação dos Carroceiros de Porto Alegre, vinculado ao Movimento Nacional dos

---

<sup>13</sup> [www.sebastiaomelo.com.br](http://www.sebastiaomelo.com.br). Acessado em agosto de 2010.

<sup>14</sup> A maior parte das carroças é usada na coleta de lixo seco na região central da cidade, em relação à qual as Ilhas estão à distância privilegiada. Boa parte das famílias que habitam as Ilhas são de baixa renda e as moradias padecem de vários problemas, entre eles os alagamentos no período de inverno. Intervenções do poder público nessa região são escassas entre outros motivos por que se trata de uma zona de proteção ambiental e, segundo muitos ecologistas, os humanos deveriam ser removidos do local.

Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que reivindicavam seu direito de trabalhar, destacando que as carroças fazem parte da história de Porto Alegre e, de outro, dos militantes pelos direitos dos animais e vereadores engajados na “causa animal”, enfatizando que os cavalos sofrem com o trabalho pesado ao qual são submetidos, tornando-se vítimas de seus próprios donos. Os embates entre uma sensibilidade ao sofrimento dos animais e uma sensibilidade ao sofrimento dos humanos nortearam as discussões. ONGs como a *Chicote Nunca Mais*, cujo nome é sugestivo, destacam em seu site<sup>15</sup> que *miséria e sofrimento não são sinônimos*. A frase também é sugestiva e distribui humanos e animais em cada substantivo, ainda que de modo não evidente: a miséria (dos carroceiros) não justifica o sofrimento que causam (aos cavalos), que não podem servir apenas como instrumento de trabalho. Para outros, no entanto, miséria e sofrimento constituem-se em sinônimos no caso dos humanos, compartilhado, da mesma forma, com os animais. Comentários em sites que noticiavam a aprovação da Lei das Carroças destacaram à época que: *“Quem sobrevive de carroças ou conhece os carroceiros sabe da boa relação que se tem com os cavalos. Não é só o bicho que está magro, o próprio catador e seus filhos também!”*. A fala de uma senhora na Câmara de Vereadores, dirigida a militantes e protetores que manifestavam seu apoio à aprovação do projeto, também é significativa: *O que vocês querem? Tirar o pão da boca dos nossos filhos?*

A lei foi aprovada em junho de 2008, após acordos e apresentação de novas alternativas de trabalho e renda para carroceiros. Com a criação da COMPPAD na administração do prefeito José Fortunati (PDT), desenvolveu-se, em parceria com a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), o Projeto “Adote um Cavallo”, destinado àqueles que “sofrem maus-tratos” por carroceiros ou que são abandonados, recolhidos pela EPTC e

---

<sup>15</sup> [www.chicotenuncamaais.org.br](http://www.chicotenuncamaais.org.br). Em sua apresentação, a ONG destaca que foi criada “para combater o desfile de horrores com carroças puxadas por cavalos com fome, sede, feridos, mutilados ou espancados em via pública, competindo com os automóveis, em um medievalismo insano. Utiliza-se dos instrumentos que a lei disponibiliza aos cidadãos para ver reconhecidos os direitos dos animais”.

encaminhados para adoção. Interessante destacar neste projeto são as regras estipuladas para a escolha do futuro adotante:

- *O interessado será depositário fiel do animal, não podendo comercializá-lo de nenhuma forma;*
- *O interessado deverá possuir chácara ou sítio fora da área urbana;*
- *O animal não poderá ser submetido a qualquer tipo de trabalho, especialmente os de tração, como guia de carroças, charretes ou arados. Também não deverá ser usado em práticas esportivas, como salto ou corrida.*<sup>16</sup>

Ou seja, o cavalo adotado não deverá possuir nenhum tipo de valor utilitário ao seu *depositário fiel*, e sim, por dever moral, um valor afetivo. Como animal de estimação, este não poderá ser submetido nem mesmo a práticas esportivas, como equitação. Segundo Digard (1999), as transformações das práticas e representações sobre o cavalo são diferentes se comparadas a de outros animais domésticos. O cavalo passou a assumir um estatuto cultural de “animal inútil”, como sugere o autor, que refere-se aqueles animais que não servem a outra coisa que não a companhia de seu dono. Em relação às atividades desenvolvidas com estes animais, passou-se a privilegiar a caminhada, valorizando a intimidade muito mais do que a técnica eqüestre ou a performance esportiva.

Aliás, o tradicional Acampamento Farroupilha realizado anualmente na semana que antecede a data de vinte de setembro<sup>17</sup> no Parque Maurício Sirostky Sobrinho (também conhecido como Parque da Harmonia), em Porto Alegre, passou a ter restrições quanto à circulação de cavalos. A Comissão de Festejos Farroupilhas, nomeada pelo prefeito José Fortunati, divulgou nota oficializando a restrição. Segundo a comissão, esta foi uma “medida de segurança aos frequentadores do evento”, não se configurando um “*desrespeito à ligação simbólica entre o gaúcho e o cavalo*”. O objetivo da restrição seria evitar acidentes num

---

<sup>16</sup> Fonte: Informativo SEDA.

<sup>17</sup> Em alusão à Revolução Farroupilha, que iniciou em 20 de setembro de 1835 e se estendeu até 1º de março de 1845.

evento que chega a reunir mais de um milhão de pessoas. No entanto, a posição da SEDA foi de que, ao contrário, a quantidade de pessoas no evento é que era prejudicial aos animais:

**O elevado número de visitantes do Parque Harmonia e o excesso de barulho podem levar os animais à situação de desgaste emocional, inquietação e estresse.** Devido a tais fatores, a Secretaria tem posição favorável em relação à medida, no sentido de restringir a permanência dos animais em local mais apropriado.<sup>18</sup>

É esta sensibilidade e moralidade específica em relação aos animais, neste caso os cavalos, que acaba sendo difundida em diversos setores e reitera uma lógica centrada numa ética do bem-estar animal, sustentada pelo poder público, que acaba elencando diversos preceitos (morais), com vistas a garantir este “bem-estar”. Estes preceitos, cuja violação pode representar insensibilidade e crueldade, vão desde extinguir veículos de tração animal das ruas da cidade, numa tentativa de desconstruir o caráter utilitário que este possui, até restringir a circulação de cavalos num evento que procura reproduzir e valorizar a figura do gaúcho da “estância”<sup>19</sup>, que utiliza o cavalo na lida com o gado, como é o caso do Acampamento Farroupilha do Parque da Harmonia.

Da mesma forma, é a retórica do “avanço”, da “modernização” e do “desenvolvimento” que perpassam os discursos tanto de políticos, quanto de militantes da “causa animal” e justificam as ações do poder público que dispõe sobre “vidas” que não são humanas, mas animais. Em uma cidade como Porto Alegre a existência de carroças revelaria um “atraso” não apenas por ser um veículo de tração animal a atrapalhar o trânsito caótico, mas porque utilizar animais como instrumento de trabalho, além dos maus-tratos a cavalos, constitui-se num atraso, num “medievalismo insano”, como destaca a ONG *Chicote Nunca*

---

<sup>18</sup> Fonte: informativo SEDA – setembro de 2011.

<sup>19</sup> No Rio Grande do Sul, fazenda.

*Mais.* Quanto a isso, a fala do vereador Adeli Sell (PT)<sup>20</sup>, durante sessão ordinária da Câmara de Vereadores que aprovou a criação da SEDA é reveladora:

(...) Quero também lembrar que nós aprovamos, recentemente, o Fundo Municipal, para que pudéssemos reciclar o carrinheiro, o carroceiro, o catador, para que tenham outra profissão e **que não precisem sobreviver da carroça e do carrinho, atividades que não condizem com a modernidade. Por uma Porto Alegre moderna**, inclusiva, com sustentabilidade ambiental, social e econômica; uma Capital que possa ser um exemplo de combate aos maus-tratos dos animais, uma Capital que possa ser referência do bem-estar animal, e para que possamos conviver num mundo cada vez mais harmônico, eu voto pela aprovação do Projeto.

O discurso do vereador Beto Moesch (PP) também é significativo:

A criação de uma Secretaria, obviamente, não finaliza um trabalho, em hipótese alguma, não termina por aí, talvez até comece um trabalho, mas faz parte de um processo de amadurecimento da sociedade porto-alegrense, de amadurecimento desta Casa, do Poder Executivo, do Ministério Público e, principalmente, da sociedade organizada, que entenderam que **não há cidade desenvolvida com animais maltratados. Nós podemos ter viadutos, podemos ter avenidas, podemos ter prédios, mas se tivermos animais maltratados, abandonados, cidade desenvolvida não será, isso está maduro entre nós (...)**Nós tínhamos e ainda temos ações, mas não temos ainda uma política dos direitos dos animais. Quem sabe agora, com a Secretaria, nós possamos ter, finalmente, uma política que reúna todas as ações existentes, coloque em prática outras e estabeleça uma política de bem-estar animal, de direitos dos animais para a cidade de Porto Alegre, **para que, então, possamos dizer que, sim, somos uma cidade desenvolvida porque também cuidamos dos animais.** Obrigado.

Não por acaso, é de autoria do vereador Beto Moesch a lei nº 10.933<sup>21</sup>, aprovada em julho de 2010 que estabelece normas para a realização de feiras de comércio de animais, estipulando horários e a presença de um veterinário, bem como diversas outras medidas com vistas a “salvaguardar a integridade física dos animais” expostos. Em seu discurso, ele ressaltou que,

O projeto pede informações básicas sobre a aquisição responsável de um animal - porque **nós não estamos comprando um brinquedo que depois colocamos na prateleira ou na gaveta, se não quisermos mais, mas sim uma vida que necessita de alimentação, de carinho, de cuidados, e isso tem que ser dito ao comprar e vender aquele animal.** O Projeto pede um cartaz e um folder explicando isso. É apenas isso que o Projeto solicita.

<sup>20</sup> Importante destacar que, nesta nova configuração política em relação aos animais de que trata este capítulo, o vereador Adeli Sell (PT) buscou apoio inclusive da primeira-dama do Estado, Sandra Genro, para o desenvolvimento de políticas públicas aos animais em Porto Alegre.

<sup>21</sup> Dispõe sobre a realização de feiras, exposições e demais eventos que envolvam venda e exibição de animais domésticos, da fauna silvestre ou exóticos provenientes de criadouros autorizados e dá outras providências.



Além do engajamento do vereador Beto Moesch (PP), não apenas em questões relativas à proteção aos animais, mas também (e, sobretudo) a causas ambientais na cidade<sup>22</sup>, a lei corresponde, da mesma forma, a uma demanda de protetores que repudiam o comércio e que promovem feiras de adoção de animais abandonados, já tratada no capítulo três. O projeto limita, mas não proíbe a realização de feiras. No entanto, os organizadores de feiras de comércio sentiram-se prejudicados diante de tantas exigências e, reclamando seu direito de trabalhar, acabaram transferindo o evento, outrora realizada no Shopping DC Navegantes, em Porto Alegre, para outro shopping em outro município<sup>23</sup>. A posição deste shopping foi de que seria inviável a ocorrência do evento em cinco dias e com apenas cinco horas de duração, como estipula a nova lei, tendo em vista que o investimento, por parte de seu promotor, não compensaria. Todos saíam perdendo com as novas regulamentações, não apenas o shopping, mas criadores de animais, frequentadores do evento e a cidade de Porto Alegre.

#### **4.3 Da defesa de alguns à defesa de todos:**

Digard (1999) destaca que o movimento em defesa dos direitos dos animais na França apresenta um caráter fragmentário e múltiplo. Enquanto uns denunciam atitudes fundamentalmente utilitaristas em relação aos animais (de companhia), outras associações apresentam um ponto de vista estritamente “protecionista” e se interessam pela proteção de todos os animais, selvagens e domésticos, das investidas dos homens. A maior parte destes militantes buscam regulamentações mais estritas nas condições de detenção, criação, exploração, transporte e comércio de animais, a fim de lhes garantir um relativo “bem-estar”,

---

<sup>22</sup> O vereador Beto Moesch foi secretário municipal do meio ambiente no período de 2005 a 2008. Atualmente, é vice-presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) e preside a Comissão Especial para acompanhar a implementação da Lei 10.531/08, conhecida como “Lei das Carroças”. Também é membro do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), do Conselho dos Dirigentes Municipais de Meio Ambiente (CONDIMA) e do Fórum de Ações Sustentáveis para Habitações de Interesse Social de Porto Alegre.

<sup>23</sup> A tradicional “Feira Mundial de Filhotes”, outrora realizada no Shopping DC Navegantes, em Porto Alegre, foi transferida para a cidade de Canoas, no shopping homônimo. Devido a protestos contra o comércio de animais realizados pela ONG “Vanguarda Abolicionista” em frente ao Canoas Shopping, esta mesma feira passou a ser realizada no Shopping Bourbon do município de São Leopoldo, que passou a se constituir, da mesma forma, como alvo de protestos pela mesma ONG.

ao passo que outros reclamam a interdição, pura e simples, de certas utilizações dos animais, como o consumo de carne e a experimentação. Esta fragmentação do “movimento animalitário” na França, sugerido por Digard, pode ser estendida às associações e algumas ONGs ligadas ao movimento abolicionista, por exemplo, já analisado por Sordi (2010; 2011). Mas, no que tange aos propósitos deste capítulo, o mesmo pode ser dito em relação às políticas para animais da prefeitura, que não se restringem apenas aos animais domésticos ou de “companhia”, como cães e gatos. Daí a mudança na denominação quando da criação da secretaria: de Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para Animais Domésticos para Secretaria Especial dos Direitos dos Animais. Esta mudança é significativa, pois ela denota uma ampliação no escopo do trabalho que a prefeitura pretende desenvolver, em termos práticos e morais: não se trata apenas do desenvolvimento de políticas públicas para determinados animais (os domésticos), mas da institucionalização da proteção dos direitos de todos os animais, um direito universal, portanto. Neste sentido, para além dos projetos em relação aos cavalos, a decisão de transferir os animais do tradicional Minizoo do Parque Farroupilha<sup>24</sup> para um criadouro em Santa Maria, constituiu-se, também, numa das ações promovidas pela SEDA. Em parceria com a Secretaria Municipal do Meio-Ambiente (SMAM) e com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), os animais que habitavam os viveiros e se constituíam num dos “principais atrativos” do Parque da Redenção, o mais freqüentado pelos porto-alegrenses, foram removidos do local sob alegação, por parte do IBAMA, de que este não oferecia condições adequadas para permanência dos animais. Sob

---

<sup>24</sup> *“O Minizoo foi criado em 1925, durante a implantação da primeira etapa da urbanização do Parque Farroupilha (...)Com o desenvolvimento da cidade e a preocupação em proteger esses animais e os que chegavam de doações, foram construídas no ano de 1927 gaiolas para abrigá-los (...)Em meados da década de 60, como a população de animais era considerável, alguns foram transferidos para o Zoológico de Sapucaia do Sul, permanecendo no Minizoo primatas e aves. Em 10 de novembro de 1984, para homenagear uma das mais conhecidas defensoras dos animais da cidade, recebeu o nome de Palmira Gobbi Dias. Em 1988, os viveiros foram realocados para o interior do parque, com o intuito de não expor os animais ao ruído e à poluição atmosférica causada pelo tráfego intenso do entorno”.* Fonte: <http://www.aredencao.com.br/minizoo.htm>. Acessado em dezembro de 2011.

protestos de alguns e aplausos de outros, como destaca a reportagem do jornal Zero Hora do dia 20 de dezembro de 2011, o minizoo deixou de existir:

**Dezenas observaram a operação. A área foi completamente isolada às 14h20min, sob forte aparato de segurança. Havia mais de vinte guardas municipais e menos de uma dezena de policiais militares. Do outro lado do cordão de isolamento, dois grupos se destacavam: um favorável à remoção, portando faixas e cartazes e, outro, contrário à retirada, protestando com frases de efeito.**

- Não quero ver uma criança aqui de novo. A educação ambiental tem de ser feita de outra forma. A visitação a esses animais é antiética, é egoísta – Declarou Naor Nemmen, da ONG Lugar de Animal.

- Que presente de natal o prefeito José Fortunati está dando para as crianças de Porto Alegre. Não é só chegar aqui, em uma ação sorrateira, e levar os animais. Isso tem de ser discutido com a população – replicou o integrante do Conselho dos usuários do Parque Farroupilha, Roberto Jakubaszko.

**(...) Da escuridão de caixas plásticas e de madeira, os últimos habitantes do minizoo desembarcaram no criadouro rumo a uma vida mais tranquila, distante de grandes grupos de humanos curiosos.**

Reportagem de André Mags.

Esta ética do “bem-estar” animal também se faz presente neste caso. Como os cavalos no Parque da Harmonia, estes animais, antes “trancafiados” em viveiros incrustados também em um dos parques com grande circulação de pessoas, sobretudo nos finais de semana, não poderiam “sobreviver” em área urbana. O valor utilitário dos animais também é questionado aqui, pois estes não podem servir para serem observados por “grupos de humanos curiosos” e para “diversão de crianças”. A primeira-dama Regina Becker, em entrevista ao informativo da SEDA, destacou que:

Em nenhum momento, a Seda irá se furtar do debate, seja ele contra ou a favor da transferência do minizoo. **Nosso dever é explicar à população que Porto Alegre não é mais a mesma de 77 anos atrás (...)** Nossa preocupação com os Direitos dos Animais está respaldada numa antiga causa dos protetores e defensores que, em junho de 2011, se tornou realidade na Capital, com a criação da Seda.

A fala da primeira-dama é representativa desta mudança, desta nova configuração que se instituiu em relação aos animais na cidade. “Porto Alegre não é mais a mesma de setenta e sete anos atrás”, pois os animais foram trazidos à cena política, e a reivindicação por direitos, pelo fim dos “maus-tratos” e a busca pelo seu “bem-estar” além de se constituírem em causas legítimas passaram a ter o respaldo do poder público.

Inseridas nesta preocupação com os direitos dos animais, as principais ações e intervenções da nova secretaria recaem no “Projeto Bicho Amigo”, originário da COMPPAD, cuja finalidade, segundo consta no site da prefeitura, é prestar atendimento a “animais que não podem freqüentar clínicas veterinárias particulares” e, da mesma forma, manter o controle reprodutivo destes através da esterilização gratuita. As atividades do “Bicho Amigo” realizam-se através de dois ônibus, cedidos pela Associação de Transportadores de Passageiros (ATP) e pela Carris, denominados de Unidades Móveis I e II. O ônibus da Unidade Móvel I foi adaptado para servir como consultório médico-veterinário itinerante, e o da Unidade Móvel II para transportar animais até clínicas-veterinárias que farão a esterilização dos animais recolhidos. Elegeu-se como “público alvo” os animais das “vilas remanejadas”<sup>25</sup> e seus condomínios populares, pois a mudança de seus moradores, em termos objetivos e subjetivos, deve passar, também, por uma transformação da sensibilidade em relação aos animais. Neste sentido, as ações do Bicho Amigo visam conscientizar esta população específica para o fim do abandono de animais, promovendo a “guarda responsável” e o bem-estar animal. A escolha pelas “vilas remanejadas” não é gratuita. Ela parte do imaginário de que entre as comunidades de classes populares não há apenas crianças em demasia, mas também animais.<sup>26</sup> E, mais ainda, de que grande parte dos animais abandonados

---

<sup>25</sup> O termo “vilas remanejadas” é utilizado pela prefeitura para designar o deslocamento das comunidades de classes populares de Porto Alegre para condomínios e conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura via Orçamento Participativo.

<sup>26</sup> Esta afirmação se tornou evidente após o comentário de meu orientador, quando este atuava junto à Secretaria Municipal de Esportes de Porto Alegre. Segundo ele, as comunidades eram classificadas a partir de

que circulam pelas ruas da cidade são oriundos destas comunidades, sendo os que ainda permanecem nelas “vítimas de maus-tratos”. No entanto, é necessário diluir posições estanques em termos de classe, pois a “causa animal” na cidade, e mesmo esta sensibilidade em relação a eles, não se configuram como aspectos valorizados e debatidos apenas entre as classes média e alta em Porto Alegre. Ao acompanhar o processo de culminou na criação da SEDA, participei da sessão ordinária da Comissão de Saúde e Meio-Ambiente da Câmara de Vereadores (COSMAM), a última comissão que precisava dar seu parecer favorável ao projeto de lei que criaria a nova secretaria no município. Apesar de ter sido realizada numa das salas de reunião e não no plenário, a sala esta estava lotada, mesmo em função do horário de início, marcado para às 9h30min. Além de diversas ONGs de proteção animal, muitas outras pessoas acompanharam a discussão, como Dona Marli e Tatiane:

*(...) A fala está com a plenária. Dona Marli é a segunda inscrita e se apresenta como moradora da vila Cruzeiro. Fala de seu trabalho na vila, recolhendo animais, mas que já não conseguia dar conta de atender a todos os animais abandonados da comunidade. Encerra dizendo: “desde pequena eu aprendi que quem não respeita os animais, não pode respeitar os seres humanos.” Todos aplaudem. O vereador Thiago Duarte (PDT), coordenador da COSMAM, pergunta quem é o próximo inscrito. Todos permanecem em silêncio por alguns segundos até que, timidamente, uma mulher levanta o dedo, sendo o microfone sem fio passado a ela. Está sentada na segunda fileira de cadeiras, muito próxima a mim. Ela levanta-se. Parece jovem e não está vestida de forma simples. Segura o microfone com as mãos trêmulas e inicia: “Bom dia a todos. Meu nome é Tatiane, sou empregada doméstica e moro no Morro Santa Teresa. Eu recolho animais abandonados lá, que tem muitos animais abandonados...e as pessoas já me conhecem por isso, largam os animais na porta da minha casa. A voz embarga, dá uma pausa, mas segue: Eu já perdi um emprego de nove anos por*

---

“trilogia da miséria”, constituída por criança, cavalo e cachorro. Uma comunidade poderia ser considerada miserável se apresentasse todos os “elementos” da tríade.

*ter que chegar tarde e sair cedo pra cuidar dos animais, e eu vim aqui pedir a ajuda de vocês, eu tenho muita despesa, algumas pessoas me ajudam, tem uma doutora que me ajuda, e foi ela que me incentivou a vir aqui... Olha para a mulher que está ao seu lado. Mas ainda é pouco, gente. Eu to devendo em clínicas, não sei mais o que fazer. Vocês desculpem eu estar nervosa... Eu trabalho desde os dezesseis anos de doméstica, não vou nem na reunião do colégio das minhas filhas porque não tenho tempo, gente.” Pausa novamente, se emociona. Retoma a fala e agradece. Todos aplaudem, comovidos. O vereador Thiago Duarte, visivelmente impactado, diz: “Tatiane, muito comovente esse teu depoimento, dá pra ver na tua voz. Tatiane, já sem o microfone, diz: é de coração. O vereador retoma: dá pra ver que é” (...) O vereador Tarciso Flecha Negra (PDT), que permaneceu calado até o momento, pede a palavra. Dirigindo-se à ONGs e protetores presentes, diz: “eu sempre faço comparação com o futebol e digo que todos nós somos treinadores, mas só quem fica no campo mesmo é um só (...) Eu acho que chegou o momento do ser humano ver que a cidade é de todos, de todos os viventes nesse globo terrestre. Eu queria te falar, Tatiane, que eu fiquei muito comovido com a tua fala, dá pra ver o amor que tu tem por esses animais. Eu não tenho animais de estimação, mas a minha filha não pode ver nenhum animal na rua que ela já quer levar pra casa, às vezes eu preciso dar um freio, mas eu sei que é pelo amor que ela tem por eles, eu sei disso, como acontece contigo.” Encerra dizendo ser favorável à criação da nova secretaria. (trecho de diário de campo, 14 de junho de 2011).*

Dentre os discursos de todos os vereadores quando da votação do projeto de lei que criaria a SEDA, na sessão ordinária ocorrida em junho de 2011, destaco a seguir os mais significativos<sup>27</sup> como o do vereador Elias Vidal (reproduzido praticamente na íntegra), que evidencia uma entrada de valores morais no espaço público:

---

<sup>27</sup> Para além dos já apresentados no início deste capítulo, dos vereadores Adeli Sell (PT) e Beto Moesh (PP).

(...) **Eu quero fazer uma exegese ideológica, uma interpretação bíblica, especialmente para quem crê em Deus e para quem acredita que a Bíblia é um livro sagrado.** Temos aqui alguns vereadores que dominam bem esta matéria, que gostam desta área, como o ver. Beto Moesch, o ver. Garcia e mais alguns outros vereadores que se dedicam a esta matéria, como o ver. Sebastião Melo, na questão dos cavalos. **Quando a gente vê um cavalo magro, puxando uma carroça, apanhando, ou até mesmo um gordinho, nós nos penalizamos com isso (...) Eu trouxe uma Bíblia Sagrada que tenho sempre no meu Gabinete, uma bíblia grande - as Sagradas Escrituras. Ela fica aberta no meu gabinete, e quero ler para vocês uma coisa importante:** Quando Deus criou o universo, a terra, ele criou numa sequência: no primeiro dia, a luz; no segundo dia, a separação entre as águas - chuvas, mares e rios; no terceiro dia, a terra seca, a relva, as árvores e os frutos; no quarto dia, os luminares; no quinto dia, os peixes e as árvores; no sexto dia, os animais selvagens, os domésticos e o homem (...) **Deus fez o ser humano e os animais no mesmo dia.** Ele poderia ter feito o homem ou os animais domésticos e selvagens no quarto dia ou no terceiro dia, mas ele não fez: ele fez no sexto dia, e só fez no sexto dia após tudo que, na razão de Deus, o homem precisava. Então, ele terminou os animais selvagens e domésticos, e só depois criou o ser humano, mas no mesmo dia. **Para concluir a minha leitura, disse Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre os animais domésticos...”** Deus estava aqui implantando uma secretaria de cuidado aos animais! **Quando Deus disse “domine”, ele estava dizendo que temos que respeitar e amar os animais, e tão importantes são os animais, que ele os iria criar no mesmo dia. Ele não criou os animais depois do ser humano, ele criou primeiro os animais.** Ele criou tudo antes, e depois deixou, para coroar a semana, a criação do ser humano. Está aqui. (Neste momento, levanta a bíblia). Se isto é verdade ou não, isso é problema de vocês, vocês podem acreditar ou não. **Eu creio que é um Livro Sagrado, escrito por Deus. Depois, no sétimo dia, que é o sábado - é uma questão teológica de cada um, o que eu respeito, pois cada um tem a sua posição; eu, particularmente, sigo o que está aqui -, ele disse: agora vocês, seres humanos, vão descansar e vão curtir a natureza. Vão dar nome aos animais, vão fazer um piquenique no Jardim do Éden e vão curtir os animais. Quando Deus disse “domine”, Deus estava dizendo que nós deveríamos ter respeito pelos animais.** Então, quando você, quando o senhor, a senhora, quando alguém que nos esteja assistindo pela televisão ou neste plenário apoiar os Vereadores quando eles estiverem votando a favor da criação dessa Secretaria, vai estar fazendo aquilo que Deus já pediu lá atrás: que domine, cuide dos animais. Para concluir, eu quero dizer que os senhores estão de parabéns, pelas falas que estamos ouvindo, o apoio vai ser maciço. **A nossa primeira-dama está de parabéns, porque fazendo essas políticas nós vamos estar fazendo o que está nas Sagradas Escrituras, e quem faz o que Deus pede, quem ama aquilo que Deus ama, que são os animais, tenho certeza de que são pessoas melhores e bem mais abençoadas. Muito obrigado.**

O vereador Elias Vidal (PPS) foi um dos últimos a assumir o microfone. A esta altura, a plenária já estava dispersa e muitos conversavam em pequenos grupos. Ele chegou a solicitar, inclusive, que a então presidente da Câmara, a vereadora Sofia Cavedon (PT), intermediasse para que as pessoas respeitassem, ao menos, a leitura das “Sagradas Escrituras”, pois é nesta que ele legitima a criação de uma secretaria para os animais. Interessante destacar que o vereador opera uma resignificação da palavra “dominar” que, em sua fala, aparece como sinônimo de cuidado e respeito e até mesmo de amor. Para o vereador, Deus

implementou, com a máxima *domine sobre os peixes do mar, as aves do céu e os animais domésticos*, uma secretaria de proteção aos animais. Neste sentido, quem apóia a criação da SEDA está “seguindo aquilo que Deus pediu” nas “Sagradas Escrituras”.

Torna-se interessante destacar os recursos argumentativos utilizados pelos vereadores para legitimar a existência de uma secretaria voltada aos animais. Tal como fez Elias Vidal, através das “Sagradas Escrituras”, o vereador Dr. Raul (PMDB) valeu-se da sigla “SEDA”, associando-a ao tecido e seus “atributos”:

Eu gostaria de deixar uma mensagem final no sentido de desejar à nova Secretaria aquilo que todos nós desejamos. **Como o seu próprio nome já diz - SEDA -, trata-se de um tecido, a seda. O que mais é a seda se não um tecido que trata com carinho, com leveza, com transparência, com beleza?** É isso que nós queremos para a nossa Secretaria. Um reconhecimento a todos vocês que já fazem isso no seu dia a dia e que vão fazer, junto com a Secretaria, a diferença, permanentemente, no sentido positivo, para que os animais de Porto Alegre estejam cada vez mais bem cuidados, e para que a Cidade toda ganhe com isso. Obrigado, saúde para todos.

Fernanda Melchiona (PSOL), por exemplo, utiliza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da importância do poder público na garantia dos direitos daqueles que “não tem como reivindicá-los”. Trata-se, segundo ela, não apenas da proteção, mas da ênfase nos direitos, tal como o ECA.

Eu queria falar da importância de a gente ter esses projetos na cidade de Porto Alegre. **Acho que aqueles que não têm como lutar pelos seus direitos precisam da atenção do Poder Público e das políticas públicas**, para que haja a garantia dos direitos. Foi assim quando se fez o ECA, por exemplo, a questão da proteção e o entendimento dos direitos da criança e do adolescente, não só a proteção. A mesma coisa se aplica à necessidade de se defender o meio ambiente, como nós falávamos mais cedo, e de defender os animais, que precisam dessas políticas de proteção.

O vereador Airton Ferronato (PSB) destaca que os animais têm alma, tal como os humanos, constituindo-se num “erro da humanidade” pensá-los como “coisa animal”:

Se eu recebi e-mails contra o Projeto da secretaria foram muito poucos, mas aqueles que se manifestavam contra falavam que Porto Alegre precisaria investir em saúde, e eu concordo. Agora, a saúde também é uma saúde animal, e **quero, de alma e de coração, dizer que não concordo com aquela ideia de dizer que nós, humanos, temos alma e os animais não. Eu não sei se está muito correto este pensamento que se levou para o cidadão de que o animal é coisa animal, é alguma coisa com que nós não precisamos nos preocupar e não precisamos pensar, porque são simplesmente animais.** Eu acho que é um equívoco, é um erro da humanidade que se cometeu contra o animal ao longo da história da humanidade.



Torna-se importante destacar que inclusive o vereador Mauro Pinheiro (PT), único vereador que votou contra a criação da SEDA, mostrou-se favorável ao envolvimento do poder público com causa animal, porém, não nos moldes que o projeto da secretaria apontava. Em meio a muitas vaias e xingamentos, o vereador tentou ler seu discurso, preparado anteriormente. Em um dado momento, sua leitura tornou-se quase inaudível ante as vaias e poucos pareciam interessados em ouvi-lo. Um dos militantes presente levantou-se e gritou: *e o cara ainda tem sobrenome pinheiro, ainda! Ligado à natureza!*

**(...) É obvio - não só como Vereador, mas como pessoa, como cidadão - que defendo a necessidade de uma política pública para a defesa e o bem-estar dos animais. Seria irracional e despropositado se assim não fosse; afinal eles fazem cada vez mais parte da nossa vida e do nosso cotidiano.** Nisso sou absolutamente parceiros, tanto é que tenho, juntamente com a minha assessoria, pesquisado em outras cidades do País as medidas que têm sido tomadas para estabelecer regras de defesa e bem-estar dos animais, sobretudo os animais domésticos e as que têm, efetivamente, trazido resultados positivos, que são aquelas que, de fato, articulam órgãos municipais e incluem as entidades que trabalham de forma parceira, cotidiana, as situações que envolvem os animais domésticos. (Recebe vaias). Por essas razões, não estou convencido de que o Projeto da SEDA, nos moldes como está sendo concebido, terá por si essa capacidade. Reitero a minha convicção de que é necessária a implementação de políticas públicas em defesa dos animais tanto para a sua proteção e bem-estar quanto para um disciplinamento para um melhor convívio entre humanos e animais, mas que a medida ora apresentada em forma de Projeto parece-me genérica e insuficiente para produzir os resultados esperados pela nossa população.

O processo que culminou na aprovação e implementação da SEDA é resultado de um consenso no que tange à consideração jurídico-moral dos animais. Em negociações e discussões travadas anteriormente nas comissões da Câmara de Vereadores, como a COSMAM, e mesmo na sessão ordinária que aprovou a criação da SEDA, o que se assistiu não foi a validade ou relevância de uma secretaria específica de proteção aos direitos dos animais na cidade. Todos os vereadores pareciam concordar que esta era necessária, inclusive o único vereador que votou contra o projeto de lei destacou ser favorável ao desenvolvimento de políticas públicas para a defesa e bem-estar dos animais na cidade, contestando apenas o projeto, não sua intenção. Como ele destacou, seria “irracional” não concordar com isto. O que parece estar em jogo, aqui, é uma sensibilidade baseada na condescendência e no

protecionismo que impele e justifica o envolvimento do Estado, cada vez mais presente no que tange à “causa animal” na cidade.

\*\*\*

Para encerrar este capítulo destaco um fato inusitado, ocorrido em março de 2011, que expõe, da mesma forma, uma sensibilidade ao sofrimento dos animais e certas moralidades em relação ao tratamento destes que não diz respeito apenas aos protetores e militantes da “causa animal” na cidade, tampouco ao poder público municipal. O fato é inusitado por envolver um aparato de agentes e agências, estatais e privadas, mobilizados para encontrar um cão extraviado no aeroporto internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, e é significativo da transformação do tratamento dispensado aos animais no contexto porto-alegrense e gaúcho. Este caso teve repercussão nacional após ser noticiado por um dos principais jornais da cidade. Diversos leitores, protetores e quem quer que possuísse animais de estimação acompanharam aflitos a saga de dona Nair em busca de seu cão, Pinpoo, no aeroporto e arredores, que envolveu além de funcionários da empresa aérea Gol, funcionários da estatal Infraero e a Brigada Militar:

*Com passagens aéreas compradas com destino à Vitória, no Espírito Santo, dona Nair pagou um serviço de transporte de carga viva para seu cão, Pinpoo, que embarcaria para o mesmo destino de sua dona, mas por uma companhia aérea diferente. Ambos deveriam desembarcar em Vitória em horários próximos, porém Pinpoo não chegou a embarcar em Porto Alegre. Segundo a Gol, companhia que fazia o transporte do animal, este teria forçado a grade do compartimento onde estava, fugindo para área restrita do aeroporto. Começava, ali, o drama de dona Nair em busca de seu cão, que perdurou por quatorze dias, sensibilizando internautas, policiais, protetores e a imprensa. Com a mobilização, cartazes, e recompensas, dois cães foram confundidos com Pinpoo, frustrando sua dona, que chegou*

*inclusive a pedir exame de DNA de um deles, por desconfiar de que não se tratava de seu cachorro.*

*Policiais do Batalhão de Aviação da Brigada Militar, que fica dentro do aeroporto, encontraram o animal. O resgate também se constituiu em notícia, em meio a tantas outras sobre o desaparecimento de Pinpoo. Reproduzo a seguir uma das mais significativas, do jornal Zero Hora do dia 17 de março de 2010, onde o resgate é narrado da seguinte forma:*

(...) Três policiais se engajaram na busca porque vinham acompanhando o caso desde que a proprietária revelou o seu drama à imprensa. **Resgatar o cão se tornou uma missão para os três. Os autores do resgate sorriam felizes com o que consideraram uma das suas ações mais importantes**, dado o sofrimento da mulher, um drama acompanhado, via imprensa e internet, por todo o Brasil. **“Eu e minha mulher estávamos comovidos com a história, por isso fiz de tudo para resgatá-lo. Temos dois cachorros que também tratamos como filhos”, afirmou um deles.**(...) No Opala particular do sargento, um veículo anos 80, o cão foi conduzido de volta para casa. **No trajeto, foi no colo do soldado, que o agarrava como se tivesse em poder uma criança, pois não queria ver o cão fugir de novo. Ao sentir a sensação de missão cumprida, o sargento chorou — e voltou para seu plantão no batalhão do aeroporto.**<sup>28</sup>

A reportagem reproduzida acima obteve diversos comentários. Muitos parabenizaram a ação, um deles chegando inclusive a pedir o reconhecimento do trabalho dos policiais pelo governador do Estado; porém outros, em tom de indignação, destacavam que policiais deveriam “correr atrás de assaltantes, não de cachorros”.



Encontro de dona Nair e Pinpoo após ter sido resgatado por policiais. Foto de Ronaldo Bernardi –jornal Zero Hora

A repercussão e o envolvimento dos policiais, profissional e afetivamente, evidenciam esta mudança em relação ao tratamento dos animais. O aparato mobilizado para resgatar o cão, que contou com apoio da Brigada Militar,

<sup>28</sup> Reportagem de Francisco Amorim e foto de Ronaldo Bernardi. Disponível em edição impressa e através do link: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011/03/cao-pinpoo-e-encontrado-14-dias-depois-de-desaparecer-no-aeroporto-salgado-filho-3242974.html>. Acessado em março de 2011.

não demonstra apenas uma sensibilidade ao sofrimento da dona do animal ante ao desaparecimento de seu cão de estimação, mas uma mudança na noção de responsabilidade humana e compromisso que passou a contemplar, também, animais em “situação de perigo”, como o cachorro Pinpoo, perdido à própria sorte. É a “vida”, que abarca humanos e não-humanos, que justificam ações como estas. Diversas vezes escutei em campo e mesmo li em sites de ONGs ligadas a proteção animal que é preciso se ter “respeito por todas as formas de vida”, como já foi destacado no capítulo dois. Na reportagem referida, um dos policiais diz ter se comovido com o fato por tratar seus cachorros como filhos, tal como dona Nair COM Pinpoo.

A procura e o resgate do cão pode ser analisado como um caso significativo de “ajuda animalitária”, ainda que não nos termos de auxílio a animais errantes. Pinpoo destoava do perfil de cães alvo de ações “animalitárias” – o fato de ter se perdido (e não de ter sido abandonado) no aeroporto, quando faria uma viagem para Vitória/ES, demonstra isso. O que o aproxima de seus companheiros intra-específicos é a consideração moral e afetiva por parte dos humanos. Por isso sua procura e resgate foram acompanhados com apreensão e comoção.

Se, anteriormente, o desaparecimento de animais de estimação era tratado como um assunto privado, devendo o “responsável” ou dono do animal efetuar a procura, contando com auxílio de cartazes com foto anunciando suas características e o oferecimento de recompensas em dinheiro, atualmente assiste-se a casos em que o desaparecimento de um animal de estimação desloca-se do âmbito privado para ser tratada como questão de interesse público. A “ética da responsabilidade” em relação ao tratamento dos animais ante a “dependência” destes não se constitui apenas em um dever moral atribuído aos seus donos. A companhia aérea, paga para efetuar o transporte de Pinpoo, foi considerada responsável pelo desaparecimento do cão, (no sentido de ter sido a ela atribuída a culpa) por não ter resguardado o bem-estar do animal – uma “irresponsabilidade”, portanto. Esta “irresponsabilidade” da companhia aérea,

que deveria zelar pelo bem-estar e transporte adequado dos animais de estimação que acompanham seus donos em viagens, justificou a intervenção e envolvimento do Estado, pois o cão não deveria ser considerado como mera “carga viva”.

Casos como os de Pinpoo apresentam-se como paradigmáticos da transformação no tratamento dispensado aos animais e da noção de compromisso e responsabilidade por parte do poder público. O fato mobilizou meios de comunicação, a opinião pública e contou com a intervenção de aparatos do Estado, como a polícia. Não por acaso ele foi escolhido para encerrar este capítulo, por ser representativo de uma configuração em que os animais passaram a receber proteção e bem-estar do Estado, no que denominei, aqui, de “*welfare (animal) state*”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não parece ser trivial afirmar, como fez Kulick (2010), que os animais de estimação estão cada vez mais sobrecarregando a fronteira entre as espécies e mesmo dissolvendo-a. No contexto atual, não apenas as representações e associações simbólicas sobre os animais de estimação mudaram, mas também as práticas em relação a eles. Tendo como foco estas transformações, a dissertação procurou discutir moralidades e sensibilidades atinentes aos animais, de uma forma geral, e dos abandonados, de uma forma particular, a partir do contexto de Porto Alegre. A noção de “ajuda animalitária”, foi desenvolvida a partir da combinação do conceito “animalitário”, de Digard (1990; 1999), com as análises de Fassin (2010) sobre a questão da ajuda humanitária na sociedade ocidental. Esta combinação de conceitos e teorias visa dar conta do envolvimento de agências e agentes no cuidado e proteção a animais abandonados. Entre essas agências predominam ONGs, junto as quais foi realizado o trabalho de campo, mas às excede. A criação de uma secretaria de governo municipal para tratar especificamente dos animais, pioneira no Brasil, foi tratada como corolária da mudança de sensibilidade a partir da qual os animais são tratados como “sujeitos de direitos”.

No primeiro capítulo, destacou-se autores e teorias que discutem o dualismo natureza e cultura na antropologia e a tese ocidental da *excepcionalidade* da espécie humana em relação aos animais. Ao mesmo tempo, estas discussões são contrastadas com as análises das transformações históricas das sensibilidades em relação ao mundo natural e com as cosmologias dos povos indígenas sobre os não-humanos e o relacionamento que estes

estabelecem com os animais – da diferenciação à semelhança que vai além do dualismo natureza e cultura.

O segundo capítulo apresentou um caso paradigmático do que aqui foi designado como ajuda “animalitária”, neologismo apresentado inclusive no título desta dissertação. O abrigo para animais abandonados em Caxias do Sul (conhecido internacionalmente como “favela de cães”) foi destacado como um campo de refugiados para animais. A análise esteve centrada no trabalho voluntário efetuado com animais tidos como “necessitados”, cuja essência é baseada na compaixão ao sofrimento e infortúnio do próximo, como nos casos de ajuda humanitária.

O terceiro capítulo se concentrou nos debates sobre o estatuto e o tratamento dos animais na perspectiva de protetores e militantes. Verificou-se a existência de embates discursivos acerca do estatuto dos animais (entre “pessoas” e “coisas”), e a mobilização de categorias acusatórias contra seus possíveis “adversários”, como criadores de animais “de raças” específicas e seus comerciantes. Como destacado por outros autores, mesmo no interior dos movimentos ligados à causa animal fronteiras são erigidas, como entre *protetores e defensores*, por exemplo. Nos primeiros, haveria uma ênfase nos afetos e no cuidado; ao passo que, nos segundos, a ênfase seria dada na defesa “dos direitos”. No entanto, as fronteiras não são estanques e há pontos de convergência entre estes grupos e perspectivas, como a luta contra o abandono de animais de estimação e sua comercialização, e mesmo a imbricação entre um valor utilitário que acaba por não excluir o valor afetivo, como parece ser o caso dos cães utilizados pelas polícias militares.

No quarto capítulo, destacou-se o envolvimento do Estado e a existência de uma nova configuração política em relação aos animais que se desenvolveu em Porto Alegre anteriormente à criação de uma secretaria voltada aos direitos dos animais na cidade. Neste

capítulo, utilizou-se a expressão *welfare (animal) state* para analisar um contexto no qual os animais passaram a receber proteção e bem-estar do Estado.

\*\*\*

O que se tentou evidenciar nesta pesquisa foi a existência de uma “moral reguladora” que permeia o relacionamento com animais nos contextos estudados. Esta regularização se faz presente, por exemplo, no envolvimento do Estado, especialmente se o tratamento dispensado aos animais for de encontro às sensibilidades de pessoas pouco inclinadas a considerar determinadas práticas que prejudiquem o “bem-estar animal”, como a utilização de cavalos como meios de transporte e de trabalho. Essa “moral reguladora” se faz presente inclusive nas diferentes formas de oferta e aquisição de animais de estimação, como comércio/compra e doação/adoção – comprar ou vender animais seria tratá-lo como “coisa” ou mercadoria, não sendo instituída uma relação de afeto entre humanos e animais, ao passo que adotar e recolher animais de rua seria tratá-lo como pessoa. Não por acaso instituiu-se em Porto Alegre se não uma proibição, uma restrição quanto ao comércio de animais em feiras. É a existência dessa “moral reguladora” que impele a aprovação e a criação de uma secretaria voltada aos direitos dos animais na cidade e que fiscaliza os “maus-tratos”, como a prática do abandono. As ações e intervenções de ordem “animalitária”, antes restritas ao trabalho voluntário, passam a assentar sua legitimidade na tutela jurídica e na responsabilidade do Estado sobre os animais. É em nome de uma “ajuda animalitária” que o prefeito e a primeira-dama distribuem, pessoalmente, panfletos contra o abandono de animais em rodovias. É em nome dela, também, que se multiplicam ONGs promotoras de feiras de adoção de animais abandonado e que se mantêm abrigos superlotados de animais errantes, classificados, aqui, como “zonas de abandono”.



Neste sentido, a questão da “ajuda animalitária”, longe de ser uma transposição ou analogia simplista com a ajuda humanitária, serve para descortinar uma série de aspectos sobre esta nova configuração em relação aos animais, explicitando moralidades e sensibilidades cuja ênfase recai no repúdio ou indignação ao “sofrimento desnecessário”, no “auxílio aos necessitados” (no caso, animais) e mesmo a consciência de uma responsabilidade moral da espécie humana em assegurar o bem-estar dos animais – uma “ética da responsabilidade” e do bem-estar animal que foram destacadas ao longo deste trabalho.

Como existem poucos trabalhos antropológicos sobre o tema, esta pesquisa tem a intenção de lançar questões, sobretudo as que não foram detidas com maiores pormenores ao longo desta dissertação. Seguindo Lévi-Strauss, quando este destaca que os animais não são somente “bons para comer” (em oposição à lógica utilitária), mas “bons para pensar”, também a perspectiva de Donna Haraway (2008), quando esta destaca que os animais são “bons para viver junto”, Digard (1990) sublinhou que os animais são, então, “bons para tudo” (Digard, 1990), inclusive para as análises efetuadas aqui: de que até a ajuda, um ato clivado de sentido na tradição ocidental, sobretudo pela ética cristã, pode deslizar de humanitária para “animalitária”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BEVILAQUA, Ciméa. “Chimpanzés em juízos: pessoas, coisas, diferenças.” In: *Horizontes Antropológicos* n. 35. Porto Alegre, 2011.
- BIEHL, João. *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment*. Berkeley, CA: University of California Press, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. “A Força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico”. In: *O poder simbólico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BLANC, Nathalie. “La place de l’animal dans les politiques urbaines”. In: *Communications*, 74, 2003.
- CALDEIRA, Teresa. Uma incursão pelo lado não respeitável do trabalho de campo. Rio de Janeiro: IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), 1980. (Mimeo)
- CHEVALLIER, Denis. “Avant-Propos”. In: *Terrain, Revue de Ethnologie de l’Europe – des hommes et des bêtes*, n.10, 1988. Disponível em [www.terrain.revues.org/index2924.html](http://www.terrain.revues.org/index2924.html). Consultado em 24 de julho de 2010, acessado pela última vez em 20 de janeiro de 2011.
- DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DELAPORTE, Yves. “Les Chats Du Père-Lachaise. Contribution à l’ethnozoologie urbaine”. In: *Terrain, Revue de Ethnologie de l’Europe – des hommes et des bêtes*, n.10, 1988. Disponível em [www.terrain.revues.org/index2927.html](http://www.terrain.revues.org/index2927.html). Consultado em 24 de julho de 2010, acessado pela última vez em 20 de janeiro de 2011.
- DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DESCOLA, Philippe. “Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia”. In: *Mana*, vol.4, n.1. Rio de Janeiro, 1998

\_\_\_\_\_. “Constructing natures”. In: *Nature and Society: Anthropological perspectives*. London: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. “Leçon inaugurale: chaire d’anthropologie de la nature” In: Collège de France. Paris, 2001.

\_\_\_\_\_. *Par de-là Nature et Culture*. Paris: Gallimard, 2005.

DIGARD, Jean-Pierre. *L’homme et Les Animaux Domestiques: Anthropologie d’une passion*. Paris: Fayard, Les temps des sciences, 1990.

\_\_\_\_\_. *Les français et leurs animaux – ethnologie d’un phénomène de société*. Fayard, 1999.

\_\_\_\_\_. “Une Passion Cathartique: les animaux de compagnie”. In: BROMBERGER, Christian. *Passions ordinaires*. Football, jardinage, généalogie, concours de dictée... Paris: Hachette, 2002.

\_\_\_\_\_. “Les Nouveaux Rapports Homme-Animal”. In: *Séminaire Entre peurs et espoirs, comment se ressaisir de la science et la faire partager à nouveau ?* Paris: Ministère de l’Alimentation, l’Agriculture et de la Pêche (DGER), 2008.

\_\_\_\_\_. “Raison et déraisons des revendications animalitaires. Essai de lecture anthropologique et politique”. In: *Le Seuil / Pouvoirs*, 2009/4 - n° 131

DURHAM, Eunice. “Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas.”. In: *Revista de Antropologia, USP*, v.46 n. 1. São Paulo, 2003.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

FASSIN, Didier. *La Raison Humanitaire: une histoire morale du temps présent*. Paris: Hautes Études. Gallimard Seuil, 2010.

- FONSECA, Claudia e CARDARELLO, Andréa. “Direitos dos Mais e Menos Humanos”. In: *Horizontes Antropológicos*, POA, ano 5, nº 10, maio de 1999
- GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa”. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1978.
- HARAWAY, Donna. *When Spcies meet*. Minneapolis: University of Minnesota, 2008.
- INGOLD, Tim. “Humanidade e animalidade”. In: ANPOCS. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vol. 10, n. 28, 1995.
- \_\_\_\_\_. *The perception of environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2002.
- KULICK, Don. “Animais Gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies”. In: *Mana*, n.15, vol.2. Rio de Janeiro, 2009.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos. Ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.
- LEACH, Edmund. “Aspectos cosmológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal”. In: DAMATTA, Roberto (org.). *Edmund Leach: Antropologia*. São Paulo, Ática, 1983.
- LEZÉ, Samuel. “Décrire l’animal”. In: *L’Homme – École de Hautes Études em Sciences Sociales*. L’Editions de l’EHSS. N. 163, 2002/3.
- LESTEL, Dominique. *Les Origines animales de la culture*, 2001, Paris: éd. Flammarion.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: editora nacional, 1976.
- \_\_\_\_\_. “A lição de sabedoria das vacas loucas”. In: *Estudos Avançados*, vol 23, n. 67. São Paulo, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 49. São Paulo, 2002.
- MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano a noção de pessoa, a de “eu”. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo Cosac & Naify, 2003.

MANCERON, Vanessa e ROUÉ, Marie. “Les animaux de la discorde (introduction)”. In: *Ethnologie française*. Presses Universitaires de France (PUF), 2009.

MULLIN, Molly. “Mirrors and Windows: Sociocultural studies of human-animal relationships”. In: *Annual Review of Anthropology*, n. 28, 1999.

\_\_\_\_\_. “Animals and Anthropology”. In: *Society & Animals*, 10:4, 2002.

NOSKE, Barbara. “The animal question in Anthropology”. In: *Society and Animals*, vol. 1, n. 2, 1993.

OLIVEIRA, Samantha Calmon de. *Sobre Homens e Cães: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

PIETTE, Albert. “Entre l’homme et le chien: pour une ethnographie du fait sócio-animal”. In: *Socio-anthropologie* [En ligne] , N°11 | 2002 , mis en ligne le 15 novembre 2003, Consulté le 08 out 2010. Disponível em <http://socio-anthropologie.revues.org/index141.html>, acessado pela última vez em 20 de janeiro de 2011.

PRICE, Sally. *Arte primitiva em centros civilizados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003.

SEGATA, Jean. “Os cães com depressão no sul do Brasil”. In: *Cahiers d’Anthropologie Sociale*. Paris: Le Herne, 2011.

SORDI, Caetano. “O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais”. *Cadernos IHU Idéias* (UNISINOS), v. 145, p. 3-28, 2011.

\_\_\_\_\_. *Direitos, afetos, discursos: um estudo antropológico de organizações defensoras dos direitos dos animais em Porto Alegre*. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

SCHUCH, Patrice. “Direitos e sensibilidades: amor, paz e harmonia em assuntos de justiça.” In: *Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TEIXEIRA, Ivana. “Reflexões sobre uma economia estética no mundo da cinofilia”. Porto Alegre, 2011. (Mono).

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: Mudanças de Atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TRAÏNI, Christophe. *La cause animale: essai de sociologie historique (1820-1980)*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2011.

VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In: NUNES, Edson de Oliveira – *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VELHO, Otávio. “De Batson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico.” In: *Mana*. n 2. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132001000200005&script=sci_arttext). Acessado em agosto de 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. “O campo na selva, visto da praia: fazendo etnologia indígena no Museu nacional”. In: *XIV Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, Minas Gerais, 1990.

\_\_\_\_\_. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZELIZER, Viviana. “Repenser le marché: La construction sociale du ‘marché aux bébés’ aux États-Unis, 1870-1930”. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 94, set, 1992, p. 3-26.

\_\_\_\_\_. “Intimité et économie”. In: *Terrain* nº. 45, 2005, p.13-28.

\_\_\_\_\_. “Dualidades Perigosas”. In: *Mana* 15 (1): 237-256, 2009.